

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA  
 ÚLTIMA DATA CARIMBADA

<del>24 JAN 2002</del>		
24 JAN 2002	1.0 MAR 2008	
14 FEV 2002	Devolvido	
25 FEV 2002		
08 MAR 2002	06/11/2009	
<del>14 MAR 2002</del>	12h.	
29 JUL 2002		
08 AGO 2002		
<del>10/05/05</del>		
DEVOLVIDO		

75 x 125

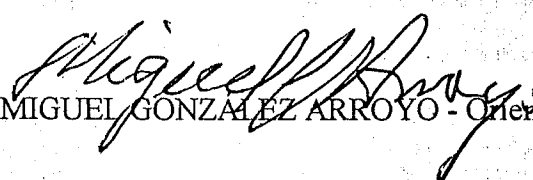
MOD. BU - 016 JUL/96 60.000

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**BIBLIOTECA**  
 Av Antônio Carlos, 6627  
 C Postal, 1703 - Cidade Universitária Pampulha  
 31 270-901 — Belo Horizonte  
 Telefones: (031) 499 5301 - 499 5302  
 FAX: (031) 499 - 5301

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**


**ATA DA 252ª (Ducentésima Quinquagésima Segunda) APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO  
NO COLEGIADO DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA FAE/UFMG.**

Aos três dias do mês de julho de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se na sala 307 da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, mais uma reunião para apresentação da defesa da dissertação: "A TEIA DA FORMAÇÃO HUMANA: A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO NAS TELECOMUNICAÇÕES", do aluno **JOSÉ LUIZ FAZZI**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Miguel González Arroyo - Orientador, Cynthia Greive Veiga e Nilton Bueno Fischer. Os trabalhos iniciaram-se às 14 horas e 25 minutos com a síntese da dissertação feita pelo mestrando. Em seguida os membros da banca fizeram uma arguição pública ao candidato. Após o relato do orientador, a banca examinadora foi unânime em aprovar a dissertação de **JOSÉ LUIZ FAZZI**, que passa a Mestre em Educação, devendo encaminhar à Secretaria do Programa a versão final em 04 (quatro) exemplares. Nada mais havendo a tratar, eu Neuza Maria de Paula Marques, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será por mim assinada e pelos membros da banca examinadora. Belo Horizonte, 03 de julho de 1996.

  
PROF. MIGUEL GONZÁLEZ ARROYO - Orientador

  
PROFª CYNTHIA GREIVE VEIGA

  
PROF. NILTON BUENO FISCHER

  
NEUZA Mª PAULA MARQUES  
Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação - FAE/UFMG

JOSÉ LUIZ FAZZI

384  
F287t  
T

**A TEIA DA FORMAÇÃO HUMANA:  
A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO NAS  
TELECOMUNICAÇÕES**

BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO / UFMG

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**BIBLIOTECA**  
Av Antônio Carlos, 6627  
C Postal, 1703 - Cidade Universitária Pampulha  
31 270-901 — Belo Horizonte MG  
Telefones: (031) 499 5301 - 499-5302  
FAX: (031) 499-5301

1996

JOSE LUIZ FAZZI

A TEIA DA FORMAÇÃO HUMANA:  
A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO NAS TELECOMUNICAÇÕES

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado da Faculdade de Educação da  
Universidade Federal de Minas Gerais,  
como requisito parcial à obtenção do  
título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Ciências Sociais  
Orientador: Prof. Miguel G. Arroyo  
UFMG



Belo Horizonte  
Faculdade de Educação da UFMG  
1996

Dissertação defendida e aprovada, em 03 de julho de 1996, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Miguel Gonzáles Arroyo - Orientador - Faculdade de Educação da UFMG

Prof.<sup>a</sup> Cynthia Greives - Faculdade de Educação da UFMG

Prof. Nilton Fischer - Faculdade de Educação da UFRGS

**A REGINA, ISABELA E BEATRIZ  
PELA FORÇA, CARINHO E ATENÇÃO.**

## **AGRADECIMENTOS**

Um agradecimento muito especial a minha companheira Regina Coeli de Oliveira Fazzi - presença sempre carinhosa - pelas importantes contribuições na discussão de meu projeto de dissertação e na sua redação final.

A Isabela e Beatriz pelas constantes expressões de carinho e de alegria, tornando meu trabalho ainda mais agradável.

A Ana Maria de Souza, indispensável colaboradora no cuidado de minhas filhas e da infra-estrutura da casa.

A meus pais, Vicente e Zilda, pelo empenho que sempre tiveram com meu aprimoramento humano e cultural.

À minha família, pela torcida e, em especial, a Rita de Cássia Fazzi, pelas importantes dicas teóricas e metodológicas e por seu esforço, sempre frutífero, de me conseguir a bibliografia necessária.

Aos amigos e amigas da atividade programada - prof<sup>ª</sup>. Melinha, Consolação, Geraldo, Leda - com quem foi possível vivenciar um espaço solidário e fraterno de estudo e pesquisa.

Aos amigos e amigas da minha turma de mestrado, pela alegria e amizade e pelo intercâmbio de experiências e de conhecimentos.

Aos professores do mestrado pela seriedade e competência com que ministraram seus cursos.

Ao meu orientador, Miguel Arroyo, por ter me propiciado um outro olhar sobre a formação humana e por suas reflexões, sempre instigantes e desafiadoras.

Ao grande e especial amigo Caio Galvão França, por nossas conversas, e pelo rico processo de aprendizagem que vivenciamos no trabalho junto ao SINTTEL- RJ.

Aos participantes do Curso de Formação Básica de Dirigentes - trabalhadores e trabalhadoras em telecomunicações, que assumiram o desafio do processo de ensinar e aprender.

Ao SINTTEL-RJ, e em especial, a Luiz Antônio, Cristina e Dora, pelo apoio e abertura de canais para a pesquisa.

Aos meus velhos amigos, minha comadre e afilhado queridos - Tereza e Daniel que me acolheram com muito afeto em sua casa no Rio de Janeiro, na época da realização das entrevistas.

Aos entrevistados, pela disponibilidade e curiosidade com que me receberam.

À TELERJ pela facilidade de acesso aos seus gerentes e às informações indispensáveis à minha pesquisa.

À Escola Sindical 7 de Outubro pela flexibilização dos tempos de trabalho e por se constituir num rico espaço e tempo de aprendizagens.

Um agradecimento aos formadores e funcionários da Escola Sindical que, junto comigo, vivenciam o gosto de especular idéias.

Ao amigo Nélio Araújo que me socorreu, com a maior disposição, com os enguiços do computador.



# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	10
<b>INTRODUÇÃO</b>	
• Processo de Construção da Pesquisa.....	14
• O Curso de Formação Básica de Dirigentes: o processo de investigação.....	19
• Entrevistas e Levantamento de Dados Secundários.....	29
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E ORGANIZACIONAIS: SURGIMENTO DE UMA NOVA FORMA DE TRABALHAR E PRODUIR?</b> .....	31
1.1. Da Implantação do Taylorismo-Fordismo à Acumulação Flexível.....	33
1.2. O Fordismo em Xequê.....	40
1.3. Acumulação Flexível e Transformações na Forma de Trabalhar e Produzir.....	45
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>O PROCESSO CIVILIZADOR E SEU CARÁTER PEDAGÓGICO</b> .....	63
2.1. O Processo Civilizador e o Processo de Formação Humana.....	71
• Civilização e Cultura.....	71
• Processos Sociais: elementos de análise.....	80
• Sociedade e Indivíduo.....	84
2.2. Processo Integração no século XX.....	100
2.3. Formação da Estrutura da Personalidade.....	109
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>TRABALHO E TELECOMUNICAÇÕES: ESPAÇO E TEMPO DE FORMAÇÃO HUMANA</b> .....	119
3.1. As telecomunicações no Brasil e o Trabalho com a Informação.....	132
3.2. Telecomunicações e as Tecnologias da Informação: repercussões para os trabalhadores.....	146
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	167
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	174

## **Resumo**

O século XX vem sendo marcado por profundas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, fruto de processos sócio-históricos. Assistimos a um grande desenvolvimento científico-tecnológico, caracterizado pela aplicação da microeletrônica e da informática em todos os setores da atividade humana.

Estas transformações provocaram uma reorganização mundial, num crescente processo de integração entre os seres humanos, empresas, nações e entre as várias culturas, aumentando o nível de interdependência entre os povos, com reflexos nas estruturas sociais e de personalidade.

A imagem de uma teia de aranha expressa simbolicamente esse processo de integração e interdependência. O mundo toma a forma de uma extensa e poderosa teia intercomunicante, com suas várias ramificações e possibilidades.

As telecomunicações aliadas à informática tornaram-se estratégicas nesse mundo integrado e interdependente. As comunicações, via satélite, forneceram uma infra-estrutura vital para os negócios e a produção, que muitos ramos da economia não poderiam funcionar sem os sistemas de informação. Eles são, hoje, fatores chave da organização social, política, econômica e cultural. As tecnologias da informação, com base na microeletrônica e na informática, possibilitaram um processo acelerado de mudanças em todos os setores da vida humana. Não são elas que determinaram as mudanças, mas se constituíram como a base técnica necessária e imprescindível, garantidora do processo de integração, flexibilização e interdependência.

Para compreender este processo - sua direção e possibilidades para os seres humanos - e ir além da denúncia dos aspectos deformadores da organização do trabalho capitalista, é necessário reconstruir e assumir os processos de formação humana, e analisar a história nessa perspectiva.

Todas as transformações em curso - integração, flexibilização, introdução de tecnologias informatizadas, uso da microeletrônica, avanço nas telecomunicações, novas formas organizacionais e gerenciais, compressão espaço-tempo, novos valores, um outro ethos social, mudanças na produção e no trabalho - são objetos de um intenso processo de aprendizagem e de formação humana, envolvendo instituições, empresas, classes sociais e indivíduos. São transformações cujo palco de ação é o espaço da história dos homens e mulheres. As estruturas sociais e de personalidade são criações dos seres humanos e sua responsabilidade, no complexo jogo de forças, desejos e hegemonias.

Apesar das contradições, do desemprego, das misérias, acreditamos que a história segue seu rumo civilizatório, exigindo, no entanto, uma outra forma de pensar e sentir as relações entre os seres humanos. Não sabemos para onde estamos indo, mas se a humanidade quer ter um futuro reconhecível é necessário pensá-lo com uma outra lógica diferente da atual. O futuro não pode ser o simples prolongamento do passado ou do presente.

É preciso gestar uma outra lógica e uma ética que sejam capazes de construir uma nova concepção de trabalho, e de ir criando um projeto contra-hegemônico, rompendo com a lógica do sistema capitalista de produção do lucro. E que o trabalho, enquanto ação e intervenção de homens e mulheres sobre a materialidade das coisas e das idéias, possa ser um instrumento criativo, formador de estruturas e de relações sociais solidárias e igualitárias.

É necessário redescobrir e a utopia e a esperança de um mundo mais bonito e saudável:  
“Malícias maluqueiras, e perversidades, sempre tem alguma, mas escasseadas. Geração  
minha, verdadeira, ainda não eram assim. Ah, vai vir um tempo, em que não se usa mais  
matar gente... eu, já estou velho”, diria Guimarães Rosa.

## **APRESENTAÇÃO**

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa realizada no contexto de implantação de novas tecnologias no setor de telecomunicações. Esta pesquisa se propôs a analisar os processos de formação de estruturas individuais e sociais provocados pelo desenvolvimento científico-tecnológico e a buscar os pressupostos político-pedagógicos que podiam e podem determinar as ações formativas, tanto no espaço da educação sindical quanto na educação formal e tecnológica.

Apesar dessa pesquisa circular pela sociologia do trabalho, pela economia política, pela filosofia, psicologia e pela história, sua preocupação básica é com os processos pedagógicos responsáveis pela formação humana. Na verdade, o alargamento da noção de educação para o de formação humana nos colocou o desafio de enfrentar a interdisciplinariedade, mesmo porque trabalhamos com a idéia de que o ser humano é um ser integral, não compartimentado em disciplinas, em teorias.

Além desse aspecto filosófico de percepção do ser humano, o crescente processo de integração e interdependência que se desenvolve entre os indivíduos, empresas e estados, exige, para sua compreensão e análise, mais que teorias acabadas, estáticas, compartimentadas e descompromissadas. Esta pesquisa nos mostrou que, a nível das relações de produção e de trabalho, a ciência não se restringe à matemática, física, química, eletrônica e outras, ela incorpora e articula os vários conhecimentos e os aplica no seu desenvolvimento. A integração e interdependência não são, por conseguinte,

somente econômica e política, são processos que também vêm ocorrendo na produção da ciência.

Este trabalho, por isso mesmo, foi gestado buscando alternar a análise macro - no desenvolvimento de categorias teóricas -, com a análise micro, tentando exercitá-las no concreto do trabalho em telecomunicações, sem contudo ficar restrito a elas.

Embora o foco de nossa pesquisa seja o trabalho no setor de telecomunicações, suas conclusões - enquanto pressupostos para um processo de formação - podem ser generalizadas para outros espaços sociais.

A estrutura dessa dissertação é composta por uma introdução, três capítulos e as considerações finais. Procuramos, ao redigir os capítulos, expressar na análise a concepção que vínhamos esboçando, a respeito de um pensar categorial que não se fecha em si mesmo. Cada capítulo procura resgatar elementos dos anteriores, de forma a criar uma espiral de reflexões, que se interrelacionam. Nenhum deles se esgota em si mesmo ainda que, em cada um podemos verificar a presença do outro. Pelo menos era esta a intenção ao escrever este trabalho.

Na introdução apresentamos o processo de construção da pesquisa, explicitando seu percurso metodológico. Ao mesmo tempo, apontamos os primeiros elementos de análise que norteiam nosso trabalho. Neste instante, recuperamos a experiência de um curso de formação básica de novos dirigentes, promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro (SINTTEL-RJ), planejado e coordenado pela equipe de formadores da Escola Sindical 7 de Outubro, de Belo Horizonte, da qual participamos. Este curso com os trabalhadores em telecomunicações se constitui no

espaço privilegiado dessa pesquisa, tanto no aspecto de acesso às informações sobre o setor quanto na possibilidade de estar discutindo com outras pessoas - participantes do curso -, nosso projeto de estudo, inclusive em seus aspectos teóricos.

O capítulo 1, “Inovações tecnológicas e organizacionais: surgimento de uma nova forma de trabalhar e produzir?”, situa historicamente o atual processo de reestruturação produtiva e desenvolve uma caracterização do chamado processo de acumulação flexível, do ponto de vista da economia política e da sociologia do trabalho. Analisa os processos de integração mundial e a crescente interdependência entre as empresas, aprofundando o conceito de flexibilidade. Por fim, analisa as repercussões e exigências das inovações tecnológicas e organizacionais, que acompanham a acumulação flexível, nas novas formas de trabalhar e produzir, apontando também as tendências e polêmicas que se apresentam com respeito à reestruturação do mercado de trabalho.

O capítulo 2, “O Processo Civilizador e seu Caráter Pedagógico”, numa primeira parte, procura recuperar, baseado na análise de Norbert Elias, a idéia de processo sócio-histórico, principalmente com a discussão sobre o processo civilizador e cultura. Neste capítulo os processos sociais e históricos são apresentados como tempos e espaços de formação de estruturas sociais e de personalidade, como faces de um mesmo processo. Diante desse pressuposto tornou-se necessário desenvolver como os indivíduos e a sociedade se relacionam na gestação daquelas estruturas. Na segunda parte - “processo de integração no século XX e formação da estrutura da personalidade” -, retomamos a análise feita no capítulo anterior dos processos de integração e interdependência, buscando desvendar os processos formativos que vêm ocorrendo no atual movimento da história.

O terceiro e último capítulo, "Trabalho e Telecomunicações: espaço e tempo de formação humana", utiliza-se dos conceitos desenvolvidos nos outros capítulos para compreender as relações que se estabelecem entre o trabalho e os processos de formação de estruturas sociais e de personalidade, no setor de telecomunicações. Na primeira parte do capítulo, analisamos o que significa trabalhar com uma matéria-prima muito especial - a informação -, no contexto das inovações tecnológicas e da incorporação da ciência na produção de bens e serviços. Na segunda parte, verificamos as transformações que o trabalho com as tecnologias da informação trazem para os trabalhadores.

Nas considerações finais levantamos várias questões que foram se colocando no percurso dessa nossa pesquisa, em relação aos objetivos dos processos formativos, como a educação sindical, popular, tecnológica ou a educação formal e regular, e em relação à própria organização do trabalho pedagógico.



## INTRODUÇÃO

### • **Processo de Construção da Pesquisa**

A nossa inserção profissional no movimento sindical, em especial, na Escola Sindical 7 de Outubro, coloca-nos uma dupla necessidade: a primeira é de conhecer e compreender em profundidade as transformações que ocorrem nas relações de produção e de trabalho, relações que, nestas últimas décadas, foram marcadas pelas inovações tecnológicas e organizacionais e pela incorporação da ciência à produção. A segunda exigência é decorrência direta do caráter pedagógico da Escola Sindical. A Escola, além de ser um espaço de pesquisa e de produção de conhecimentos, é, na sua raiz, um espaço e tempo de *formação*, que nos obriga a uma reflexão sobre os processos de formação humana que se passam na história dos seres humanos e, mais especificamente, no mundo do trabalho.

Em virtude dessa abrangência de estudo e do caráter pedagógico da Escola, optamos, do ponto de vista metodológico, por não realizar um estudo de caso típico, apesar de reconhecer sua importância quando se trata de realizar intervenções setorizadas. Um estudo de caso nos obrigaria, a posteriori, a um maior esforço de generalização ao pensar e refletir sobre os vários espaços e tempos nos quais a Escola 7 de Outubro atua, pois a característica essencial de um estudo de caso é de produzir um conhecimento que, em geral, tem um valor único, próprio e singular.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Sobre estudo de caso cf. ANDRÉ, 1984, p.51-54.

Outro fenômeno que nos leva a uma reflexão mais ampla da formação humana no mundo do trabalho é o processo de integração e flexibilização pelo qual passam a sociedade e o mundo do trabalho. Uma ação político-pedagógica, que tem como eixo principal o trabalho e a formação humana, necessita estar pesquisando e analisando os processos de integração e interdependência sócio-políticas, de uma forma também global e articulada. Urge compreender as repercussões das mudanças sociais, políticas e culturais nas estruturas da sociedade e da personalidade dos indivíduos, urge buscar uma metodologia de ação pedagógica que dê conta desses processos históricos.

Partindo desses pressupostos e demandas, portanto, definimo-nos por uma análise sobre um caso e não por um estudo de caso. Segundo ROCKWELL.

"o importante é interpretar o fenômeno estudado a partir de suas relações com o contexto social mais amplo e não apenas em função de suas relações internas (Lucáks,1969). Metodologicamente, isto implica, por um lado, complementar a informação de campo com informação relativa a outras ordens sociais (por exemplo, a estrutura e política educacionais do país) e, por outro lado, buscar interpretações a partir de elementos externos à situação particular. Deste modo, *não se realizam estudos de casos, mas estudos sobre casos*" ROCKWELL (1986, p.47). (grifo nosso).

Esta opção orientou algumas de nossas definições metodológicas. Do ponto de vista teórico fomos buscar categorias de análise que abordassem o fenômeno estudado a partir de suas relações com o contexto social mais amplo, categorias que considerassem a dimensão histórica em seu esforço explicativo da realidade. Acercamo-nos de uma metodologia de pesquisa que trata, dialeticamente, as relações entre os vários sujeitos históricos, entre os indivíduos e a sociedade. Buscamos romper a dicotomia que freqüentemente se estabelece, quando se trata de pensar a formação humana em seus processos sócio-históricos. Ainda é ROCKWELL (1986, p.48) que afirma que "através da

reconstrução desses processos o que importa é conhecer seu conteúdo histórico e social e não somente sua configuração formal ou estrutural”. O que dá significado à nossa pesquisa são os processos sociais e individuais.

Dessa forma, procuramos evitar a tendência apontada por ZEMELMANN (1994), de forçar a realidade e os processos sociais a se enquadrarem, de uma forma ou de outra, nas teorias escolhidas para explicá-los. Nem a teoria, nem a pesquisa, assim considerada, servem para compreender a história, nem contribuem a uma ação político-pedagógica, como aquela que se propõe a Escola Sindical.

Pautado por estas preocupações metodológicas, escolhemos um local de pesquisa no mundo do trabalho que estivesse inserido profundamente no atual processo de reestruturação sócio-econômica e cultural, que nos oferecesse a possibilidade de alargar a nossa análise. Enfim, que nos desse a oportunidade de nos “inventar no gosto de especular idéias”, como queria o sertanejo de Guimarães Rosa.<sup>2</sup>

Por uma feliz coincidência, no instante de nossa escolha, o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro (SINTTEL-RJ) convidou a Escola Sindical 7 de Outubro para realizar um curso experimental sobre *Trabalho, Cultura e Formação*, a ser desenvolvido com novos dirigentes sindicais, trabalhadores das telecomunicações, do Estado do Rio. Na maioria são trabalhadores - dirigentes sindicais na TELERJ (Telecomunicações do Rio de Janeiro). Diante dessa oportunidade, definimos realizar nossa pesquisa e análise a partir das telecomunicações, tendo como referência os dados a serem colhidos durante o curso com aqueles dirigentes e na TELERJ, através de questionário, entrevistas e observação direta. Nossa pesquisa, portanto, começou a ser

---

<sup>2</sup> ROSA. *Grande Sertão: Veredas*, p.9.

construída a partir daquele curso, no uso de jogos, técnicas, dinâmicas e debates que foram se desenvolvendo com os participantes do curso.

O âmbito de nossa análise são as telecomunicações, a partir do estudo sobre o caso TELERJ - empresa do Estado do Rio de Janeiro, prestadora de serviços de comunicação, concessionária do sistema TELEBRÁS. A escolha<sup>em</sup> desse setor foi oportuna porque as telecomunicações são um setor profundamente inserido no atual processo de reestruturação social, econômica e cultural da sociedade. Além do mais, é um setor, como afirma FLEURY (1993), intensivo em tecnologia, e das mais modernas, lugar onde há a confluência do desenvolvimento científico-tecnológico em comunicações e informática, configurando a expressão telemática.

Do ponto de vista de sua inserção na economia, as telecomunicações são consideradas como estratégicas, sendo a base técnica que garantiu e garante a atual globalização da economia e, por conseguinte, da integração e flexibilização da sociedade. Hoje, é impensável que o sistema social, político e econômico funcione sem as *infovias*, ou seja, sem as vias de transmissão e recepção de informações proporcionadas pela telemática, nessa aliança entre as telecomunicações e a informática. Este setor da divisão social de produção e de trabalho, por seu caráter de comunicação e por sua função de interligar países, instituições, empresas e indivíduos, internacionalmente, oferece-nos muitos elementos de análise que extrapolam o restrito local de trabalho. A análise das telecomunicações permite-nos avançar até a compreensão das relações que se dão fora do local de trabalho, como também nos possibilita uma interligação com os vários movimentos que ocorrem na sociedade mundial.

O espaço das telecomunicações, visto pela ótica dos trabalhadores e indivíduos, que nele têm seu lugar e tempo de trabalho, constitui-se num espaço-tempo privilegiado de formação e informação, dado pela riqueza dessa experiência de trabalho, pelos contatos que ela permite com o desenvolvimento da tecnologia e, principalmente, com os debates que provocam acerca do uso da telemática na veiculação de informações de todos os tipos.

O nosso objeto de pesquisa, por suas características, também vem justificar nossa opção por uma metodologia mais abrangente do que um estudo particular e único de uma determinada empresa, escola ou instituição.

Contudo, no desenvolvimento da pesquisa, verificamos a escassez de estudos sobre o setor, sobretudo na perspectiva que nos propusemos analisá-lo - o da formação humana nos espaços e tempos do trabalho, da produção ou da execução de serviços.

No sistema produtivo em nosso país a aplicação da microeletrônica é ainda uma novidade, sendo relativamente recente o uso de sistemas informatizados e da telemática. Esta novidade, inaugurada com o desenvolvimento da microeletrônica, explica o fato de haver poucos estudos referentes aos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Alguns setores da economia, até o momento, foram mais pesquisados que outros, justamente pela importância estratégica e econômica que eles ocupam na sociedade. Encontram-se várias pesquisas sobre o setor metalúrgico, em especial o automobilístico, ou sobre o sistema bancário, mas poucos, por exemplo, sobre o setor das telecomunicações. A maior parte da bibliografia encontrada sobre os processos de trabalho se localiza na indústria, em especial, na indústria metalúrgica e automobilística. Poucos estudos, com raras exceções, analisam o setor terciário. E as pesquisas aí

realizadas enfocam, prioritariamente, o serviço bancário, mas centram-se na análise interna dos seus processos de trabalho, sendo que poucas abordam estes processos relacionando-os com o sistema financeiro internacional.

A novidade do tema e da abordagem, a oportunidade criada pelo curso para dirigentes sindicais, trabalhadores em telecomunicações e a importância econômica e estratégica adquirida pelo setor nas últimas décadas são fatores que justificam a realização desta pesquisa sobre a formação humana na perspectiva da telemática e do poder da informação.

**• O Curso de Formação Básica de Novos Dirigentes :  
o processo de investigação**

O curso realizado com os dirigentes do SINTTEL-RJ tornou-se um dos espaços privilegiados da pesquisa. Na vivência com aqueles trabalhadores e trabalhadoras em telecomunicações tivemos a oportunidade de colher valiosas informações sobre o setor. Em conversas informais - nos cafés, nas refeições e nas horas de lazer, tomávamos familiaridade com a terminologia técnica utilizada pelo setor, o que nos trouxe um maior entendimento de seu processo tecnológico, do funcionamento de sua engrenagem. Por exemplo, numa conversa de bar, próximo à uma sinuca, um engenheiro, participante do curso, de alta qualificação técnica, em função de uma simples pergunta de como funciona o sistema (0900), usado por empresas comerciais e por programas de emissoras de televisão, fez uma explanação de quase duas horas sobre como funciona o sistema de comunicações, de transmissão de dados e de como este produto é comercializado e disputado no mercado pelos bancos, por grandes empresas, por redes de televisão,

aportando-nos informações técnicas, econômicas e comerciais, indispensáveis à nossa análise.

A aquisição desse conhecimento também foi de fundamental importância na realização das entrevistas, feitas após o percurso do curso, com outros profissionais da área. A segurança por nós adquirida no trato dos termos técnicos contribuiu, significativamente, na relação com os entrevistados. Sentiram que conversavam com alguém que já possuía algum conhecimento do setor, o que lhes deu a segurança para aprofundar na discussão do assunto tratado na entrevista.

Além desse fator de observação e de escuta propiciado pelo curso, graças à metodologia empregada na sua execução, foi possível realizar uma leitura compartilhada entre nós e os membros daquele grupo, de textos teóricos sobre vários temas relacionados com o atual processo de reestruturação produtiva e de suas relações com as telecomunicações e a organização dos trabalhadores, sempre analisados do ponto de vista da formação das estruturas sociais e individuais. A dinâmica do curso permitiu que os seus participantes e coordenadores<sup>3</sup> fizessem leituras sobre o trabalho, a cultura e as telecomunicações e que expressassem suas reflexões sobre aqueles temas. O curso tornou-se um rico processo de testar aquelas teorias e suas categorias de análise, a partir da realidade concreta de trabalho. Muitas dessas reflexões foram aprofundadas na redação dos resultados dessa pesquisa, ao mesmo tempo que incorporamos outras categorias teóricas que se fizeram necessárias à compreensão do processo de formação e educação humanas, nos tempos modernos.

---

<sup>3</sup> O curso foi coordenado por dois profissionais, formadores sindicais da Escola Sindical 7 de Outubro: Caio Galvão França e José Luiz Fazzi. Na última etapa tivemos a contribuição de outro formador sindical, Francisco José Ribeiro Alves.

Devido à importância adquirida pelo curso de formação básica de dirigentes em nosso processo de pesquisa e reflexão, parece-nos importante apresentar, sucintamente, essa experiência pedagógica.

O curso foi dividido em seis etapas, de dois dias e meio cada uma, realizadas no Estado do Rio de Janeiro. Depois da segunda etapa, em setembro de 1994, nós, responsáveis pela coordenação do curso elaboramos um questionário para os seus participantes, com o objetivo de traçar um perfil geral daquele grupo de trabalhadores. Esse questionário buscava obter informações gerais como idade, estado civil, número de filhos, formação escolar e profissional, como também conhecer a respeito do trabalho realizado por aquelas pessoas na área das telecomunicações. Suas perguntas exigiam um esforço de reflexão porque, além de objetivarem a coleta de informações, pediam que se relacionasse, por exemplo, o processo de formação escolar e profissional com o ato concreto de trabalhar ou que se identificassem, se fosse o caso, alguns comportamentos, posturas e valores atuais dos trabalhadores que houvessem sido formados e desenvolvidos a partir da sua experiência escolar ou nas relações de trabalho e de produção.

A sistematização das respostas dadas ao questionário foi um trabalho conjunto realizado pelos próprios participantes do curso que, divididos em subgrupos, trabalharam as respostas agrupadas por temas. O uso do questionário como instrumento para coleta de dados, em geral, dá uma visão estática dos fenômenos e não revela seus significados. No entanto, com o método de sistematização utilizado no curso, o questionário ganhou um caráter mais dinâmico e constituiu-se num momento importante de aprendizagem e de conhecimento grupal, além de cumprir, de forma ampliada, o seu objetivo de pesquisa e



de coleta de informações sobre a vida daquelas pessoas. Para o propósito dessa pesquisa foi um instante privilegiado de desenvolver a observação e a capacidade de escuta, para captar a diversidade de uma realidade em movimento.

O grupo participante do curso era composto por trinta e um dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro (SINTTEL-RJ). A maior parte daqueles dirigentes são trabalhadores da TELERJ e alguns poucos da EMBRATEL ou de empresas privadas de telecomunicações. Compunham um total de 26 homens e 5 mulheres, a maioria casados. A idade variava entre 25 e 55 anos, sendo que 14 estavam entre 35 e 40 anos e 13 deles entre 40 e 55 anos de idade.

Em relação à formação escolar do grupo, podemos verificar, pelo quadro abaixo, que era bastante heterogênea:

FORMAÇÃO ESCOLAR \ SEXO	1º grau	2º grau	3º grau incompleto	3º grau
homens	06	13	04	03
mulheres	01	02	02	-

**Fonte:** Questionário História de Vida Pessoal - Curso de Formação Básica de Novos Dirigentes - set. 94

A maioria dos trabalhadores cursou ou completou o 2º grau depois de adulto, outros 9 chegaram à Universidade, sendo que dois deles a nível de mestrado.

Em relação ao setor de trabalho em telecomunicações o grupo tinha o seguinte perfil : 4 agentes de serviços, 3 auxiliares administrativos, 3 cabistas, 1 engenheiro, 1 estoquista, 9 técnicos de rede (instaladores e reparadores de linhas), 5 técnicos em telecomunicações e 5 telefonistas.

A maior parte desses trabalhadores, e parece ser uma regra geral, aprenderam a trabalhar na própria empresa, a partir de cursos internos oferecidos ou, como eles nos informaram, praticando e aprendendo com os outros funcionários. Alguns, após terem sido aprovados no concurso da empresa, foram indicados para cursos de aperfeiçoamento ou de aprendizagem da profissão no SENAI e no CEFET. Há dois casos de trabalhadores que aprenderam o serviço de telefonia e reparação de linhas telefônicas quando prestaram serviços militares e tiveram a oportunidade de, no exército, trabalhar com instalação de redes de comunicação, nos treinamentos militares.

Quanto ao tempo de serviço nas telecomunicações, em número de anos, temos o seguinte quadro, com uma média de 16,38 anos de serviço:

Tempo de serviço (anos)	05 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	acima de 30
Nº de trabalhadores	08	08	09	01	02

**Fonte:** Questionário História de Vida Pessoal - Curso de Formação básica de Novos Dirigentes - set. 94

Este grupo de trabalhadores e dirigentes sindicais, com as características apresentadas até aqui, tornou-se uma importante fonte de informações para nossa pesquisa e interlocutor nas discussões e reflexões que pudemos fazer acerca das mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e nas telecomunicações. Os participantes do curso de formação básica de dirigentes são pessoas que, de uma forma ou de outra, pelo tempo de experiência que têm no setor, vivenciaram e vivenciam a história de transformações nas telecomunicações. Eles sentem e conhecem as mudanças provocadas, em parte, pelas inovações tecnológicas e organizacionais, em seu processo de trabalho e de produção.

Além do mais, a participação sindical desses trabalhadores enriqueceu, nossa pesquisa, porque eles apresentaram observações e análises de quem está de perto, no cotidiano do trabalho, mas também de quem adquiriu outras categorias de análise do processo que vem ocorrendo. Foi possível perceber que as opiniões emitidas por estes trabalhadores vêm marcadas pela contradição e ambigüidade no olhar, fruto do longo período no trabalho direto, agora confrontado pela visão de um dirigente sindical que tem outras responsabilidades no processo.

Além da atividade do questionário, o curso transformou-se, como já afirmamos, em um tempo de pesquisa para todos os envolvidos e, por isto, num tempo de produção de conhecimentos.

A opção metodológica feita por nós, coordenadores do curso, foi de trabalhar com temas que tivessem significado para aquele homens e mulheres, trabalhadores em telecomunicações, ou com assuntos aos quais pudéssemos atribuir significado. A primeira conversa e experimentação em grupo foi sobre a constituição do sujeito sócio-histórico, em sua interação com o mundo e com os outros seres humanos, em especial, nas interrelações que ocorrem no trabalho. A pergunta que nos orientava dizia respeito ao processo ou aos processos de formação que se efetivavam, a partir do momento em que os sujeitos se inseriam no mundo do trabalho, e que especificidades poderiam haver no fato de se engajar no espaço das telecomunicações. Nosso objetivo não era buscar uma única resposta a esta questão, mas construir com aquele grupo, enquanto vivência de um processo político-pedagógico, o que nós chamamos de chaves ou categorias de análise. Não queríamos oferecer teorias acabadas, nem análises prontas feitas pelos coordenadores ou por algum dirigente sindical. O objetivo era oferecer ferramentas que

contribuíssem para o exercício autônomo e interdependente do pensar, na construção do saber, de forma individual e coletiva.

Para atingir este objetivo, é importante destacar que, enquanto método pedagógico de ação educativa, optamos por um trabalho conjunto de levantamento de informações e de análise dos dados. O recurso de aulas expositivas não foi utilizado.

Esta experiência pedagógica e de pesquisa tinha um percurso básico, influenciada pelas técnicas de teatro de BOAL (1977). A partir de um desafio ou problema colocado - de cunho prático ou teórico - solicitávamos aos participantes do curso que se subdividissem em pequenos grupos para refletirem sobre aquele desafio. Este era o primeiro momento de aprendizagem. Em seguida, os subgrupos podiam buscar novas informações que se tornassem necessárias à análise da questão sugerida. Esta busca podia ser empreendida através de leituras, muitas vezes por nós oferecidas, pelo debate ou através de algum programa de vídeo ou de um filme sobre o tema em discussão. Após um certo tempo de elaboração e análise, os subgrupos, a partir do resultado do estudo feito, tinham a incumbência de preparar algum tipo de representação teatral com o objetivo de provocar e envolver os outros membros do grupo. Os subgrupos representavam pequenas histórias, encenavam alguma situação onde o problema era abordado, faziam mímicas, colagens, shows musicais, audio-visuais ou inventavam outras formas, mesclando os vários recursos cênicos existentes no grupo.

A utilização do recurso do teatro e de suas técnicas e jogos não é, para nós, um instrumento puramente lúdico ou facilitador da aprendizagem. O teatro não é usado como recurso para tornar o processo de ensino e aprendizagem mais agradável. Teatro ou teatralidade - como diz BOAL, é

indivíduos. O espaço estético, segundo BOAL (1996, p.34), "possui propriedades gnosiológicas, isto é, propriedades que estimulam o saber e o descobrir, o conhecimento e o reconhecimento - propriedades que induzem ao aprendizado. Teatro é uma forma de conhecimento".

Além de seu aspecto gnosiológico, o teatro recupera ou valoriza o lúdico e o humor presentes na cultura brasileira. O humor ganha expressão cultural e se apresenta como outra forma de ver e analisar a mesma realidade, muitas vezes apontando para diferentes aspectos dessa realidade, ainda não percebidos.

Como canta o cordel do INACIO (1995, p.11):

Mexe qualquer coisa doida  
Qualquer coisa dentro mexe  
No peito é um baticum  
O corpo vira e remexe  
Velho volta a ser criança  
Como se fosse na creche

Todo mundo desenrola  
O fio das questões pessoais  
E assim se tece a teia  
Trança as relações grupais  
Falo e não peço segredo:  
- Vich, o trem é bom demais!

É assim que são as técnicas  
Incendeiam a reunião  
Fazendo mil misturanças  
Dentro de um só caldeirão  
Razão vira fantasia  
E o corpo é pura emoção

E assim nessa aprendizagem  
Esse vazar o que se sente  
Destramela a criação  
Pinta algo diferente  
E nessas magias da vida  
Todo mundo vira gente.

Este processo de estudo, pesquisa e análise possibilitou, àquele grupo de dirigentes sindicais e a nós, coordenadores do curso, o desenvolvimento de categorias teóricas e o exercício da capacidade de raciocinar e organizar o pensamento, sobre temas, por vezes, bastante complexos. Nas cinco etapas do curso fomos construindo a noção de cultura, entendida como espaços e tempos de constituição dos indivíduos e de suas instituições, como processos históricos de construção da identidade individual e social. A partir da

análise da vivência trabalho em telecomunicações, passamos a conversar sobre a idéia de experiência - o fazer-se das classes e grupos, na acepção desenvolvida por THOMPSON:

“a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. [...] A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”.  
(THOMPSON, 1987, p.10).

Com o objetivo de compreender o programa de Gerência participativa e Qualidade Total que a TELERJ começava a implantar, vivenciamos no grupo, sempre utilizando o teatro e suas técnicas, as normas e princípios da Qualidade total e desenvolvemos a noção de ambigüidade, a partir de CHAUI (1994), como instrumento para pensar as diferenças entre os indivíduos e os grupos, mas também como forma de analisar os conflitos e as várias posições possíveis presentes nas relações sociais e políticas.

Tendo em mãos o conhecimento do grupo e após socializar as informações sobre a empresa, chegou momento de discutir as questões de âmbito mais sindical, como a proposta da CUT (Central Única dos Trabalhadores) de um sistema democrático de relações de trabalho e a gestão do Sindicato. Para o aprofundamento desses temas voltamos às discussões realizadas nas outras etapas do curso e incorporamos no debate a idéia de gestão nos seus dois sentidos: gerir como administrar e gerar, como a possibilidade de transformar uma realidade e de criar outra diferente daquela. Gestão, entendida nestes termos, levou-nos à reflexão sobre a ética, poder e democracia nas relações individuais, sociais e políticas, e por conseguinte, nas relações sindicais e de trabalho.

Este curso de formação básica de novos dirigentes sindicais, promovido pelo SINTTEL-RJ, devido a sua proposta político-pedagógica, além de seu aspecto formativo,

cumpriu o objetivo de pesquisa, tanto na coleta de informações sobre o setor de telecomunicações e os trabalhadores do mesmo, quanto na aproximação e debate de algumas categorias teóricas que poderiam estar fundamentando nossa pesquisa sobre o processo de formação humana, tendo em vista as novas tecnologias e a telemática.

### • **Entrevistas e Levantamento de Dados Secundários**

Depois da observação feita no curso de formação do SINTTEL-RJ, decidimos realizar entrevistas semi-abertas com outros trabalhadores, professores da Escola Técnica Graham Bell, especializada em telecomunicações e com técnicos e gerentes da TELERJ. Fizemos 15 entrevistas, com uma duração média de duas horas: 11 entrevistas abrangendo alguns setores da TELERJ e da EMBRATEL, como a Divisão de Desenvolvimento e Capacitação em Programas Administrativos e Comerciais, e 4 com professores da Escola Técnica. Tínhamos dois critérios na escolha dos entrevistados: buscamos pessoas que conheciam, em profundidade, o desenvolvimento tecnológico das telecomunicações, e que acompanharam e vivenciaram os processos de transformações pelos quais passavam as telecomunicações.

As entrevistas tinham por objetivos complementar os dados obtidos pelos questionários e de confrontar as informações obtidas durante o curso com a visão de outros profissionais em telecomunicações, que não fossem dirigentes sindicais ou filiados ao sindicato. Para isto entrevistamos engenheiros, técnicos, gerentes diretamente na empresa. Com as entrevistas tínhamos como meta evitar a cegueira situacional, que poderia ocorrer se somente utilizássemos o recurso do questionário, da observação e escuta daqueles participantes do curso de formação básica. As entrevistas, além de nos fornecerem novos

elementos de estudo, alargaram a nossa compreensão do setor das telecomunicações, naqueles aspectos que nos propusemos analisar.

Elas seguiram um roteiro básico de questões, pois optamos por não ter uma formulação completa e acabada das perguntas. O aprofundamento ou não dos temas dependia do entrevistado e de seu conhecimento sobre o assunto ou do setor onde operava na empresa.

Além da observação, escuta, questionário e entrevistas utilizamos dados secundários da empresa, do sindicato e do setor como documentos, organogramas, jornais, revistas. Muitos desses dados foram sendo enviados a nós por trabalhadores e entrevistados durante o tempo de nossa pesquisa.



## **CAPÍTULO I**

### **INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E ORGANIZACIONAIS: SURGIMENTO DE UM NOVA FORMA DE TRABALHAR E PRODUZIR?**

“A nova economia global é mais fluida e flexível, com redes de poder múltiplo e mecanismos de tomada de decisões que se assemelham mais a uma teia de aranha que a uma pirâmide de poder estática que caracteriza a organização do sistema capitalista tradicional.”

(Carlos Alberto Torres)

A pesquisa e a ciência, na busca de novas tecnologias de produção de bens, apresentam-se, com frequência como neutras, sem nenhum comprometimento social ou ideológico, sem vinculação com alguma ideologia ou sócio-econômico. Se é verdade que o desenvolvimento científico é motivado pelo desejo do homem de saber, de superar e transformar a natureza, é também verdade que a tecnologia se desenvolveu e se desenvolve historicamente situada, e conscientemente dirigida por homens e instituições, marcados por conflitos e tensões.

A nível da produção de coisas podemos afirmar que a tecnologia avança impulsionada pelo confronto entre o Capital e o Trabalho, produzindo além de coisas, homens e mulheres, naquela relação ambígua e dialética que se estabelece entre os homens e as máquinas, ou melhor dizendo, entre os homens e determinados modos de produção. Tanto é assim que o desenvolvimento da pesquisa e das técnicas de produção vem acompanhado por profundas reestruturações econômicas e sociais. Fica difícil determinar

de onde parte a determinação de mudança, pois a impulsionadora das descobertas, invenções e transformações é a disputa por hegemonia de projetos, em todas as instâncias da sociedade, sejam eles explicitados ou não. Em todo seu percurso histórico, o capitalismo procurou prescindir do trabalho vivo, buscando diminuir ao máximo o poder dos trabalhadores. Para o Capital o ideal seria poder produzir sem a intervenção direta dos trabalhadores, ou com trabalhadores silenciosos, perfeitamente controlados.

Como diz HUMPHREY (1981, p.44).

“o objetivo do capital é desenvolver sistemas hierárquicos de comando e controle capazes de possibilitar o planejamento e a previsão. Isso requer elaboradas cadeias de comando, fiscalização da obediência às instruções, supervisão de tarefas e correção de defeitos ou erros. Para o capitalista, a fábrica perfeita funcionaria como uma máquina bem regulada. Cada parte executaria sua função particular, e todos seriam silenciosos, eficientes e previsíveis. O elemento humano seria eliminado.”

Outro fator importante a demarcar é que as tecnologias e as formas de organização do trabalho já trazem em si, imbutido em sua concepção, em sua própria materialidade, na sua forma de fabricar, o perfil de homens e mulheres com os quais vão se relacionar. Definem, a priori, a qualificação exigida, os conhecimentos prioritários, criam um ethos no trabalho e estabelecem, de alguma forma, como devem ser as relações entre os homens.

Com o advento da teleinformática (aliança da informática com as telecomunicações) e com a divulgação da informática no seio da sociedade, é instituído um ethos tecnológico, marcado pelo fetiche da técnica, que aparece como a reguladora do tempo e do espaço social. “Entre todos existe a sensação que está em movimento uma “grande revolução”, a revolução microeletrônica, que transformará o nosso trabalho, e nossa vida cotidiana, a nossa relação com a democracia, com o tempo, com a cultura”. (MANACORDA, 1984, p.11).

A nossa proposta é, nesse primeiro momento, descrever os processos econômicos que estão ocorrendo e sua relação com a implantação das inovações tecnológicas e organizacionais. Ao mesmo tempo pretendemos apontar e compreender as repercussões daqueles processos no mundo do trabalho.

### **1.1 - Da Implantação do Taylorismo-Fordismo à Acumulação Flexível**

Nosso objetivo é mapear, ainda que sinteticamente o profundo processo de transformações que sofre o mundo capitalista atual, com significativos reflexos no mundo do trabalho, e nas propostas de formação dos trabalhadores, e de aprendizagem das empresas. Para uma contextualização histórica vamos seguir as reflexões e análises feitas por MATTOSO (1995) e LEITE (1994).

Mas, que transformações são essas?

Segundo MATTOSO, estas transformações têm como base a 2ª Revolução Industrial, localizada no pós-guerra, e assentada no nascimento da eletricidade, na invenção da máquina elétrica, no uso do motor à explosão, no desenvolvimento da química orgânica, na produção de materiais sintéticos, na manufatura de precisão, e por fim, no uso do petróleo. Esta revolução traz no seu bojo uma mudança no paradigma tecnológico, explode no século passado, mas só se generaliza após crises constantes, após muitas lutas e conflitos sociais. Como primeira consequência ela provoca o desmoronamento da hegemonia industrial inglesa e de seu padrão tecnológico e produtivo. Estas crises constantes culminam na 1ª e 2ª Guerra Mundial. No pós-guerra os EUA assumem a hegemonia mundial. "Foi somente com a II Grande Guerra, quando se somou o

planejamento de guerra à maior coesão entre os interesses econômicos, financeiros e regionais norte-americanos que se firmaram as bases da hegemonia industrial, tecnológica, agrícola e militar dos EUA.” (MATTOSO, 1995, p.22).

Mudam o padrão de consumo e as formas de relação entre o Capital e o Trabalho. Para os EUA, significou um período de grande crescimento econômico, com políticas sociais intensas, acompanhadas de um aumento considerável do nível de consumo dos trabalhadores. Houve, ainda, um discurso de pleno emprego e uma forte intervenção estatal na economia.

Internacionalmente, é o período dominado pela guerra fria e pela bipolaridade entre os EUA e a URSS. No final da década de 40, os EUA como forma de enfrentar o comunismo favoreceram a reconstrução econômica européia e japonesa,

“em meio à crescente exportação de mercadorias norte-americanas e ao endividamento financeiro de todo o mundo vis-à-vis os EUA. Logo após, as restrições e tarifas européias tornariam seus mercados ainda mais atrativos à expansão das filiais das grandes empresas norte-americanas, intensificando a concorrência intercapitalista sob hegemonia norte-americana.” (MATTOSO, 1995, p. 23).

Também as economias da Europa e do Japão são internacionalizadas e suas filiais, protegidas pelos respectivos Estados nacionais, terminaram expandindo-se aos outros países capitalistas. E de alguma forma, este padrão de desenvolvimento norte-americano atinge alguns países da periferia semi-industrializada, como é o caso do Brasil, que alguns autores chamaram de um “fordismo periférico” (LIPIETZ, 1990, p. 26-27).

Num processo que dura de 30 a 40 anos, expande-se o padrão de produção norte-americano, cuja estrutura produtiva apresenta as seguintes características:

- a) "rápido e prolongado crescimento internacional da produção e da produtividade;
  - b) liderança do setor industrial;
  - c) neste, lideram aqueles setores vinculados à produção em massa de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos), aos bens de capital e a química, em particular a petroquímica;
  - d) o subsistema de filiais das grandes empresas oligopólicas assume crescente importância e torna-se a face mais aparente do processo de internacionalização produtiva;
  - e) o ritmo de crescimento do comércio internacional é mais intenso que o do crescimento da produção industrial;
  - f) apesar do aumento do comércio internacional, é o mercado interno dos principais países capitalistas o principal responsável pelo crescimento econômico;
  - g) cresce a participação do emprego industrial e do emprego nos serviços (agora sob a lógica industrial), e continua caindo a participação do emprego agrícola nos mercados de trabalho nacionais;
  - h) acelera-se a mudança das fontes energéticas, com o abandono das fontes sólidas (carvão) e sua substituição pelo petróleo, cujo preço em queda no período favorece a expansão industrial."
- (MATTOSO, 1995, p.24)

Ao mesmo tempo em que se transformava o paradigma científico-tecnológico, ocorria um outro movimento de conformação do conjunto das relações econômicas, sociais e políticas. Mudavam-se as tecnologias produtivas, aprimorava-se todo o aparato jurídico e o Estado passava a ter outro papel no mercado. Os sindicatos começaram a ser reconhecidos como interlocutores nas negociações salariais e de condições de trabalho, e cumpriram um papel fundamental na imposição das mudanças ocorridas na gestão

econômica, na relação salarial e no padrão de consumo. Dessa forma foi reconhecido o papel contratual e o poder sindical da classe operária. A transformação no padrão de desenvolvimento veio acompanhada, portanto, de mudanças institucionais e organizacionais profundas capazes de garantir por um determinado tempo esse processo de acumulação de capital e de relações sociais.<sup>1</sup>

Como afirma SWYNGEDOUW E KESTELOOT (1988, p.246):

“cada regime de acumulação é constituído de um conjunto de relações entre estruturas tecnológicas, organização do trabalho e da produção, divisão social e espacial do trabalho, níveis e modos de consumo, etc., que são incorporados e reproduzidos pelas estruturas institucionais e ideológicas adequadas.”

Estas transformações tinham, como eixo principal, a sedimentação do processo produtivo iniciado por Frederick Taylor e aprofundado por Henry Ford, nas indústrias e na sociedade. Taylor, em 1911, já havia publicado “Os Princípios da Administração Científica”, um influente tratado

“que descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento.” (HARVEY, 1993, p.121).

H. Ford amplia o sistema de Taylor fugindo dos limites estreitos da organização do processo de trabalho, dando-lhe um caráter mais abrangente, um caráter mais social. Ford reconhecia, explicitamente, que a produção em massa significava consumo de massa, e um novo sistema de reprodução da força de trabalho, o que implicava numa

---

<sup>1</sup> Para uma compreensão dessas mudanças institucionais e organizacionais ver MATTOSO, 1995, p. 27-49 e HARVEY, 1993, p. 115-134.

nova forma de organizar a sociedade como um todo. Significava um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, moderna.<sup>2</sup>

Por outro lado, no estudo de LEITE (1994, p.76),

“o fordismo significou o surgimento de um conjunto de normas implícitas e de regras institucionais, ou o que é chamado por alguns economistas (a autora se refere a Coriat, Lipietz, Boyer, Aglietta e outros economistas que têm trabalhado a teoria da regulação) de um novo modo de regulação no que diz respeito à relação salarial, à concorrência entre capitais, buscando ajustar os comportamentos contraditórios dos agentes individuais aos princípios coletivos do novo regime de acumulação.”

Por conseguinte, o fordismo de pós-guerra, também na análise de HARVEY (1993), tem que ser visto menos como um mero sistema de produção de massa do que como um modo de vida total. Após uma longa e complicada história de conflitos e resistências, que se estende por quase meio século, o fordismo se estabelece como o sistema de organização hegemônico, mesmo que não completamente implantado em todos os países e sistemas produtivos.

No início dos anos 60, todo este arcabouço social começava a apresentar sinais de crise<sup>3</sup>. Chegava-se ao limite da capacidade de se produzir em massa. Apareciam sintomas graves de crise financeira e de instabilidade dos mercados financeiros. A competitividade das indústrias, especialmente dos EUA, declinava. Do ponto de vista social e sindical, o Capital deparou-se com uma contradição por ele mesmo criada. Com e para a

<sup>2</sup> Para uma comparação mais detalhada entre o taylorismo e o fordismo ver: MORAES NETO, Benedito Rodrigues - *Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão*. 1989.

<sup>3</sup> “o capitalismo atravessa, ao longo de toda sua história, uma série de processos de mudança e ruptura qualitativos e quantitativos. Estes processos (também identificados como *dinâmicas da crise*) são permanentes e cíclicos, e envolvem todas as esferas da prática social. Tal processo não questiona a natureza e o caráter do modo de produção, mas, sim imprime a este último uma renovada morfologia de sentido transitório e relativamente estável que se reproduzirá até o surgimento de uma nova crise.” GENTILI, 1995, p.231.

consolidação do fordismo, ou da 2ª Revolução Industrial<sup>4</sup> foi necessário o fortalecimento do movimento operário e sindical para fazer frente as forças sociais, por exemplo, os artesãos que se opunham à nova forma de organização da produção. Dessa forma os sindicatos foram reconhecidos como interlocutores estratégicos, principalmente no tocante às relações industriais. Se naquele momento histórico o movimento sindical cumpriu um papel ora de resistência, ora de contratação, a partir do final dos anos 60, começava a exigir o cumprimento dos acordos feitos pelo Capital. Exigia que houvesse, por parte do capitalismo, uma coerência entre o discurso e a implementação de medidas concretas que garantissem a sociedade de bem-estar para todos, que pudessem garantir pleno emprego e melhores condições de vida para todos.

O Estado fracassava no seu “intento” de levar a todos os benefícios do fordismo, da produção em massa e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais em larga escala. LEITE (1994) analisa este período de enfrentamento do modelo de desenvolvimento hegemônico pelo fordismo. Ela mostra como o movimento social e operário põe a nu os limites sociais desse sistema. Em primeiro lugar, ela assinala a vulnerabilidade daquela forma de organizar a produção frente às lutas dos trabalhadores nos seus locais de trabalho. Como a organização da produção era baseada na linha de montagem, onde cada setor dependia estritamente do outro para produzir, uma seção onde se produzia uma peça fundamental do produto a ser fabricado, poderia paralisar toda a linha de montagem. Além do mais, a “organização científica do trabalho” já não oferecia resposta ao absenteísmo, ao trabalho malfeito ou à rotatividade da mão de obra, que crescia consideravelmente. Por outro lado, a resistência dos

---

<sup>4</sup> A este respeito ver MATTOSO, 1995, p.17



trabalhadores se faz frente aos baixos salários e frente às péssimas condições de trabalho, que se tornara mais repetitivo, monótono e, muitas vezes, nocivo à saúde.

LEITE (1994, p.78-82) mostra porque a resistência dos trabalhadores atinge o cerne do sistema:

- há um aumento no custo da produção, provocado pelo absenteísmo e pelo turnover;
- a resistência à elevação constante dos ritmos de trabalho torna o sistema ineficaz para atingir seu objetivo principal, que é o aumento da produtividade,
- cai em muito a qualidade dos produtos fabricados;
- e, em síntese, todas as formas de lutas operárias acabam criando sérios problemas à produção.

Este movimento histórico questiona uma das características do capitalismo, que é o seu direcionamento para o crescimento, através do aumento da produtividade, para que os lucros possam ser garantidos e a acumulação do capital sustentada. “A crise é definida, em consequência, como falta de crescimento.” (HARVEY, 1993, p.166).

Finalmente, a partir dos final dos anos 60, se “assiste a uma crise ‘da organização científica do trabalho’, enquanto estratégia social, como técnica de dominação do Capital sobre o processo de trabalho”. (LEITE, 1994, p. 79).

## 1.2 O FORDISMO EM XEQUE

O debate acerca da "crise" contemporânea, seus desdobramentos e as possíveis saídas para a mesma, com a emergência de novos paradigmas ou modelos, tem colocado como causas dessa "crise" o esgotamento do modelo fordista em suas bases técnicas, sociais e políticas (NEVES, Magda e LE VEN, Michel, 1992; VÁRIOS, CESIT, 1991; HARVEY, 1993; CASTRO, R., s/d).

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da "estagflação" (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e seguia em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Aumentava, cada vez mais, o índice de desemprego e o capital não conseguia garantir o pleno emprego, o que levou à eclosão de greves e reações por parte dos trabalhadores. "Os trabalhadores, em contrapartida, foram crescentemente responsabilizados pela redução da produtividade, pelos custos elevados e pelos obstáculos à competição supostamente gerados pelos instrumentos regulatórios e pelas políticas sociais do Estado" (MATTOSO, 1995, p.57). Além do mais, a competitividade das indústrias, em especial nos Estados Unidos, declinava trazendo uma queda da produtividade e uma maior instabilidade financeira, pois "o choque do petróleo, em 1974 e 1979, provocou uma brusca elevação nos custos dos materiais, de energia e de mão-de-obra" (SHIROMA, 1993, p. 11).

Na crise, os EUA, unilateralmente, aumentaram a taxa de juros de 3% para 21%, penalizando os países do 3º mundo, com o aumento inusitado da dívida externa e dos preços dos produtos importados por estes países. Romperam-se as alianças entre empresários e trabalhadores. MATTOSO (1995) mostra que os empresários, sobretudo

industriais, afastavam-se dos compromissos assumidos com os trabalhadores e, subordinados à dinâmica financeira, voltavam-se para o mercado internacional, seguindo a lógica que considera os mercados nacionais cada vez menos relevantes. As empresas passaram a investir em pesquisas, buscando elevação da produtividade e competitividade, discurso hoje predominante no meio empresarial. Esta opção "acirrou a concorrência internacional e a propagação de fortes movimentos de reestruturação industrial e de ajustes econômicos." (MATTOSO, 1995, p.56).

Estes processos sociais levaram ao esgotamento de um modelo de organização social obrigando o Capital a investir em alternativas, criando assim uma nova dinâmica social, política, econômica e cultural, amparada por um novo discurso. Estes eventos apontam para uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado. Para SALERNO (1992, p.87) "a inovação tecnológica contemporânea é caracterizada por um conjunto coerente capitaneado pela informática, automação flexível e por novas formas de organização e gestão da empresa, da produção e do trabalho." Tais inovações têm sua lógica derivada de um contexto de crises financeiras, crises de mercados e crise do velho modelo taylorista-fordista de produção, além do confronto entre o capital e o trabalho relativo à organização e controle da produção e do trabalho.

Nos anos 80 iniciou-se, portanto, uma intensa reestruturação econômica e produtiva da economia mundial, surgindo um novo padrão tecnológico. Surgia dessa forma o processo de acumulação flexível num confronto direto com a rigidez do fordismo:

"A acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente

intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "compressão do espaço-tempo" no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado". (HARVEY, 1993, p.140).

Este novo modelo industrial de acumulação flexível levou ou a uma reestruturação na forma organizacional e suas técnicas gerenciais das empresas, para uma produção flexível - com ênfase nas respostas rápidas, na solução imediata dos problemas, ou à readaptação de diferentes formas de processo de trabalho e de organização da produção, que se integraram na lógica do sistema flexível, ligadas a toda uma rede de subcontratações. Cria-se, assim, a oportunidade para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite-se que velhos sistemas de organização familiar, artesanal floresçam como peças importantes de um sistema produtivo.<sup>5</sup>

Para o funcionamento e articulação adequada desta vasta rede de empresas,

"novos sistemas de coordenação foram implantados, quer por meio de uma complexa variedade de arranjos de subcontratação (que ligam pequenas firmas a operações de larga escala, com frequência multinacionais), através da formação de novos conjuntos produtivos, quer por intermédio do domínio e integração de pequenos negócios sob a égide de poderosas organizações financeiras ou de marketing." (HARVEY, 1993, p.150).

---

<sup>5</sup> Para uma maior compreensão do funcionamento desses pequenos negócios articulados ao sistema produtivo mais geral ver HARVEY, 1993, p.179.

Este sistema de produção flexível permitiu uma aceleração do ritmo da inovação do produto e do tempo de giro na produção com a introdução de novas tecnologias (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como o sistema do gerenciamento de estoques "just-in-time", trabalhando com estoques mínimos). Esta aceleração na produção levou a uma redução do tempo de giro no consumo. Diminuiu-se o tempo de vida dos produtos em comparação ao tempo de vida de um produto do sistema fordista, ao mesmo tempo que procura-se produzir em função da demanda imediata do mercado (dos clientes), com a qualidade do produto controlada em todo o processo, mas com um tempo menor de vida. "A acumulação flexível<sup>6</sup> foi acompanhada na ponta do consumo, por uma atenção muito mais aos modos fugazes e pela mobilização de todas os artificios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica." (HARVEY, 1993, p.148).

Além da transformação na produção e no consumo, um outro setor de desenvolvimento que sofreu profundas mudanças foi o do sistema financeiro global. Por um lado foram criados conglomerados e corredores financeiros de extraordinário poder global; e de outro, houve uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros. Na verdade, é o capital buscando obter lucros de maneira alternativa à produção pura e simples de seus bens e serviços. Hoje, apesar ainda de algumas restrições jurídicas, de proteção por parte de vários países, o capital rompeu com as fronteiras, e com a idéia de nação. Já não se fala em *multinacional* ou *transnacional*, mas em mercado mundial, muitas vezes sem romper com as ideologias nacionais, antes adaptando-se a elas.

---

<sup>6</sup> CORIAT (1992, p.142-160) apresenta uma discussão crítica do conceito de flexibilidade.

A grande diversificação do mercado consumidor, este processo de reestruturação do capital determinou o surgimento de um novo padrão industrial, tecnológico e gerencial, baseado na automação microeletrônica, na substituição da eletromecânica pela eletrônica, pelo grande desenvolvimento da informática<sup>7</sup>, pela descoberta de novos materiais (como a fibra ótica que possibilita uma melhor e mais eficiente comunicação e informações, em tempo reduzido), e por fim, pela introdução de novas formas gerenciais (como o sistema Just-in-time/kanban, ou os Círculos de Controle de Qualidade).

As várias pesquisas mostram que a crise do fordismo é um fato, mas a consolidação de um novo modelo ainda está em desenvolvimento, e como na história de implantação daquele sistema, com "um caráter marcadamente desigual segundo as diferentes regiões, países, empresas e indivíduos" (MATTOSO, 1995, p.57), caracterizando uma distribuição diferenciada do avanço tecnológico e do produto de desenvolvimento da ciência.

A globalização da economia significou muito mais um maior domínio do Capital sobre o mundo, rompendo as fronteiras nacionais do que uma redistribuição dos benesses do avanço científico-tecnológico.

Nunca na história criou-se tanto saber social. No entanto, como analisa MANACORDA (1984), a produção desse saber vem acompanhada de uma alta concentração de conhecimento e de riqueza por parte de poucos. Mas, apesar do projeto social ser hegemonizado pelo Capital, o processo sempre apresenta sua face contraditória. Mesmo que a organização social levada a cabo pelo capitalismo seja concentradora e excludente, o capital ensejou um desenvolvimento sem igual na sua base

---

<sup>7</sup> Para uma descrição mais detalhada dessas novas tecnologias associadas à informática ver LEITE, 1994, p. 85-90 e MANACORDA, 1984.

tecnológica, criando possibilidades reais para a construção de uma outra sociedade, de um novo projeto social. Este projeto, dependendo da confluência de inúmeras forças sociais, nem sempre muito fáceis de se apreender em uma pesquisa, em curto período de tempo, pode tornar-se hegemônico. As tecnologias e o conhecimento construído e em construção poderão assumir outro lugar e papel na sociedade. A lógica de organização deverá ser outra, diferente da racionalidade capitalista. Transformam-se os homens, as mulheres e suas tecnologias, como também as relações sociais, o modo de conceber o mundo e sua organização na produção da materialidade.

### **1.3 ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E TRANSFORMAÇÕES NA FORMA DE TRABALHAR E DE PRODUZIR**

Durante a década de 80 houve um agrupamento muito intenso de inovações tecnológicas e organizacionais. Novos setores industriais e de serviços foram criados e tornaram-se estratégicos para o processo de reorganização do capitalismo, como a biotecnologia, a eletrônica, a informática e as telecomunicações, sem falar da importância adquirida pelo setor financeiro. Aliadas a estas mudanças foram criadas outras formas de organização nas grandes empresas e novas formas de produzir baseadas na automação integrada flexível. Estas inovações, em grande parte, são marcadas pelas experiências japonesas, realizadas, em especial, pela fábrica de automóveis da Toyota. Tanto é assim que muitos autores chamam o novo modelo industrial, analisado no item anterior, de Toyotismo.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Sobre o Toyotismo, sua história e características ver SHIROMA, 1993; CORIAT, 1994; FLEURY, A./ FLEURY, M., 1995 e HIRATA (Org.), 1993 - "Sobre o Modelo Japonês".

Para CORIAT (1988) há um jogo entre inovação organizacional e inovação tecnológica, onde a primeira têm a primazia, principalmente em um sistema de produção flexível, cujo funcionamento só é possível graças às possibilidades abertas pelos novos conceitos de organização da produção, como as ilhas de produção, os trolleys automáticos que potencializam a circulação de peças e materiais pelo stand de produção. Neste sistema também as técnicas de tratamento de informações subordinam-se e são implantadas a partir das inovações organizacionais.

Todos estes fatores apontam para uma profunda transformação no mundo do trabalho e da produção. O sistema de produção em massa é transformado e as formas de organização do trabalho e da produção se recompõem ou se modificam, a partir da utilização da eletrônica e da informática, que CORIAT (1988) denomina de tecnologias de informação. Para este autor, “as tecnologias de informação se encontram na origem de uma mutação comparável à inaugurada pela máquina a vapor”. (CORIAT, 1992, p.28). Os paradigmas clássicos da Organização do Trabalho, baseados no taylorismo e no fordismo, estão sendo substituídos ou transformados. A dinâmica do estabelecimento desses novos paradigmas se assenta na busca da integração<sup>9</sup> como caminho renovado para a obtenção de ganhos de produtividade e da flexibilidade das linhas de produção como instrumento de adaptação ao caráter instável, volátil e diferenciado dos mercados. (CORIAT, 1988 e SALERNO, 1994).

No entanto, é preciso ressaltar que a implantação desses dois mecanismos não se dá de modo uniforme em todos os sistemas de produção, nem na economia. O grau e

---

<sup>9</sup> No setor de telecomunicações esta integração é chamada de organização sistêmica ou processo sistêmico de produção. ( FLEURY, A e FLEURY, M.T, 1995).

BIBLIOTECA DA FACULDADE DE ECONOMIA / UNICAMP



intensidade da implantação vão depender do tipo de produto, de processo, de mercado, de estratégia competitiva adotada e praticada, das relações de trabalho, enfim, de qual organização empresarial se está falando.

A integração está relacionada tanto aos fluxos de produção quanto aos fluxos informacionais. CORIAT (1988, p.27) a entende como a “integração das seqüências temporais da produção, visando obter a maior capacidade produtiva possível e a reduzir os tempos de trabalho e de operação.” Trata-se de eliminar os tempos “mortos” da produção ou da execução do serviço. Aqui continua presente o mesmo preceito taylorista e fordista quando sugere que a ociosidade dos trabalhadores, das pessoas e das máquinas deve ser combatida e evitada. As novas tecnologias (a eletrônica, a informática) podem ser utilizadas, com grande eficácia, para este fim, facilitando tanto os fluxos de produção quanto os fluxos de informação. Estas tecnologias dão um salto qualitativo em relação ao modelo de produção fordista. Há uma otimização nos tempos de operação e circulação tanto dos materiais, quanto das informações necessárias à produção (como no caso dos estoques, ou de um pedido de fabricação de algum produto) ou na execução de algum serviço, por exemplo nas concessionárias de telecomunicações e no serviço financeiro.

A diferença entre o taylorismo-fordismo e este modelo de integração, no que se refere à economia de tempo, está precisamente no investimento feito: cuida-se mais do trabalho morto e da racionalização dos tempos da máquina do que da intensificação do trabalho vivo. E como consequência consegue-se, por intermédio do controle do ritmo das máquinas e de sua otimização, o controle do ritmo dos homens que vigiam o funcionamento dessas máquinas.

Flexibilidade é outro conceito que surge relacionado com as mudanças tecnológicas e organizacionais. Como já apontamos, a flexibilidade aparece determinada pelas novas características do mercado, que exige uma produção mais diferenciada, instável, ao mesmo tempo que cria outras modalidades de concorrência entre as empresas, obrigando-as a uma maior competitividade. Flexibilidade pode ter tanto uma conotação econômica e social<sup>10</sup>, quanto uma conotação mais técnica, diretamente vinculada à produção como em CORIAT (1988) e SALERNO (1994)<sup>11</sup>.

A flexibilidade produtiva vem acompanhada por mudanças organizacionais, que se definem como "um princípio de materialização dos postos e das funções, das seqüências e arranjos de distribuição de tarefas, assim como das modalidades de economia de tempos e controle aplicadas à produção de mercadorias" (CORIAT, 1988, p.56) ou na realização de serviços.

Em vários casos, são as formas organizacionais que marcam a diferença entre uma empresa e outra em termos de produtividade e competência, menos que as tecnologias empregadas. ZARIFIAN, citado por SALERNO (1994), considera que o diferencial de performance (desempenho) de uma empresa industrial frente à outra está ligada à qualidade de sua organização. A superioridade japonesa sobre seus concorrentes norteamericanos e europeus não advém, simplesmente, do uso da automação e de tecnologias mais avançadas, mas de sua capacidade de projetar a organização do trabalho de forma integrada com a produção. (SHIROMA, 1993, p.11). As tecnologias utilizadas são

---

<sup>10</sup> Ver a definição de HARVEY (1993, p.140).

<sup>11</sup> "Flexibilidade será conceituada como a habilidade de um sistema produtivo para assumir ou transitar entre diversos estados sem deterioração significativa, presente ou futura, de custos, qualidade e tempos, sendo uma variável de segunda ordem, não homogênea, definível a partir de aspectos intra e extrafábrica" (SALERNO, 1994, p.55).

potencializadas pela estrutura organizacional da empresa e projetadas na medida correta da necessidade da produção, dos custos operacionais e da capacidade financeira das empresas integradas.

Um dos aspectos dessa mudança organizacional está relacionada com a organização do trabalho. Há um processo de reorganização e flexibilização da força de trabalho. Segundo SHIROMA (1993, p.12), a flexibilidade no trabalho tem se dado em três áreas básicas: temporal, numérica e funcional. "A flexibilidade temporal refere-se ao melhor aproveitamento do tempo de trabalho, num esquema que permite o fácil ajustamento do serviço à demanda, sem recorrer a horas extras ou demissões."

A numérica refere-se à possibilidade da empresa de trabalhar com número variado de trabalhadores, dependendo da demanda de produção ou de serviço, servindo-se para este fim de subcontratações, de serviços temporários, ou do uso do trabalho de terceiros (empreiteiras, ou de serviços terceirizados). Busca-se com esta estratégia que o número de trabalhadores seja exatamente o necessário naquele tempo e espaço, para a realização de determinada produção ou serviço.

A flexibilidade funcional relaciona-se com as habilidades dos trabalhadores. O objetivo de uma produção flexível é a de ser ter trabalhadores com a capacidade e possibilidade de realizar diversas funções, em diversos postos de trabalho - funções de operação, de inspeção da qualidade no ato mesmo de fabricação do produto, ou realização do serviço, e mesmo, algumas funções de manutenção.

Estas mudanças tendem ao abandono das noções de tarefa e de postos de trabalho, tão arraigadas no modelo fordista. Muda a forma de envolvimento dos trabalhadores com o

processo produtivo da empresa. Os trabalhadores precisam se empenhar e desenvolver sua capacidade para trabalhar com a variabilidade do processo. Como a produtividade é muito marcada pelo funcionamento adequado, contínuo e em tempo hábil do sistema, mais do que pela ação direta dos trabalhadores, eles precisam ser capazes de decisões rápidas e precisas no calor da produção ou do serviço. Na verdade, é exigido que eles sejam capazes de detectar com rapidez o defeito ocorrido no sistema, a partir dos sinais emitidos pelos equipamentos ou pela leitura dos painéis, num sistema computadorizado. Se não tiverem a possibilidade de, imediatamente, resolver o problema, é de fundamental importância para o processo produtivo que ele seja detectado com a maior precisão, para que a manutenção seja acionada imediatamente. (SALERNO, 1994, p.58).

Além da utilização de sua força física, transforma-se o uso que os trabalhadores precisam fazer de sua capacidade mental e operacional frente à produção. O trabalhador, no sistema informatizado ele lida com informações, não vê o interior do equipamento com o qual trabalha. Ele precisa desenvolver sua capacidade de abstração, de elaborar mentalmente o processo e ser capaz de trabalhar com a representação do que está acontecendo. Esta elaboração abstrata depende de uma formação teórica e de um conhecimento da lógica de processamento efetivada pelos sistemas informatizados:

“A representação do estado do processo está ligada a um conjunto de conhecimentos virtuais do operador, conhecimentos que permitam uma manipulação mental da realidade, abrangendo as ligações preferenciais entre certas configurações da realidade e das ações a executar. Esses ‘modelos mentais’ variam conforme a função do trabalhador e sua experiência, sendo alimentados pelas informações que recebe sobre o andamento da produção.” (SALERNO, 1994, p. 68).

Cresce, assim, a importância da comunicação horizontal entre os trabalhadores, o que os leva a colocar sua sociabilidade em função da produção. É, portanto, necessário

aumentar sua capacidade de expressão e comunicação. No sistema fordista, os trabalhadores produziam em conjunto, num mesmo espaço físico, mas com pouca ou nenhuma comunicação entre eles, pelo menos naquilo que se referia à produção. Com o novo padrão produtivo, baseado nas tecnologias da informação, a comunicação é um fator essencial de produtividade e de aprimoramento do sistema. Em vários casos, o desenvolvimento dos programas informatizados ou dos softwares se dão graças ao trabalho coletivo, à troca de informações que ocorrem entre os trabalhadores, gerentes e engenheiros na análise do sistema produtivo e na descrição detalhada e precisa dos defeitos ou problemas que podem estar ocorrendo no sistema. Exige-se, portanto, uma capacidade maior de compreensão e análise do processo produtivo e um melhor domínio da escrita, necessário na elaboração de relatórios, por exemplo.

A entrada dessas tecnologias também modificam a importância estratégica dos trabalhos diretos, assim como diminuem, consideravelmente, sua quantidade. Trabalho direto é definido por CORIAT (1992, p.181) como “aquele trabalho constituído pela utilização manual de ferramentas que tem por objeto a modificação da matéria em seu processo de transformação.” Quanto mais repetitivo e monótono qualquer trabalho e quanto melhor ele possa ser descrito em suas partes - movimentos, tempos, formas, “macetes” - mais fácil é substituí-lo por alguma solução tecnológica. No entanto, um trabalho altamente especializado, quando analisado em profundidade, passo a passo, também torna-se passível de ser incorporado em um software, criando a “inteligência artificial” das máquinas. É, por exemplo, o serviço realizado pelo CAD (computer aided design) - um software capaz de elaborar desenhos, gráficos, projetos hidráulicos, elétricos, de construção civil ou é capaz de projetar uma planta produtiva. CAD é um sistema de

computação gráfica elaborado a partir do maior conhecimento adquirido pelos técnicos, engenheiros e projetistas na elaboração de plantas e projetos gráficos.

Os softwares, em primeira e última instâncias, são frutos de pesquisas minuciosas, baseadas no mesmo método taylorista de medir os tempos e movimentos dos operários, no início da industrialização. Quando um trabalho deve ser automatizado, ele é, antes de tudo, projetado. É feita uma representação abstrata da atividade que se quer automatizar. (MANACORDA, 1984, p.41).

O esforço realizado pelo analistas de sistemas e programadores é de compreender e detectar os movimentos físicos e mentais executados pelas mais variadas atividades humanas para, a partir dessa análise, incorporá-las em programas para microcomputadores, substituindo ou modificando o trabalho direto.

Se analisamos empresas singulares, verificamos que há um processo de desaparecimento e dissipação do trabalho direto ou ele aparece em atividades onde a operação não foi trivializada ou rotinizada. Por outro lado, cresce muito o trabalho indireto “em tarefas de programação - de máquinas individuais ou das relações entre elas, numa linha integrada - em tarefas de diagnóstico e ajuste, ou ainda em tarefas de manutenção propriamente dita.” (CORIAT, 1992, p.182).

Para que esta nova forma de produzir ou de executar o serviço seja eficiente, é necessário reduzir os níveis hierárquicos, as chefias intermediárias da empresa e o seu próprio staff, para que a comunicação e a troca de informações possam ocorrer com maior fluidez e no tempo certo, com menos interferências. Esta mudança no quadro organizativo da empresa é fundamental para aumentar a autonomia de decisões dos

vários setores ou das equipes de trabalho. A tendência atual é de transferir para a operação a responsabilidade pela inspeção da qualidade do produto e a manutenção mais simples das máquinas e equipamentos. Esta organização da produção ocasiona um aumento na flexibilidade do sistema e diminui o tempo de atravessamento, pois há um aumento na taxa de ocupação das máquinas, que não ficam ociosas na espera da equipe de manutenção, de decisão ou de ordem proveniente de um nível hierárquico superior.

Podemos concluir que este sistema depende cada vez mais da mobilização de forças de trabalho intelectualizadas, pelo menos para aquele grupo de trabalhadores que se tornam estratégicos e de fundamental importância no desenvolvimento do processo produtivo. É certo que as tecnologias e formas organizacionais flexíveis ainda não se tornaram hegemônicas em toda parte e que existem formas de implantação diferenciadas entre empresas e países. Esta diferenciação, no entanto, parece ser mais uma das características do sistema flexível. A flexibilidade também está na possibilidade de se produzir integrando sistemas organizados de formas diversas, criando uma rede fortemente interativa de forças produtivas, ancoradas na informática, na eletrônica, nas telecomunicações.

No entanto, é importante fazer uma ressalva. Os autores citados colocam que ainda é prematuro pronunciar-se sobre formas estábilizadas, principalmente do que diz respeito às relações sociais, às formas de organização da sociedade como um todo. CORIAT (1992, p.33), por exemplo, recorda que “uma revolução técnica jamais, em nenhuma parte, garante por si só o vigor e a estabilidade do crescimento ou da harmonia do desenvolvimento social.”

Por outro lado, as análises feitas até aqui se inserem na perspectiva do modo de produção capitalista. As mudanças no conteúdo do trabalho e, em alguns casos, em sua organização, não nos autorizam a afirmar que está havendo mudanças nas relações sociais de produção. Surgem configurações novas - formas novas de produzir e de trabalhar, mas a hegemonia do processo ainda é marcada, sem dúvida, pelo modo de produção capitalista, com todas as suas contradições, conflitos e tensões, que podem ou não levar à construção e ao surgimento de um novo modo de produção e de trabalho.

Contudo, podemos afirmar que a chamada 3ª Revolução Industrial vem criando um novo padrão industrial e tecnológico. No entanto, se analisamos do ponto de vista econômico e social, vemos que se aprofundaram as incertezas, por exemplo, em relação aos direitos sociais e se ampliou o processo recessivo.

O conceito de flexibilidade estende-se para os direitos sociais e trabalhistas. Começam a surgir mudanças nas leis sociais, principalmente naquelas que dizem respeito às relações industriais, a partir do argumento de que são leis que atendiam a um modelo taylorista-fordista de organização, mas que não se adequam ao modo de acumulação flexível. Da mesma forma que o sistema produtivo se flexibilizou, é necessário que a jornada de trabalho, os salários, a garantia de emprego sejam flexibilizados. A proposta que surge nas mesas de negociações é a da flexibilização dos contratos de trabalho e de transformação das leis que regem estes contratos. A produção, o mercado de trabalho e seus contratos buscam o mesmo padrão de flexibilidade.

Esta situação em relação ao emprego tem gerado uma crescente insegurança, resultante da fragmentação e desestruturação do mundo do trabalho. MATTOSO (1995) demonstra que esta insegurança se manifesta em diferentes situações: é uma insegurança quanto ao



mercado de trabalho (emprego), insegurança no próprio emprego, na renda, insegurança na contratação e na representação dos trabalhadores.

Em muitos países do capitalismo central tem ocorrido um aumento da taxa de desempregados: "em quase todos os países capitalistas avançados, sobretudo europeus, após cerca de 7 anos de crescimento econômico, em 1989 o desemprego continuava superando em várias vezes os níveis existentes no início da década de 70". No entanto, há exceções: os EUA e um pequeno grupo de países nórdicos capitaneados pela Suécia e pelo Japão. Estes países "de alguma forma mantiveram a opção pelo pleno emprego e por políticas econômicas regulatórias, não abrindo mão da intervenção do Estado e da orientação do seu futuro". Nos EUA, "a maior queda na taxa de desempregados teria sido consequência das menores taxas de crescimento da população em idade ativa e das taxas de participação (que depois de um crescimento intenso devido à entrada de mulheres no mercado de trabalho, reduziram sua expansão)." (MATTOSO, p.83-84).

Quanto ao Brasil, onde as taxas de desemprego sempre foram alarmantes, BUONFIGLIO (1995, p.3) apresenta vários dados que confirmam o seu aumento. Ela recorre a dados apresentados e publicados no XIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção, em outubro de 1994:

"Dos casos relatados, apenas em uma empresa não havia ocorrido demissões (outras, onde não aparece o registro, significa ausência da informação e não do fenômeno). Nas nove empresas que forneceram dados sobre sua reestruturação temos: Metal Leve, redução de 18% do pessoal; Iochpe-Macion, redução de mais de 42%; Mecânica Pesada, 72%; Brastemp, 50%; Mangesl, 52%; CIF, 40%; Rossi, 28,1 %; Tabacow, 41%; Philips Lighting, 51,8%. O total de trabalhadores demitidos nessas empresas (16.260 de um total de 38.108) representa 42,7%".

BUONFIGLIO (1995) segue citando outros exemplos na Kodak, COPEL, Refinações de Milho Brasil, Ericsson, na Tec Toy, na Confab. Ainda no Brasil, ela assinala as 13.000 "demissões voluntárias" ocorridas no Banco do Brasil e o enxugamento que vem se dando em vários setores do serviço público.

SCHMITZ (1988, p.140) concorda que o desemprego em massa tornou-se realidade nos países desenvolvidos e que está presente nos países periféricos. Contudo, ele afirma que não é possível precisar "que parcela do desemprego se deve à tecnologia e qual se deve às políticas monetárias e fiscais". O desemprego é, em parte, causado pela introdução de tecnologias baseadas na microeletrônica, tecnologias informatizadas. No entanto, os dados existentes, como aqueles apresentados por BUONFIGLIO, são estudos de caso. Tais estudos de caso, para SCHMITZ (1988, p.141), "são essenciais para se ter uma idéia das perdas de emprego, reais ou potenciais. Porém, o macroefeito líquido não pode ser avaliado com base em dados relativos a firmas ou setores específicos".

Por outro lado, as novas tecnologias têm o efeito de criar empregos em outros setores, por exemplo, na indústria de produção de produtos eletrônicos e de bens de capital, além de criar emprego nas vendas, instalações e operações de equipamentos novos. A questão do desemprego e de sua análise também é analisada por BERNARDO (1995, p.45-46), afirmando que

"o desemprego não se deve à introdução de máquinas. É claro que a substituição de pessoas por máquinas num dado ramo de produção gera desemprego nesse ramo de produção. Até agora, porém, as pessoas assim desempregadas têm servido para alimentar outros, ou novos ramos de produção. A economia capitalista no seu conjunto tem crescido precisamente porque os seus ramos mais antigos vão precisando de um número relativamente menor de trabalhadores".

Estes fatores têm ocasionado, segundo SCHIMITZ (1988), uma diminuição das relações contratuais fixas, diretas com o empregador, provocando mudanças no padrão de contratação. Diminui, por um lado, o tempo de trabalho e por outro, aumenta o emprego no setor informal da economia, sem nenhuma forma de contrato. Hoje, na América Latina, de 100 pessoas que entram no mercado de trabalho, 80 vão para o mercado informal. Estas transformações ainda não são corretamente captadas pelas pesquisas. Os diversos efeitos no processo de compensação entre demissões, desaparecimento e a criação de outros postos e setores na economia têm ritmos relativos diferentes, tornando complexo o problema da quantificação.

Outra dificuldade das pesquisas é o de conseguir realizar estudos a nível mundial seguindo a tendência da economia globalizada. A ampliação do espaço de abrangência da pesquisa traz novas questões para sua metodologia - na coleta de dados, no acompanhamento das tendências e na análise desses dados. Também aumentam os custos financeiros de uma pesquisa que deveria ser realizada envolvendo as várias empresas e os vários setores da economia, comparando-os.

Como diz BERNARDO (1995, p.32), nunca poderemos apreciar o fenômeno da absorção ou não da força de trabalho, na sua verdadeira dimensão, "se nos limitarmos a contabilizar o número de empregos de ano para ano. A questão básica é a expansão do setor capitalista no interior da economia globalizada considerada", pois, "se alguma coisa impressiona ao longo dos dois séculos de capitalismo não é o desemprego, mas exatamente o contrário, a capacidade para absorver força de trabalho."

O capitalismo converteu-se no sistema econômico presente na totalidade mundial. "É colossal o crescimento da força de trabalho, esta extensão da proletarização a todo o

planeta, constitui um dos elementos mais notáveis do capitalismo. Aliás, mesmo recentemente o número de trabalhadores empregados continuou a aumentar.” (BERNARDO, 1995, p. 33).

The Economist (22/05/1993, p.16), citado por BERNARDO (1995), indica que em 1992, 66% da população do OCDE com idade entre 16 e 64 anos estavam empregados, contra 64% em 1982.

Dessa forma, ainda que não seja possível definir com precisão a taxa de desempregados, não quer dizer que o uso das novas tecnologias não tenha um custo social. Há, de fato, uma mudança substancial nos mercados de trabalho.

HARVEY (1993, p.144)<sup>12</sup>, caracterizando esses mercados, apresenta, basicamente, a constituição de dois grupos: um grupo central que

“se compõe de empregados em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização. Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativas de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel. Os custos potenciais da dispensa temporária de empregados do grupo central em épocas de dificuldade podem, no entanto, levar a empresa a subcontratar mesmo para funções de alto nível (que vão dos projetos à propaganda e à administração financeira), mantendo o grupo central de gerentes relativamente pequeno.”

O segundo grupo - periférico - abrange dois subgrupos bem distintos:

“O primeiro consiste em empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como

<sup>12</sup> Ver também CORIAT (1992, p.179-208), onde ele descreve, com precisão, os novos grupos de trabalhadores e formas de trabalho que estão surgindo com a implantação das novas tecnologias.

pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado. Com menos acesso a oportunidades de carreira, esse grupo tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade, o que torna as reduções da força de trabalho relativamente fáceis por desgaste natural.”

O segundo subgrupo periférico oferece uma flexibilidade numérica ainda maior

“e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico. Todas as evidências apontam para um crescimento bastante significativo desta categoria de empregados nos últimos anos.”

A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores "centrais" e contratar mão-de-obra de terceiros - "terceirizar", ou empregar mão-de-obra temporária, por tempo determinado. Há uma certa segurança no emprego para os trabalhadores "centrais" e nenhuma garantia de emprego e condições de trabalho para os trabalhadores temporários.

Está presente, portanto, um problema social e político que merece ser enfrentado pelos indivíduos e pela sociedade, independente do resultado das pesquisas. Muitos trabalhadores estão sendo expulsos do emprego sem condições de conseguir um outro lugar na produção, por não se adequarem ao novo perfil exigido pelas empresas ou pela entrada de novos profissionais, já qualificados, para o mercado.<sup>13</sup>

O fenômeno que aparece, na sociedade contemporânea, como desemprego, trata-se, de acordo com BERNARDO (1995, p.63),

---

<sup>13</sup> Não é nosso objeto fazer aqui uma longa análise da questão do mercado. Para um aprofundamento desse tema e para uma idéia das várias propostas feitas pelos sindicatos a respeito da introdução das novas tecnologias, nos países industrializados, ver DÄUBLER (1994) e MATTOSO (1994) e TRABALHO e Reestruturação Produtiva: 10 anos de linha de Produção/DIEESE (1994).

“de uma reorganização global da força de trabalho, reservando a uma minoria de trabalhadores altamente qualificados, e por isso mais produtivos, a estabilidade de emprego e a segurança social e condenando os restantes a empregos instáveis ou a tempo parcial, em boa medida excluídos do quadro legal. Ou seja, aquilo que as estatísticas apresentam como uma força de trabalho desempregada é, em grande parte, uma força de trabalho condenada a laborar em situação de marginalização”.

No entanto, a solução não está na pura e simples negação da ciência e da implantação das novas tecnologias, nem numa visão idealista e romântica do desenvolvimento científico.

A modernização, capitaneada pelo capital, tem exacerbado e aflorado, com mais crueza, o seu padrão de exploração e os aspectos desumanizantes de sua forma de produzir e de organizar o trabalho. Têm surgido soluções fechadas, restritas aos Estados nacionais gerando, por exemplo, o renascimento do espectro do nacionalismo de extrema-direita e da xenofobia.

No entanto, de outro lado, surgem apelos em busca de novos caminhos capazes de enfrentar esta situação e poder criar uma outra estrutura social, mais igualitária, com uma qualidade de vida melhor para todos os povos:

“O impulso em direção a uma igualdade cada vez maior entre os homens é, como Tocqueville havia observado no século passado, irresistível. Cada superação desta ou daquela discriminação, com base na qual os homens dividiram-se em superiores e inferiores, em dominadores e dominados, em ricos e pobres, em patrões e escravos, representa uma etapa por certo não necessária, mas possível, do processo de civilização. Jamais em nossa época foram postas em discussão as três fontes principais de desigualdade: a classe, a raça e o sexo. A gradual equiparação das mulheres aos homens, primeiro na pequena sociedade familiar, depois na maior sociedade civil e política, é um dos sinais mais seguros do irrefreável caminho do gênero humano rumo à igualdade.” (BOBBIO, 1995, p.128).

Diante dessas possibilidades e utopias, frente às contradições existentes no sistema capitalista de produção, podemos nos perguntar como as sociedades poderão redefinir a lógica do capital, e que lugar terá o trabalho e a produção na vida dos indivíduos e da sociedade. “Como rearranjar sua distribuição e a maneira de produzir e consumir, reduzir e dividir a sua duração, repartir a riqueza e renda produzidas de maneira mais solidária e equitativa?” (MATTOSO.1995, p.114).

Mais do que em qualquer outra época da história, estas e outras questões se colocam de forma globalizada. São espaços e tempos educativos, de formação humana internacionalizados e globalizados, oferecendo inúmeras possibilidades apontando para outras formas de organizar a sociedade. Temos a possibilidade de modificar a condição humana ou de aprofundar as desigualdades presentes. Entretanto, frente a essas desigualdades e às várias formas de pessimismo históricos, é necessário construir outros referenciais que nos auxiliem na compreensão dos processos vivenciados e instaurados pelos indivíduos, referenciais que possam estabelecer o confronto entre as diferentes análises da realidade sócio-histórica. A condição humana é uma lenta e prolongada construção do próprio homem, ao mesmo tempo um ser individual e social, numa relação complexa. É um processo de contínuas transformações nas estruturas sociais e nas da personalidade. Processo que ELIAS (1993) chama de “civilizador”, hoje caracterizado por processos de integração, flexibilização aumentando a interdependência entre os indivíduos, nações, culturas e economias mundiais. São processos históricos cujos sujeitos políticos são os indivíduos, organizados em grupos e classes sociais, em constantes conflitos de interesses.

Estes mesmos processos históricos, de integração e de crescente interdependência entre as sociedades e indivíduos, é o nosso objeto de análise, no próximo capítulo, a partir de uma outra perspectiva - a da filosofia da história, da sociologia e da psicosociologia. Dessa forma, retomaremos o mesmo tema, no entanto, alargando o nosso olhar, tentando apreender o sentido desse movimento de aprendizagem, educação e formação realizado pelos seres humanos.



## CAPÍTULO 2

# O PROCESSO CIVILIZADOR E SEU CARÁTER PEDAGÓGICO

“A vida inventa! A gente principia as coisa, no não saber porque, e desde aí perde o poder de continuação - porque a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada”.

(GUIMARÃES ROSA)

No capítulo anterior descrevemos o atual processo de transformações da sociedade. Analisamos a reestruturação da produção e do trabalho e a reorganização do social como um todo. As tecnologias da informação, com base na microeletrônica e na informática, possibilitam um processo acelerado de mudanças em todos os setores da vida humana. Não são elas que determinaram as mudanças, mas se constituíram como a base técnica necessária e imprescindível, garantidora do processo de integração e flexibilização.

Os seres humanos, em todos os recantos da Terra, estão envolvidos, num imenso e intenso processo de integração e desintegração, provocando mudanças pessoais e institucionais. Por ora, a direção histórica aponta para uma integração total da humanidade, mais abrangente e duradoura. É importante frisar que a integração em curso ainda é hegemônica pelo sistema de organização capitalista. Significa dizer que o capitalismo mantém suas leis de organização e funcionamento, a sua lógica de crescimento, concentração e produção de lucro.

Muitos das pesquisas e estudos desenvolvidos<sup>1</sup>, ao analisar a questão do fim ou não do fordismo e do capitalismo, confirmam que o sistema predominante, apesar da reestruturação, continua sendo o sistema capitalista de produção. Permanece a lógica da expropriação da mais valia, da concentração do saber, do controle da informação e da utilização do saber e da ciência como meio de se aumentar a produtividade e de se obter maior lucro.

Diante da percepção dessa realidade - sociólogos, economistas, educadores, entre outros - fazem análises carregadas de um pessimismo a-histórico. Suas reflexões enxergam a catástrofe, confirmadas por cifras e mais cifras, num aparente rigor científico. A atual situação histórica é considerada como implacável, inexorável, sem alternativas; ou as alternativas se restringem a pequenas resistências setorizadas e isoladas. Eles foram contaminados pelo "estigma da desilusão"<sup>2</sup>. Em muitos países, os grupos pensantes estão derrotados e a derrota reduz os indivíduos que os compõem, à mera condição de técnicos, com destreza, qualificados, com um discurso que justifica a situação atual como sem saída ou como a única saída possível para o progresso da humanidade.

Nas teorias formuladas por esses grupos - sociólogos, economistas, pedagogos, filósofos e outros - a idéia de desenvolvimento das sociedades humanas foi expulsa. Criaram teorias estáticas, "fundadas no pressuposto tácito de que somente seria possível construir

---

<sup>1</sup> Entre outros ver HARVEY (1992), MANACORDA (1984), MATTOSO (1995), TRABALHO e Reestruturação Produtiva (1994), O MUNDO do trabalho: crise e mudança no final do século (1994).

<sup>2</sup> Neste sentido ver KURZ (1993), FUKUYAMA, F. - *O Fim da História e o Último Homem*, 1992. E vários autores considerados de esquerda que hoje defendem o neoliberalismo, como se não houvesse outra saída, ou que a história tivesse parado seu processo de transformações. Ver ainda importante análise de ANDERSON, P. - *O Fim da História: de Hegel a Fukuyama*, 1992, refutando o prognóstico de FUKUYAMA sobre o fim da história e do socialismo. Como análise e crítica a Adam Schaff, Claus Offe e Kurz que também preconizam o fim do trabalho como categoria fundamental ver o interessante trabalho de FRIGOTTO (1995), e também o livro, organizado por GENTILI, P e SADER, E. - *Pós-liberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático* (1995).

teorias estáticas. “fundadas no pressuposto tácito de que somente seria possível construir teorias universais da sociedade humana com base em observações de nossa própria sociedade, aqui e agora.” (ELIAS, 1994a, p.145). No centro do trabalho daqueles autores, surgem conceitos, dogmas com força de leis, e de leis imutáveis. E concluem que “o capitalismo é a forma definitiva e desejável da humanidade. A utopia, por este caminho fica esmaecida e com ela, a ação política.” (FRIGOTTO, 1995, p.15-16).

Outros estudos, ao apontarem em várias teorias a ausência de uma perspectiva histórica, que leve em conta os processos sociais, propõem e defendem, com convicção, a construção de um pensamento crítico. Este pensamento crítico, no entanto, se apresenta como uma descrição dos fatos conjunturais e imediatos, do processo de reestruturação do capitalismo, num espaço muito curto de tempo.

Estas análises indicam e explicam as conseqüências provocadas pelas reestruturações do capitalismo, no campo social, político, econômico e cultural. São análises bem desenvolvidas que, em alguns casos, se tornaram importantes denúncias das desigualdades ampliadas neste final do século.<sup>3</sup> Em geral, limitam-se a apresentar e a denunciar os aspectos deformadores, desqualificadores do modo de produção e de trabalho sob a hegemonia do capital.

No entanto, ao final da análise, apresentam o projeto do Capital com tal nível de articulação, organização e hegemonia, que a conclusão, no âmbito da ação política e da história, é a mesma daqueles aos quais se queria criticar e ultrapassar: o capitalismo é a forma, se não desejável e definitiva de organização da sociedade, é a única possível. A

---

<sup>3</sup>Nesta perspectiva cf. FRIGOTTO (1995), polemizando com Claus Offe, Kurz e Adam Schaff, autores que preconizam o fim do trabalho humano. Cf. Também GENTILI, P. (1994); GENTILI, P. e SADER, E. (Orgs.), 1995.

História é colocada numa sinuca de bico, a alternativa é resistir. Apesar dessa fragilidade, estas análises cumprem um importante papel na explicitação das desigualdades entre os homens e contribuem na formação e consolidação de um ethos social e político de igualdade entre os seres humanos.

Se por um lado, o pessimismo e o fatalismo tenham alguma base objetiva na realidade, principalmente pelo caráter marcadamente desigual assumido pelo processo sócio-histórico, segundo diferentes países, regiões, empresas e indivíduos, e pela ampliação das desigualdades e do desemprego; por outro lado, “o padrão de vida das massas nos países da primeira onda de industrialização subiu mais no século XX do que nos anteriores. Melhorou o estado de saúde e cresceu a expectativa de vida.” (ELIAS, 1994b, p.227). Aumentaram as possibilidades de comunicação entre os países, e entre as pessoas, graças ao desenvolvimento das telecomunicações e da informática.

THERBORN (1995, p. 48-49), afirma que nas economias capitalistas avançadas, a tendência dominante é reivindicar mais qualificação da força de trabalho, ainda que existam tendências secundárias em direção oposta. Ele revela que o nível de educação da população mundial e nacional está crescendo, ao mesmo tempo em que se elevam os níveis de autonomia individual. É difícil negar que o conhecimento humano dos processos naturais tenha progredido ao longo dos séculos, inclusive no atual. Também transformam-se as práticas culturais e os processos de formação humana.

A Revolução Industrial e a reestruturação mundial do capitalismo, analisadas no capítulo anterior, criaram as condições materiais e técnicas para a expansão do processo de integração social, abrangendo todo o planeta, em graus diversos e desiguais. De uma forma ou de outra, as culturas regionais e nacionais são atingidas por esta integração e

com ela interagem, num processo extremamente contraditório e conflituoso, gerando riquezas materiais e de saber, mas também provocando desequilíbrios constantes entre países, empresas, classes sociais e indivíduos, transformando o perfil das estruturas sociais e individuais.

Ao contrário do que observam as teorias "estáticas", a história está em movimento, em desenvolvimento, em outras palavras, em processo. Para compreender este processo - sua direção e possibilidades para os seres humanos é necessário, "ir além da denúncia dos aspectos deformadores da organização do trabalho capitalista, e inclusive além das dimensões educativas de resistência política a essa organização e aprofundar as dimensões educativas presentes na objetividade do trabalho moderno. (ARROYO, 1991, p. 210).

Todas as transformações em curso - integração, flexibilização, introdução de tecnologias informatizadas, uso da microeletrônica, avanço nas telecomunicações, novas formas organizacionais e gerenciais, compressão espaço-tempo<sup>4</sup>, novos valores, um outro ethos social, mudanças na produção e no trabalho - tornam-se objeto de um processo de aprendizagem e de formação humana, envolvendo instituições, empresas, classes sociais e indivíduos. São transformações cujo palco de ação é o espaço da história dos homens e mulheres.

Em que direção apontam estas transformações? Como estar cômico do seu rumo para poder, de alguma forma, nela intervir, confrontando-as com projetos sociais diferenciados? Estas questões, de acordo com ZEMELMAN (1994), exigem uma reflexão séria e profunda, devendo ser colocadas como uma necessidade histórica, não como reflexões casuais. É necessário construir uma concepção histórica do processo, situada na

---

<sup>4</sup> Sobre a compressão espaço-tempo cf. HARVEY (1993, p.144).

tensão criada entre o passado e o presente dos seres humanos, no conflito de seu processo de formação e aprendizagem.<sup>5</sup>

Pesquisar e trabalhar com a concepção de processo na história, coloca-nos frente a uma série de interrogações: existe um sentido na história? Teria havido uma evolução na história, por exemplo, da Idade Média, passando pelo feudalismo, pela revolução burguesa, pelas grandes guerras, até chegar aos nossos dias? Em que direção caminha a história? Estaria havendo um processo civilizador? Como entendê-lo? Que transformações ocorreram nas sociedades e nos indivíduos que poderiam ser caracterizadas como civilizadoras? Que novas formas de organizar a sociedade foram sendo criadas? Que relações podemos estabelecer entre o indivíduo e o social? Quem determina a transformação, as relações sociais ou o indivíduo? Como se dá esta relação? Como explicar os processos de transformação pelos quais passa a sociedade? Qual o significado do atual processo de integração e de mudanças na organização da produção e do trabalho? Quais são as suas forças motivadoras?

Frente a estas questões, NORBERT ELIAS elabora sua pesquisa e análise, expressando-a em seus livros "O Processo Civilizador" (2 vol.), publicado, originalmente, em 1939 e no livro "A Sociedade dos Indivíduos", 3 ensaios de 1939, 40 e 87. ELIAS nasceu em 1897, em Breslau, Alemanha. Morreu em Amsterdam em 1990. Sociólogo alemão, estudou medicina, filosofia e psicologia na Alemanha. Ele é um sociólogo de vocação interdisciplinar. Embora tenha escrito "O Processo Civilizador", em 1939, somente nos anos 70 é que ele alcançou um reconhecimento mais amplo, começando sua obra ser citada e a inspirar novas pesquisas

---

<sup>5</sup> Cf. ZEMELMAN (1994), em sua conferência na 16ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, realizada em Caxambu, em 1994.

Como método de análise ELIAS lidou com o contraditório, com o conflito presente entre as diversas forças sociais e identificou nestes conflitos os processos que gestam as formas de se organizar a sociedade. Ele procurou nos processos históricos, não um único fator determinante e natural que, sendo a causa poderia provocar estes ou aqueles efeitos históricos. Ele se perguntou sobre as forças que estão atuando na história, que mudanças estão provocando e de que forma. Para ele as determinações, entre o indivíduo e o coletivo social, são mútuas, quando se trata das transformações sociais, políticas, econômicas ou culturais. ELIAS desenvolveu sua análise buscando compreender as interrelações entre as mudanças na estrutura da sociedade e as modificações no comportamento humano e na sua constituição psíquica, ambos em constante evolução.

Podemos encontrar em ELIAS muitos pontos de convergência com os pesquisadores da escola dos *Annales*<sup>6</sup>, apesar dele não ser citado como um deles e não pertencer à mesma tradição intelectual. Bem antes de E.P. THOMPSON<sup>7</sup>, ele rejeita a idéia das 'tradicionais' interpretações marxistas, que enfatizavam as forças econômicas como as principais determinantes da história. As relações econômicas não são anteriores às culturais, nem as determinam, elas próprias são campos de prática cultural, onde realizam-se importantes

<sup>6</sup> "Na história, o avanço para o social foi estimulado pela influência de dois paradigmas de explicação dominantes: o marxismo, por um lado, e a escola dos *'Annales'*, por outro... No final da década de 1950 e nos primeiros anos da de 1960, um grupo de jovens historiadores marxistas começou a publicar livros e artigos sobre a 'história vinda de baixo', inclusive os atualmente clássicos estudos de *George Rudé* sobre as classes populares parisienses, de *Albert Soboul* sobre os *sans-culottes* parisienses, e os de *E. P. Thompson* sobre a classe operária inglesa. Com essa inspiração, os historiadores das décadas de 1960 e 1970 abandonaram os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas e direcionaram seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres."

*Para Traian Stoianovich*, "o paradigma da *Annales* constitui uma indagação sobre como funciona um dos sistemas de uma sociedade, ou sobre como funciona toda uma coletividade em termos de suas múltiplas dimensões temporais, espaciais, humanas, sociais, econômicas, culturais e circunstanciais." HUNT, L. (1992, p.2-3).

<sup>7</sup> Cf. THOMPSON, E. P. - *A Formação da Classe Operária Inglesa*, 1987; e DESAN, S. (1992, p.63-99) sobre a obra de E. P. THOMPSON..

processos de aprendizagem e de formação humana. THOMPSON, por exemplo, vê a classe como

“uma categoria histórica que descreve as pessoas em termos de seu relacionamento ao longo do tempo, num ativo processo de criação. ‘Não podemos entender o que é classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural’, escreve THOMPSON na introdução a ‘The Making of the English Working Class’<sup>8</sup>. [...] Em termos ideais o conceito de E.P. THOMPSON da formação cultural da identidade de classe, pretende promover uma análise sutil da interação dialética entre economia e valores, entre estrutura e operação, entre os elementos materiais e culturais da existência.”(DESAN, 1992, p. 68-69).

ELIAS e THOMPSON negam a possibilidade de subordinar o comportamento histórico a um conjunto de leis universais ou de teorias que tudo abrangem. No entanto, ciente do risco de cair num “relativismo histórico”, que vê a história apenas em transformação constante, sem chegar à ordem subjacente a esta transformação e às leis que governam a formação de estruturas históricas, ELIAS (1994b, p.17), em sua pesquisa, que ele denomina de sócio e psicogenética, se propõe “a revelar a *ordem* subjacente às *mudanças* históricas, sua mecânica e mecanismos concretos; e parece que, desta maneira, grande número de questões que julgamos hoje complicadas, ou muito além da compreensão, podem receber respostas bem simples e precisas”.

Por fim, RIBEIRO (1993, p.9-12) assinala, que nos trabalhos de ELIAS, vislumbra-se uma ética, uma forte convicção moral. “A convicção que o homem se civiliza, e de que isto constitui um valor positivo”. ELIAS, apesar das grandes guerras, consegue, ao perscrutar a história humana de quase setecentos anos, afirmar a direção da humanidade rumo ao

<sup>8</sup> Em português: THOMPSON, E.P. - *A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade*, 1987, p.12.



civilizar das sociedades e das relações humanas, ainda que esta 'evolução' não seja a única possível e necessária, e não esteja garantida de uma vez por todas.

No atual momento histórico, a análise de ELIAS, sua utopia e esperança vêm, de forma concreta e desafiante, suprir as 'carências de utopias'<sup>9</sup>, na discussão das possíveis alternativas para a América Latina e para a sociedade mundial.

## **2.1 - Processo Civilizador e de Formação Humana**

### **• civilização e Cultura**

Os discursos e os conceitos construídos não são uma simples peça de oratória, nem se restringem ao uso individual, isolado de uma língua (idioma). A estrutura da língua (as regras gramaticais inclusive) serve de base material para a produção dos discursos. Mas, esta produção é qualificada e ganha significado, pelo uso da língua, em condições sociais concretas, na relação entre os interlocutores<sup>10</sup> - o locutor e o alocutário - com objetivos e efeitos determinados. Esta relação que acontece entre duas ou mais pessoas, também pode ser entendida como relações estabelecidas, através do discurso, entre e dentro dos grupos, classes sociais e Estados. A língua e a formação de conceitos devem ser compreendidas como instrumentos externos de comunicação, de transmissão de informação, mas também como é expressões de relações sociais historicamente datadas.

---

<sup>9</sup> Cf. ZEMELMAN (1994, p.9).

<sup>10</sup> Para uma análise mais detalhada e aprofundada do conceito de discurso como enunciação entre um locutor e um alocutário cf. POSSENTI, Sírio (1988).

Na sociologia dos processos, o desenvolvimento dos conceitos, é visto como um aspecto do desenvolvimento social. Cumpre também uma função explicativa. Marca o nível de desenvolvimento, de complexidade de uma dada sociedade, ou pelo menos, nos oferece um elemento de análise do grau de complexidade das relações sociais. (ELIAS, 1994 a, p. 131-132). O aparecimento mais ou menos súbito de palavras em línguas quase sempre indica mudanças na vida do povo, sobretudo quando os novos conceitos estão destinados a se tornarem fundamentais, como é o caso de civilização e cultura. Conceitos em ascensão podem expressar o surgimento de uma nova realidade, de novas relações sociais.

Nessa perspectiva os conceitos de civilização e cultura assumem forma na base de experiências comuns situadas historicamente. Situação e história do grupo e de classes sociais refletem-se nelas. Sustentado por recursos lingüísticos disponíveis no grupo e classes sociais, é estabelecido o significado dos conceitos. Os conceitos de civilização e cultura foram usados repetidamente até se transformarem em instrumentos eficazes para expressar o que as pessoas experimentaram em comum e queriam comunicar. Tornaram-se experiências coletivas de expressão, e passaram ao emprego comum, no linguajar diário dos indivíduos. O processo social de sua gênese talvez tenha sido esquecido há muito. No entanto, os conceitos só sobrevivem quando ou enquanto retiverem um valor existencial, uma função na existência concreta da sociedade. (ELIAS, 1994 b, p.26).

O conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, aos comportamentos e maneiras individuais e sociais, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes, ao tipo de habitação, às formas como os homens e mulheres vivem juntos, ao sistema judiciário. Em suma, civilização refere-se a tudo aquilo que diz respeito às formas dos seres humanos se

organizarem em sociedade. ELIAS, ao analisar a função geral desse conceito, chega a uma descoberta aparentemente muito simples: civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. O conceito “ resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’”. A sociedade ocidental se orgulha do nível de sua tecnologia, do desenvolvimento de sua cultura científica, de sua visão do mundo, da natureza dos seus costumes. (ELIAS, 1994b, p.23).

Há, no entanto, uma diferença entre o conceito de civilização e o conceito de cultura:

“até certo ponto, o conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos; enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou - na opinião dos que o possuem - deveria sê-lo. Manifesta a autoconfiança dos povos cujas fronteiras nacionais e identidade nacional foram tão plenamente estabelecidos, desde séculos, que deixaram de ser tema de qualquer discussão, povos que há muito se expandiram fora de suas fronteiras e colonizaram terras muito além delas.” (ELIAS, 1994 b, p.25).

Civilização descreve um processo, ou pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente “para frente”. Já o termo cultura (ou Kultur do alemão) dá ênfase especial a diferenças nacionais e à identidade particular de grupos ou de sociedades. “Reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: ‘qual é, realmente, nossa identidade?’” (ELIAS, 1994 b, p.25). O conceito de Kultur, segundo ELIAS, reflete, por exemplo, o esforço da nação alemã, na busca de sua identidade.

Também espelha a luta de qualquer outra nação que teve, inúmeras vezes, de redescobrir ou reconstruir sua nova cultura e identidade, após ter passado pelos vários processos de colonização. Estamos nos referindo aos países da América Latina, colonizados por

ingleses, portugueses, espanhóis e por outros povos. Em nome da Cruz, e mais tarde, da civilização, a sociedade do Ocidente empenha-se, durante a Idade Média, em guerra de colonização e expansão.

Na América Latina, o conceito de cultura adquiriu um forte estatuto de resistência, de luta de povos pela manutenção e preservação de seu espaço e de sua forma de vida. No entanto, o fato histórico, que não podemos ignorar, é que, desse embate, a civilização, enquanto processo colonizador, saiu vitoriosa, ainda que miscigenada com a cultura local, trazendo e criando contradições e desafios.<sup>11</sup>

Na análise de ELIAS aparece um confronto entre os conceitos de civilização e cultura:<sup>12</sup> se, por um lado, o conceito de cultura pode significar, em termos sociais e políticos, um movimento tanto de resistência quanto de busca de uma nova identidade; o conceito de civilização expressa hoje um movimento real, historicamente dado, de formação de uma cultura internacional, manifesta no processo de integração e interdependência, no qual estão envolvidos as nações, instituições, empresas e indivíduos. Este processo não substituiu o movimento da Kultur - da busca da própria identidade - mas, o processo civilizador ganha força, impulsionado pelas telecomunicações e pela informática - pela telemática. Há um processo mais rápido de diferenciação e identificação entre os indivíduos e, conseqüentemente, entre os Estados e as sociedades. Os indivíduos, paulatinamente, se diferenciam de seus grupos sociais de origem. Sua referência estrutural deixa de ser a família, a clã, o agrupamento social limitado, para uma

---

<sup>11</sup> Para uma análise do processo colonizador e civilizador na América Latina, tendo como pano de fundo os processos culturais aliados aos processos sócio-históricos, Cf. BOSI, A. (1992).

<sup>12</sup> ELIAS percorreu, em sua pesquisa, o caminho histórico da formação dos conceitos de civilização e cultura, na Alemanha, França e Inglaterra. Não faremos, aqui, o mesmo percurso histórico do autor, com toda sua riqueza de detalhes.

limitado, para uma identificação mais alargada. Cria-se uma nova estrutura de personalidade, o indivíduo se percebe como um ser único, singular que relaciona-se com outras pessoas, provocando uma extensão de sua referência estrutural - psíquica e social.

Assim, numerosas características sociais, originariamente de uma determinada classe ou grupo social, estampadas nas pessoas por sua situação social, transformam-se em características nacionais e, hoje, transnacionais. O conceito de civilização vai ganhando novos contornos e vão surgindo novos recursos lingüísticos para expressá-los - globalização, transnacionalização, flexibilização, planetarização, sociedade da informática e outras. Expressam novas relações sociais e individuais, e novas formas de organização e gestão dos poderes.

A relação entre os dois conceitos também é antitética. Se o conceito de Kultur significa resistência, o de Civilização, quando foi cunhado, após os meados do século XVIII, na França, é, em primeiro lugar e acima de tudo, uma expressão de oposição, de crítica social a um antigo regime. "As relações internas de poder e interesses, a estrutura social da própria França, haviam mudado radicalmente. [...] As relações de comércio haviam se tornado mais densas e amplas, a atividade industrial mais vigorosa, as comunicações melhores, e mais íntimas a integração econômica e a interdependência do território francês."(ELIAS, 1994 b, p.56).

Se, num primeiro instante, o conceito era usado comparado aos sinônimos de polido, bem educado ou civilizado, em referência ao comportamento dos membros da corte e em comparação aos costumes dos mais simples e socialmente inferiores, neste momento da história francesa, ele é expressão do dinamismo social e seu significado transcende o indivíduo, e ganha força de crítica social, pois segmentos da burguesia sentiam-se

incomodados por aquela forma como a sociedade francesa estava organizada. Passaram a exigir uma outra civilização, demandavam reformas. “O termo civilisation era um claro reflexo daquelas idéias reformistas”.

Ao conceito adicionou-se a compreensão da resistência de forças sociais ‘anônimas’. O governo já não podia, como os antigos reis, baixar decretos a seu bel prazer. Até mesmo o governo mais absoluto ficava impotente diante do dinamismo do desenvolvimento social. “As dores do parto da revolução industrial, que não podiam ser compreendidas como resultado da ação do governo, ensinaram ao homem, por um curto momento e pela primeira vez, a pensar em si mesmo e em sua existência social como um processo.” Manifestava-se a força de um movimento social sinalizando para um processo de transformação daquela sociedade. (ELIAS, 1994 b, p.59).

Em 1774, a palavra “civilisation” surge pela primeira vez, como um conceito amplamente usado e mais ou menos preciso, sem a menor variação de significado, como termo indispensável e geralmente entendido. O conceito tornou-se a expressão de experiências coletivas, do surgimento de uma outra estrutura social e de personalidade na sociedade francesa.

ELIAS, citando HOLBACH, no seu *Système Social*, editado em 1774, apresenta a nova conotação de civilização:

“Nada há que oponha mais obstáculos no caminho da felicidade pública, do progresso da razão humana, de toda a civilização dos homens do que as guerras contínuas para os quais príncipes estouvados são atraídos a cada momento. Ou, em outro trecho: A razão humana não é ainda suficientemente exercitada; a civilização dos povos não se completou ainda, obstáculos inumeráveis se opuseram até agora ao progresso do conhecimento útil, cujo avanço só poderá contribuir para o aperfeiçoamento de nosso governo, nossas leis, nossa educação, nossas instituições e nossa moral.” (ELIAS, 1994 b, p.61),

A noção subjacente a estas transformações não mais é em comparação às classes inferiores, mas relaciona-se ao estágio anterior da sociedade, permeada pelas guerras empreendidas pelos governantes. A proposta reformista presente, já próxima da revolução francesa de 1789, advoga que o aprimoramento das instituições, da educação e da lei será realizado pelo aumento do conhecimento de todos, não só dos eruditos. Duas concepções se fundiam, portanto, à idéia de civilização: a de resistência - contraconceito geral à barbárie, e a noção de processo enquanto movimento, evolução, desenvolvimento.

Civilização é, agora, um processo social e individual que deve prosseguir. Nas mãos e mentes da classe média da época significava a eliminação de tudo o que era bárbaro ou irracional nas condições vigentes, que impedisse, por exemplo, o desenvolvimento do comércio, como era o caso das guerras internas. O processo civilizador deveria levar à pacificação interna dos países pelos reis. Inicialmente “o conceito de *civilisation* é, como acontece com o de *Kultur*, um instrumento de classe média - acima de tudo, da *intelligentsia* de classe média - no conflito social interno. Com a ascensão da burguesia, ele veio, também, a sintetizar a nação, a expressar a auto-imagem nacional.” (ELIAS, 1994 b, p.64).

A partir dessa ascensão, o processo de civilização foi dado por terminado. O conceito perdeu a força que lhe deu origem - a perspectiva de processo - e as sociedades européias se atribuíram o papel de transmissoras a outrem de uma civilização existente ou acabada. Transformaram-se em porta-estandartes da civilização em marcha. Estas nações civilizadas criaram, a sua própria consciência de superioridade em relação aos outros povos. ELIAS, diante desse fato observa que, “na verdade, uma fase fundamental do processo civilizador foi concluído no exato momento em que a *consciência* de

civilização, a consciência da superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte começaram a se espalhar por todas as nações do Ocidente.” (ELIAS, 1994, p.64).

Contudo, ainda que, politicamente e ideologicamente, a burguesia e seus Estados tivessem querido subtrair do conceito de civilização, sua força processual, os movimentos sociais, historicamente constituídos não obedecem cegamente aos objetivos de grupos, classes ou nações isoladas. Como a história se faz pelas relações sociais, pautadas pelos vários projetos individuais e sociais, o conceito de civilização é a concretização de um processo que ainda continua, contrariando aquelas nações, cientistas e indivíduos que querem dá-lo por terminado.

A “civilização” que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. Todas as características distintivas que lhe atribuímos - a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer que seja - atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento.” (ELIAS, 1994 b, p.73).

As várias épocas históricas apresentaram padrões de comportamento, podemos dizer, de cultura, diferentes dos nossos. Se melhores ou piores, se traziam mais ou menos felicidade, não é oportuno perguntar, porque não levaria a nada querer voltar a este ou àquele passado, ou ficar, metafisicamente, imaginando um futuro diferente. O processo histórico não avança seguindo análises saudosistas ou futuristas. Além do mais, como nos diz ELIAS (1994b), não é tarefa das mais fáceis tornar este movimento da história bem visível, sobretudo porque ele ocorre com grande lentidão, e acontecem múltiplas flutuações, seguindo curvas mais curtas ou mais longas. Nem sempre é possível perceber,



com clareza, qual a direção do movimento, e se determinados fatos, mudanças e processos correspondem a reais transformações. A dificuldade torna-se ainda maior porque nós mesmos, como indivíduos, e nossas instituições somos parte desse movimento.

Por causa desse envolvimento, "o processo de aprendizagem da humanidade sobre as coisas não planejadas que lhe acontecem é um processo lento, que avança consideravelmente atrás do processo social em que ela possa estar empenhada num dado momento" (ELIAS, 1994a, p.137). Entretanto, apesar do processo civilizador, nas palavras de ELIAS, não seguir em linha reta, a tendência geral do processo social e da mudança, pode ser identificada. Em escala menor pode-se observar os mais diversos movimentos que se entrecruzam, mudanças ou surtos nesta ou naquela direção. Em todas as fases ocorrem numerosas flutuações, freqüentes avanços ou recuos dos controles internos e externos, mostrando que o movimento civilizador é infinitamente mais complexo.

Esta complexidade exige da sociologia atual que avance para um novo nível de síntese, tendo presente o avanço da humanidade em direção à integração e interdependência. Não só a sociologia, mas as ciências precisam incorporar e desenvolver em suas análises a noção de processo, não como uma transição para algo definitivo, mas como a possibilidade constante de transformações, baseadas na compreensão dos projetos humanos, em confronto e em diálogo permanente. Mais do que uma exigência científica ou acadêmica, é uma exigência ética.

"Esse antigo regime, esse estágio anterior da sociologia, no qual as unidades sociais organizadas como tribos e Estados constituíam os modelos para o conceito de sociedade, correspondia basicamente à realidade social. As distâncias entre muitos Estados e grupos destes, antes do desenvolvimento social que gerou o automóvel e o transporte aéreo, e durante um bom tempo depois disso, eram enormes. As telecomunicações, o rádio, e a televisão estavam ainda

na infância. O turismo global e o tráfego de mercadorias eram relativamente limitados e o mesmo se aplicava a toda a rede que marcava a interdependência dos Estados do mundo. Essa rede tornou-se visivelmente mais densa no correr do século XX. *As próprias pessoas, contudo, só perceberam isso de maneira muito restrita e inexata. Não estavam habituadas a pensar em termos de processos sociais*". Mal havia alguém que falasse com clareza sobre a integração cada vez maior e mais rápida da humanidade. Ela raramente era vista como um processo social não planejado e a longo prazo." (ELIAS, 1994a, p. 135) (Grifo meu)<sup>13</sup>.

Assim, o encurtamento das distâncias, o aumento da integração e da interdependência entre os seres humanos, aconteceu como que em segredo. Não se impôs, de imediato, à experiência humana como um processo global de integração e de construção da condição humana, executada pelo próprio homem.

#### • Processos sociais - elementos de análise

Enfrentando o desafio de compreender e captar os processos sociais, ELIAS sugere um método de investigação. Constatando que à frente do interesse sociológico na atualidade, basicamente se encontra, em geral, a análise de processos de prazos relativamente curtos, e apenas com problemas relativos a situações setorizadas da sociedade, ele se propõe a pesquisar os processos de transformações das estruturas sociais e da personalidade, tomadas como mudanças que acontecem simultaneamente e de maneira interdependente, num prazo mais longo da história.

Num raio menor, ELIAS caminha para investigações psicogenéticas, com o intuito de perceber os processos nas estruturas e formas psicológicas individuais, desde as funções mais elementares às funções que orientam a conduta dos indivíduos e suas capacidades de sentir, pensar e agir.

---

<sup>13</sup> Este texto foi escrito por ELIAS em 1987.

Num raio mais amplo, interagindo com a investigação psicogenética, o estudo dos processos civilizadores requer “uma perspectiva de longo prazo, investigações sociogenéticas da estrutura total, não de um único Estado-Sociedade, mas do campo social formado por um grupo específico de sociedades interdependentes.”

Estes estudos só são possíveis porque o tecido social e sua mudança histórica não são caóticos. Eles apresentam um claro padrão e estrutura. “Investigar a totalidade do campo social não significa analisar cada um de seus processos individuais. Implica, antes de tudo, descobrir as estruturas básicas, que dão a todos os processos individuais agindo nesse campo sua direção e marca específica.” (ELIAS, 1993, p.238-239).

ELIAS afirma existir uma ligação entre mudanças a longo prazo nas estruturas da personalidade, rumo a consolidação e diferenciação dos controles emocionais, afetivos e de conduta dos indivíduos, e as transformações na estrutura social, em busca de um nível mais alto de diferenciação e integração, como por exemplo, no aumento e prolongamento das cadeias de interdependência e de consolidação dos ‘controles estatais’.

(Elias: 1994 b, 215-216)

Os fenômenos sociais, na verdade, só podem ser observados como evoluindo e tendo evoluído. Sua dissecação por meio de pares de conceitos, que restringem a análise a dois estados antitéticos, como indivíduo de um lado e sociedade de outro, representa um desnecessário empobrecimento da percepção sociológica tanto a nível empírico como teórico.

Coerente com este método de pesquisa, indivíduo e sociedade, ou Ego e sistema social são duas entidades inseparáveis, não existindo independentes uma da outra. Não são dois sujeitos ou objetos que, antes existem separadamente e para depois se interpenetrarem..

São dois aspectos diferentes, embora inseparáveis, dos mesmos seres humanos. Ambos participam das transformações estruturais e se revestem do caráter de processos. As estruturas da personalidade e da sociedade evoluem em uma inter-relação indissolúvel.

As transformações nas estruturas da personalidade são aspectos específicos do desenvolvimento das estruturas sociais. Além do mais, a mudança é uma característica normal da sociedade e dos indivíduos, não uma disfunção, um desequilíbrio ou uma desordem na organização social. Não existem estados de repouso onde o processo fique congelado, esperando por uma nova crise ou disfunção, para voltar a acontecer. Para exemplificar essa teoria do equilíbrio social, ELIAS cita o conceito de "sistema social", utilizado por Talcott Parsons<sup>14</sup>. O 'sistema social é uma sociedade em equilíbrio. A sociedade existe em estado de repouso. Todas as suas partes estão harmoniosamente sincronizadas umas com as outras, todos os indivíduos e instituições estão sintonizados nas mesmas regras e normas, funcionando sistemicamente. Em geral não há conflitos entre as partes, o que ocorre são pequenas oscilações, manifestações de disfunções que, prontamente, necessitam ser negociadas e assimiladas pelo sistema.

Nessa concepção de sistema social a nação é vista como uma comunidade, uma grande família. Esta imagem e sentimento de ordem e sistema harmonioso deve estender-se para todos os espaços sociais e individuais, num processo constante de socialização e de busca de superação dos conflitos e das diferenças.

Esta forma de pensar e estruturar a sociedade também se aplica a outros conceitos como 'função', 'estrutura', 'norma', 'papel', 'integração', 'ordem', 'qualidade total' e representam, sem exceção, "em suas formas correntes, tentativas de conceitualizar certos

---

<sup>14</sup> Para uma análise mais completa da teoria de Talcott Parsons, cf. ELIAS (1994 b, p.218-223).

aspectos da sociedade humanas abstraindo-as de sua dinâmica, de sua gênese, de seu caráter como processo, de seu desenvolvimento.” (ELIAS, 1994 b, p.234).

Estas teorias, baseadas na idéia de sistema social, presentes na atualidade, com matizes diferentes, negaram e rejeitaram as noções de desenvolvimento e de processo histórico, presentes em várias análises nos países em fase de industrialização do século XIX.

Neste período, segundo ELIAS, o coro de vozes se dividia entre os que exaltavam um passado melhor e os que cantavam um futuro mais risonho. Os primeiros viam no presente um estado de deterioração e opunham-se à transformação da sociedade pela via da industrialização. Esses representavam não só as elites pré-industriais, mas também um amplo setor de trabalhadores, especialmente os da agricultura e os de ofícios artesanais. Os outros, que acreditavam num futuro melhor e no progresso da humanidade, representavam as duas classes industriais emergentes - trabalhadores e patronato.

“Entre os sociólogos cuja imagem de sociedade se orientava para o progresso e um futuro melhor eram encontrados, conforme sabemos, porta-vozes das duas classes industriais. Incluíam eles homens como Marx e Engels, que se identificavam com a classe operária industrial, e também sociólogos burgueses, como, por exemplo, Comte, no início do século XIX. Eles tinham plena confiança no futuro melhoramento da condição humana, ainda que variasse muito o que concebiam como melhoramento e progresso, dependendo da classe a que pertencessem.” (ELIAS, 1994 b, p.227).

A rejeição atual ao conceito de desenvolvimento e de processo pode ser vista, não só como uma crítica àquelas teorias por seus aspectos teleológicos - de visão de futuro - ou por seu método que buscava estabelecer relação entre uma causa e um efeito, de forma, muitas vezes mecânica ou fatural, mas também pode ser analisada como a substituição de uma ideologia voltada para o futuro por outra orientada para o presente, negando, assim,

a dinâmica social e a possibilidade de transformações na situação histórica, decretando o fim das utopias e de outros projetos sócio-históricos. Esta substituição explica

“o fato de que não foram simplesmente os elementos ideológicos no conceito sociológico de desenvolvimento no século XIX os postos em dúvida, mas o próprio conceito de desenvolvimento, o próprio estudo de problemas de desenvolvimento social de longo prazo, da sociogênese e da psicogênese. Em suma, o bebê foi jogado fora juntamente com a água do banho.” (ELIAS, 1994b, p.234).

### • **Sociedade e Indivíduo**

A análise dos processos sociais feita por ELIAS tem como pressuposto uma determinada concepção de indivíduo, de sociedade e das relações que se estabelecem entre eles.

Incorporamos aqui esta análise porque a compreensão desses pressupostos influencia diretamente no entendimento dos processos de aprendizagem e formação dos seres humanos. Também orienta a construção e execução de projetos políticos-pedagógicos, elaborados e implantados pelo Estado, por empresas, sindicatos, escolas e por professores, em várias ações pedagógicas.<sup>15</sup>

O desenvolvimento destes pressupostos está intimamente vinculado à epistemologia, pois significa pensar os processos de constituição do saber pelos indivíduos em sua relação com os outros e com a sociedade. Por outro lado, vincula-se à análise dos processos históricos porque pressupõe que a relação entre os indivíduos e a sociedade, de uma

---

<sup>15</sup> No próximo capítulo - “Trabalho e Telecomunicações : espaço e tempo de formação” - tentaremos desenvolver melhor este argumento ao analisar o processo de formação dos trabalhadores em telecomunicações .

forma ou de outra, provoca transformações na história, e é nesse campo que ocorrem os processos de produção do saber e os processos de constituição do ser humano.

A epistemologia clássica, ao analisar estas interrelações - história, conhecimento, indivíduo e sociedade - partia da noção do homo philosophicus. O homo philosophicus é o sujeito do conhecimento. No entanto, ele era dividido em um ser interior - constituído pela mente ou razão, e em um outro ser exterior - o seu invólucro, o corpo. O "eu" - ser pensante - era o que estava "dentro", a mente, a inteligência, a razão. Mente-razão e corpo formavam dois sistemas fechados e isolados um do outro.

Não era só o corpo que estava "fora", também o mundo, a sociedade e os outros indivíduos - "eu olho de dentro um mundo que está fora". Neste papel, como homo philosophicus, o indivíduo obtém conhecimento do mundo 'externo' de uma forma inteiramente autônoma. Autônoma no sentido de que este indivíduo pensante - sujeito do conhecimento - não está integrado ao mundo externo. Não necessita relacionar-se com ele para aprender e conhecer. Não precisa aprender, receber seus conhecimentos dos outros. "O fato de que chegou ao mundo como criança, o processo inteiro de seu desenvolvimento até a vida adulta e como adulto, são ignorados como irrelevantes por essa imagem do homem." No desenvolvimento da humanidade foram precisos milhares de anos para que o homem percebesse as relações causais entre os fenômenos naturais, como o curso dos astros, planetas, sol. Mas, "a *personalidade fechada* do homo philosophicus aparentemente percebe essa cadeia causal mecânica e regular, quando adulto, simplesmente abrindo os olhos, sem precisar aprender coisa alguma sobre ela com seus semelhantes, e de modo inteiramente independente do estágio de conhecimentos alcançado pela sociedade." (ELIAS, 1994b, p.237).

Nessa concepção, todas as relações, experiências que foram vivenciadas pelos indivíduos, grupos ou classes, e que os levaram a um processo de aprendizagem e de formação são consideradas irrelevantes. O indivíduo desse conhecimento, enclausurado em seu ser interior, ELIAS chama de *homo clausus*.

“A concepção do indivíduo como *homo clausus*, um pequeno mundo em si mesmo que, em última análise, existe inteiramente independente do grande mundo externo determina a imagem do homem em geral. Todo outro ser humano é igualmente visto como “*homo clausus*”. Seu núcleo, seu ser, seu verdadeiro eu aparecem igualmente como algo nele que está separado por uma parede invisível de tudo o que é externo, incluindo todos os demais seres humanos.” (ELIAS, 1994b, p.238).

O conhecimento é tomado, dessa forma, como um produto acabado, observável do interior. Esta concepção filosófica tem a incapacidade de conceber processos a longo prazo, e muito menos, conceber uma epistemologia e um percurso formativo baseados, no que Elias chama de “configurações”, formadas por grande número de seres humanos interdependentes.

“Têm dificuldade de atribuir importância aos fatos que indicam que os indivíduos, desde o início de sua vida, existem em interdependência dos outros. Têm dificuldade em conceber as pessoas, como relativa, mas não absolutamente autônomos e interdependentes, formando configurações mutáveis entre si” (ELIAS, 1994b, p.238).

O indivíduo não é tomado enquanto um processo aberto, na interdependência indissolúvel com outros indivíduos.

Esta dualidade fechada e compartimentada - interno/externo - também predominante até na forma de pensar do homem comum, tem seus derivativos nas ciências humanas. À imagem do *homo philosophicus*, da filosofia clássica, podemos relacionar a imagem do *homo oeconomicus*, do *homo psychologus*, do *homo historicus*, e mesmo do *homo*



sociologicus, em sua versão moderna. São modos estáticos de ver e pensar o mundo, que isolam os seres humanos e os conhecimentos em compartimentos, retirando deles o poder do processo e sua capacidade de transformar-se e à sociedade.

ELIAS (1994 b) considera esta maneira de conceber, uma armadilha conceitual, pois separa e isola o indivíduo singular e a sociedade. Se, por um lado, o indivíduo fica preso em seu invólucro, de outro, a noção de sociedade oscila entre duas idéias opostas: numa primeira idéia, a sociedade é compreendida como uma mera acumulação, coletânea somatória e desestruturada de muitas pessoas individuais. “Desse ponto de vista conceitual, a sociedade se apresenta finalmente como um conjunto de indivíduos inteiramente independentes entre si, cuja verdadeira essência está aferrolhada no íntimo de cada um e que, por conseguinte, só se comunicam externamente e a partir da superfície.” (ELIAS, 1994b, p.240).

Numa segunda idéia a sociedade é tida como um objeto que existe além e sobre os indivíduos. Indivíduo e sociedade apresentam-se como duas entidades ontologicamente diferentes e caminham em paralelo. O indivíduo aparece nessas teorias como um ser que existe “fora” da sociedade, mesmo sendo ela resultado da soma dos indivíduos, que não têm a possibilidade de comunicar seu ser interior.

“Temos escolha apenas entre abordagens teóricas que apresentam o indivíduo como o que realmente existe, além da sociedade, o autenticamente ‘real’ (sendo vista a sociedade como uma abstração, como algo que realmente não existe ) e outros enfoques teóricos que colocam a sociedade como ‘um sistema’, um ‘fato social *sui generis*’, uma realidade de tipo peculiar, para além dos indivíduos. No máximo poderemos - como é ocasionalmente feito em uma solução aparente do problema - justapor as duas concepções sem ligá-las, a do indivíduo como *homo clausus*, como ego, como indivíduo para além da sociedade, e a da sociedade como um sistema externo e para além do indivíduo.” (ELIAS, 1994 b, p.239).

Uma outra vertente, procura relacionar os dois conceitos, mas toma a sociedade e os indivíduos como entidades justapostas que, no máximo, se interpenetram, mas continuam isoladas e com vida própria, ontologicamente autônomas.

No estudo do processo civilizador, isto é, no estudo das transformações das estruturas sociais e das estruturas de personalidade, a compreensão da relação entre o indivíduo e a sociedade é fundamental para as ciências humanas, e por conseguinte, para a pedagogia - se a entendemos como um espaço importante no processo de humanização dos seres humanos. A maneira como a sociedade é compreendida e a forma como as diferentes pessoas que formam estas sociedades entendem a si mesmas têm reflexos na compreensão dos processos sociais e na estruturação e gestão, por exemplo, de projetos voltados para o ensino e aprendizagem.

Fica difícil compreender os processos sociais, os movimentos históricos, enquanto se mantiver a concepção enclausurada do indivíduo e da sociedade; enquanto as análises dos fenômenos sociais e individuais forem guiadas por essas idéias estáticas e dualistas. O processo civilizador não pode ser compreendido enquanto nos apegarmos a esse tipo de auto-percepção e considerarmos a imagem do homo clausus como axiomática, não sujeita a discussão.

A percepção do homo clausus e das análises (sociais, econômicas ou políticas) baseadas em alguma dualidade ou antinomia - bem/mal, interior/exterior, dominador/dominado, indivíduo/sociedade - têm exibido uma extraordinária persistência. Ela é encontrada, de acordo com ELIAS, "nos trabalhos escritos de todos os grupos cujo poder de reflexão e autoconsciência atingiram um estágio no qual as pessoas estão em condições não só de

pensar, mas também de estar conscientes de si mesmas, e refletir sobre si mesmas, como seres pensantes". (ELIAS.1994 b. p.241).

Esta percepção ou a auto-imagem da incomunicabilidade da verdadeira essência da experiência manifesta-se em teorias filosóficas, sociológicas e outras, como também na literatura. Pode ser visto, por exemplo, na fala do sertanejo de Guimarães Rosa que, refletindo sobre a natureza humana procura o interior macio das pessoas: "*Só nos olhos das pessoas é que eu procurava o macio interno delas; o só nos onde os olhos.*"<sup>16</sup>

A concepção de homo clausus também se manifesta ao pensarmos a sociedade. Parece ser este um conceito bastante e largamente conhecido, que dispensaria explicação. A sociedade se apresenta como um conjunto de pessoas inteiramente independentes entre si, cuja verdadeira essência não é dada a conhecer. Entretanto sabemos que uma porção de pessoas juntas na China, no Brasil, na Índia ou nos EUA expressa tipos diferentes de sociedades, poderíamos dizer, com uma *kultur* diferente uma da outra.

Da mesma forma, são diferentes as sociedades organizadas nos séculos XVI e XX. Além de serem diferentes, a mudança de uma forma de vida em comunidade para outra forma de organização social, através dos séculos, não foi planejada por nenhum indivíduo em particular, embora todas as sociedades se constituíssem de um conjunto de pessoas. É difícil constatar que qualquer pessoa no século XII, ou mesmo no século XVI ou XIX, ou de qualquer outro século, tenha, conscientemente, planejado o desenvolvimento da sociedade industrial e tecnológica de nossos dias.

Frente a essa constatação outra questão se apresenta:

---

<sup>16</sup> ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 20ª ed., 1986, p.398.

“Que tipo de formação é esse, esta “sociedade” que compomos em conjunto, que não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós, nem tampouco por todos nós juntos? Ela só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e no entanto sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular.” (ELIAS, 1994 a, p.13).

Essa interrogação é tratada, em termos gerais, por dois campos opostos: O primeiro campo aborda as formações sócio-históricas como se tivessem sido concebidas, planejadas e criadas por diversos indivíduos ou organismos. O modelo conceitual seguido é o da criação racional e deliberada de uma obra por pessoas individuais, por figuras marcantes que podem ser identificadas no processo histórico. Dentro desse campo, a análise da transformação de um sistema sócio-econômico em outro, por exemplo, do feudalismo ao capitalismo - é feita a partir da ação consciente de determinados indivíduos ou de grupos de indivíduos ou classe social. É uma obra planejada e organizada por indivíduos ou grupos a partir de um projeto elaborado e pensado com consciência de causa e efeito. É visto, por exemplo, como se a burguesia, caracterizada como um grupo de comerciantes e industriais, tivesse se organizado e determinado objetivos claros e precisos e, conscientemente, implementado ações com o intuito de criar um outro sistema social, político e econômico. O sistema capitalista seria o resultado planejado de um pensamento racional.

Esta concepção está subjacente quando, na análise da atual reestruturação produtiva e globalização do capitalismo, alguns estudiosos do assunto vêm na introdução das tecnologias da informação e das inovações organizacionais, a decisão consciente e planejada de grupos de empresários ou homens de negócio e empresas objetivando, de um lado, quebrar a resistência oferecida pelos trabalhadores ao antigo modelo fordista de

produção e, de outro, diminuir a dependência do capital em relação a força de trabalho. Estes grupos estariam - deliberadamente - criando um outro sistema social, político e econômico, a partir de um projeto racionalmente construído e executado. É como se eles tivessem total controle sobre o tempo e o espaço, sobre as forças sociais e que não fossem parte de um mesmo processo histórico.

O segundo campo teórico, oposto ao primeiro, não atribui ao indivíduo nenhum papel relevante nas transformações sociais. Seus modelos conceituais são extraídos das ciências naturais, em particular, da biologia. A sociedade é concebida como uma entidade orgânica (composta de órgãos), supra-individual. As formações sociais e históricas e seus processos são explicados como resultado da ação de forças anônimas, supra-individuais como, por exemplo, as forças econômicas e suas determinações. O indivíduo não exerce nenhuma interferência nos processos sociais, ele é determinado e formado por estas forças invisíveis, abstratas. Existiria, assim, um Espírito do Mundo (numa referência a Hegel) que explicaria sua ordem, periodicidade e intencionalidade. (ELIAS, 1994 a, p.13-14).

A dificuldade presente nestes dois campos teóricos está em explicitar as relações que se estabelecem entre os indivíduos e as formações sociais, e entre as forças sócio-históricas e os indivíduos. Os dois campos se restringem a demonstrar seu efeito.

No entanto, esta dificuldade não se encontra apenas no estudo das formações sociais e na explicação dos fatos sociais e históricos. O mesmo fenômeno ocorre com a psicologia, quando procura explicar as formações psíquicas dos indivíduos, quando tenta compreender a formação das funções psicológicas dos seres humanos e da sociedade ou quando pesquisa, por exemplo, os processos de ensino e aprendizagem.

As ciências psicológicas, em alguns de seus ramos, tratam a questão da formação das funções psíquicas dos indivíduos como se elas se formassem independente de suas experiências e relações sociais. Buscam elucidar a estrutura de suas funções psicológicas independentemente de suas relações com as demais pessoas. A psicologia do indivíduo e da sociedade se constituem em duas disciplinas completamente distinguíveis, como se existisse um abismo intransponível entre o indivíduo e a sociedade. Há um completo isolamento entre o indivíduo e suas relações sociais quando se trata de pensar o seu psiquismo ou sua personalidade. Buscam elucidar a estrutura de suas funções psicológicas independentemente de suas relações com as demais pessoas.

Por outro lado, como nos indica ELIAS, encontram-se correntes, na psicologia social ou de massa, que não conferem nenhum lugar apropriado às funções psicológicas do indivíduo singular.

Às vezes, os membros deste último campo, mais ou menos como seus equivalentes nas ciências sociais e históricas, atribuem a formações sociais inteiras, ou a uma massa de pessoas, uma alma própria que transcende as almas individuais, uma *anima collectiva* ou 'mentalidade grupal'. E, quando não chegam a ir tão longe, é comum se contentarem em tratar os fenômenos sócio-psicológicos como a soma ou - o que dá na mesma - a média das manifestações psicológicas de muitos indivíduos. A sociedade se afigura, nesse caso, simplesmente como uma acumulação aditiva de muitos indivíduos, e o processamento estatístico dos dados psicológicos aparece não apenas como um auxiliar essencial, mas como a meta e a evidência mais sólida da pesquisa psicológica". (ELIAS, 1994a, p.15).

Frente a esta gama de dificuldades, quais seriam os pressupostos teóricos e metodológicos, de um outro modelo conceitual, capaz de superar as dicotomias presentes na relação entre o indivíduo e a sociedade?

ELIAS conclui que, na verdade, falta-nos um modelo conceitual e uma visão global que possam integrar indivíduos e sociedade, processos individuais e sociais interdependentes. Um modelo conceitual que torne compreensível, no pensamento, aquilo que vivenciamos diariamente na realidade, que possibilite compreensão de que a sociedade não é a simples somatória de indivíduos, e que os indivíduos em conjunto formam algo maior e diferente que esta somatória. Ainda mais: que possibilite ver indivíduo e sociedade como aspectos diferentes de uma mesma realidade, em permanente relação, permeada de flutuações, conflitos e transformações.

Aristóteles, filósofo grego, já na Grécia antiga, preocupado com estas questões, reflete sobre elas e nos propõe o exemplo da casa e das pedras que a formam: Uma casa (o todo), não é um amontoado de pedras (as partes). Hoje, poderíamos dizer que a casa não é um amontoado de pedras e de tijolos. Para Aristóteles, a casa não pode ser compreendida se vista a partir das pedras isoladas. A casa para ser apreendida, em sua realidade, precisa ser olhada pela relação que as pedras e tijolos mantêm entre si. Uma análise estatística das características de cada pedra, mesmo sendo uma importante informação, não nos ajudaria, em muito, a compreender a casa inteira.

Em nossos dias, esta mesma questão preocupou à filósofa Marilena Chauí (1994), ao pesquisar aspectos da cultura popular no Brasil. Com o objetivo de se contrapor ao pensamento dicotômico, CHAUI usa o termo "ambigüidade". Ela afirma que tanto o intelectualismo e o empirismo abominam esta palavra e a ela contrapõem alternativas mais complexas e rigorosas, dicotomias:

"a clareza e a distinção das idéias e das coisas exigem que seja *isto ou aquilo*. Jamais isto e aquilo ao mesmo tempo e na mesma relação [...] O intelectualista e o empirista ao enxergar, por exemplo, uma piscina, dirão que percebem água, ladrilhos e reflexos. Além de separar elementos, consideram que vêem os

ladrilhos *apesar* da água e que enxergam a água *apesar* dos reflexos. Com esse olho assim purificado, conseguem, finalmente, não perceber o que estão vendo, isto é, a piscina.” (CHAUI, 1994, p.122).

Compreender a piscina não é ver alguma de suas partes, mesmo que isto possa ajudar a chegar ao todo, mas é conseguir apreender sua totalidade *sui generis* que transmuta o sentido que as partes teriam se pudessem ser isoladas. CHAUI vê a piscina de forma ambígua.

“Ambigüidade é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, sendo percepção e cultura, elas também, ambíguas, constituídas não de elementos ou de parte separáveis, mas de dimensões simultâneas, que somente serão alcançadas por uma racionalidade alargada, para além do intelectualismo e do empirismo.” (CHAUI, 1994, p.123).

Os seres humanos e a sociedade nunca são dados, são postos por práticas sociais e históricas, em permanente relação intersubjetiva, grupal, de classe, num processo constante de integrações e de desintegrações nas formas da estrutura da personalidade e das estruturas sociais. Para que algo seja *isto ou aquilo e isto e aquilo*, como diz CHAUI (1994), é preciso que seja assim posto ou constituído pelas práticas sociais. Para uma melhor aproximação de como se dá a relação entre o indivíduo e a sociedade é necessário romper com a alternativa antitética - isto ou aquilo - desarticulando-a.

A teoria da Gestalt, na tentativa de superar estas antinomias, afirma que o todo é diferente da soma de suas partes, e que o todo só pode ser compreendido quando visto por sua parte em relação. O todo não pode ser compreendido se visto quando suas partes são consideradas em isolamento, independente de suas relações.



No entanto, a afirmação que o indivíduo é parte de um todo maior, que ele forma na relação com outros indivíduos, é ainda um guia muito precário de análise. Na verdade, esta afirmação fica na descrição do fato, não o explica.

Vygotsky<sup>17</sup>, médico, filólogo, advogado e psicólogo russo, sempre teve muito interesse pelos processos de formação humana e realizou suas pesquisas no campo da pedologia<sup>18</sup>. Vygotsky, preocupado com a explicação do desenvolvimento, daquilo que ele denominou, “funções psicológicas superiores” e da importância das experiências e relações sociais nesse desenvolvimento, ele se aproxima da teoria da Gestalt. Entretanto, para VYGOTSKY, e para ELIAS, os teóricos da Escola da Gestalt, se eram capazes de descreverem os comportamentos complexos do ser humano - como a capacidade de percepção, da solução de problemas - não o eram, na mesma medida, de explicá-los.

Na introdução do livro “Formação Social da Mente”, COLE, M. e SCRIBNER, S. afirmam que VYGOTSKY

“partilhava da insatisfação dos psicólogos da Gestalt para com a análise psicológica que começou a reduzir todos os fenômenos a um conjunto de “átomos psicológicos”. Mas, ao mesmo tempo, ele sentia que os gestaltistas não eram capazes de, a partir da descrição de fenômenos complexos, ir além, no sentido de sua explicação. Mesmo que se aceitassem as críticas da Gestalt às outras abordagens, a crise persistiria, uma vez que a psicologia continuaria dividida em duas metades irreconciliáveis: um ramo com características de “ciência natural”, que poderia explicar os processos elementares sensoriais e reflexos, e um outro com

<sup>17</sup> Lev Semyonovitch Vygotsky nasceu a 5 de novembro de 1896, na cidade de Orsha, na Bielo-Rússia. Em 1917 graduou-se em literatura, e sua primeira pesquisa em literatura foi publicada com o título de *A Psicologia da Arte*. Em 1924 mudou-se para Moscou, trabalhando primeiro no Instituto de Psicologia, e depois no Instituto de Estudos das Deficiências, por ele criado. Ele reuniu em torno de si um grande número de jovens cientistas, que trabalhavam nas áreas da psicologia e no estudo das anormalidades físicas e mentais. Ainda em Moscou ele formou-se em medicina. Morreu de tuberculose em 11 de junho de 1934. VYGOTSKY. *A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 4ª ed., 1991, p.17.

<sup>18</sup> Pedologia: Estudo natural e integral da criança sob o aspecto biológico, o antropológico e o psicológico. Esta definição foi tirado do Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2ª ed. (rev. e aum.), 1986, p.1292.

características da “ciência mental”, que descrevia as propriedades emergentes dos processos psicológicos superiores.” (VYGOTSKY, 1991a, p. 6)

Esta referência a VYGOTSKY justifica-se porque ele e sua equipe colocam-se as mesmas questões que ELIAS, naquilo que concerne à psicologia da educação, ou seja, aos processos de desenvolvimento de funções psicológicas superiores. A equipe de VYGOTSKY busca um método de análise que incluísse, na explicação da formação da funções psicológicas superiores, a especificação do contexto social em que se deu seu desenvolvimento. VYGOTSKY tinha como ponto central de seu método de pesquisa, que os fenômenos psíquicos e os processos de aprendizagem fossem estudados como processos em movimento, em mudança permanente, influenciados pelas relações estabelecidas pelos indivíduos - criança ou adulto. Este autor privilegia a idéia de “desenvolvimento” que, no entanto, não deve ser confundida com a teoria de desenvolvimento da criança de Piaget, apesar dos seus pontos de contato.<sup>19</sup>

VYGOTSKY busca relacionar, como aspectos diferentes da mesma realidade, as transformações históricas da sociedade e na vida material cotidiana, com as mudanças produzidas nas formações psicológicas do ser humano singular, em sua relação com a sociedade e com os outros indivíduos. Como consequência, concebe que o ser humano cria saber, provoca mudanças, ao mesmo tempo que é transformado por estes saberes, na relação complexa entre indivíduos e sociedade.

No caso, por exemplo, das inovações tecnológicas e organizacionais podemos afirmar, baseado na análise de VYGOTSKY, que estas inovações são criações dos seres humanos, em suas relações sociais, políticas, econômicas, culturais. Contudo, ao mesmo tempo,

---

<sup>19</sup> Para um aprofundamento dessa relação de Vygotsky e Piaget cf.: LA TAILLE, Ives de. [et al.], 1992.

elas formam e informam os seres humanos e suas organizações, inclusive, a nível de sua estrutura da personalidade, no desenvolvimento de suas funções psicológicas. Influenciado pela teoria marxista da história e da sociedade, Vygotsky apropria-se, de forma criativa, das concepções de Engels sobre o trabalho humano e o uso de instrumentos (tecnologias) como meio pelos quais o homem transforma a natureza e, ao fazê-lo, transforma-se a si mesmo. Os apresentadores do livro "Formação Social da Mente", de Vygotsky (1991a), já citado, comentam que, de maneira brilhante, ele

“estendeu esse conceito de mediação na interação homem-ambiente pelo uso de instrumentos, ao uso de signos. Os sistemas de signos (a linguagem, a escrita, o sistema de números), assim como o sistema de instrumentos, são criados pelas sociedades ao longo do curso da história humana e mudam a forma social e o nível de desenvolvimento cultural. Vygotsky acreditava que a internalização dos sistemas de signos produzidos culturalmente provoca transformações comportamentais e estabelece um elo de ligação entre as formas iniciais e tardias do desenvolvimento individual. Assim, para Vygotsky, na melhor tradição de Marx e Engels, o mecanismo de mudança individual ao longo do desenvolvimento tem sua raiz na sociedade e na cultura”. (VYGOTSKY, 1991a, p.8).

Ele defendia uma abordagem teórica e, conseqüentemente, um método de análise que privilegia o processo das relações sociais e experiências dos indivíduos, e concebia os indivíduos como seres atuantes - ativos e vigorosos - na constituição de sua própria existência. Ao mesmo tempo, atribuía importância fundamental e central às relações e experiências vivenciadas e criadas pelos próprios indivíduos, nos vários espaços sociais. Dessa forma, as relações de trabalho e produção, aliadas a outras relações, constituíam-se como lugar de formação humana. Os indivíduos, suas relações sociais e a história dos homens e mulheres, portanto, são para VYGOTSKY sujeitos marcantes na criação das funções psicológicas superiores. Elas são criações dos homens e mulheres, não são

naturalmente formadas, possuem um processo, um desenvolvimento e uma aprendizagem<sup>20</sup>, portanto, uma história.

ELIAS (1994a), seguindo em suas reflexões, coloca-se outra questão:

“como é possível que a existência simultânea de muitas pessoas, sua vida em comum, seus atos recíprocos, a totalidade de suas relações mútuas dêem origem a algo que nenhum dos indivíduos, considerado isoladamente, tencionou ou promoveu, algo de que ele faz parte, querendo ou não, uma estrutura de indivíduos interdependentes, uma sociedade?” (ELIAS, 1994a, p.19).

A resposta a esta pergunta não está na definição de quem é o fator determinante ou do “objetivo mais alto”, se a sociedade ou o indivíduo. “Para compreendê-los, é necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas, únicas e começar a pensar em termos de relações e funções. Nada, exceto uma exploração da natureza e estrutura dessa próprias relações, pode dar-nos uma idéia estreita e profunda medida em que a interdependência das funções humanas sujeita o indivíduo”. (ELIAS: 1994a, p. 25).

É fundamental ter como pressuposto que as relações sociais dos indivíduos não formam um todo harmonioso, mas são relações repletas de contradições, tensões e explosões. “Trata-se, na verdade, de um fluxo contínuo, uma mudança mais rápida ou mais lenta das formas vivas; nele, só com grande dificuldade o olhar consegue discernir um ponto fixo.” (ELIAS, 1994a, p.20).

Na história humana, a situação básica continua bastante simples, por mais complexa que seja a estrutura das funções sociais. Até nas sociedades com uma organização social mais simples, existe alguma forma de divisão social das funções entre as pessoas. Quanto mais

---

<sup>20</sup> Sobre a relação dinâmica entre desenvolvimento e aprendizagem cf. VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e Linguagem*. 1991.

esta divisão aumenta em uma sociedade; quanto mais se aprofunda a divisão social do trabalho, maior é o intercâmbio entre as pessoas, maior é a interdependência entre elas, mais estreitamente elas estarão ligadas entre si pelo fato de cada uma só poder sustentar sua vida e sua existência social em conjunto com muitas outras pessoas.

Em certos estágios, os instrumentos de violência à disposição de alguns indivíduos ou grupos, que acaba gerando uma maior concentração de poder sobre os meios de produção da existência, podem permitir-lhes negar aos outros aquilo de que estes precisam para garantir e efetivar sua existência social, para explorá-los constantemente, podendo chegar ao extremo da destruição física e moral dos outros.

Esta situação, provocada pela monopolização do poder, origina, segundo ELIAS, na rede de pessoas, grupos, classes e entre nações interdependentes, tensões e conflitos cuja natureza e intensidade podem diferir amplamente, mas sempre têm a mesma estrutura básica muito clara, passível de ser descrita com bastante precisão. E são estas tensões e conflitos que, ao atingirem certa intensidade e estrutura, podem gerar mudanças ou um impulso por mudanças estruturais na sociedade, nas suas formas de organização, assim como nas estruturas da personalidade. Graças a elas, algumas formas de vida em comum tendem constantemente a se mover em determinada direção, rumo a transformações específicas, sem que nenhuma força impulsionadora externa esteja implicada.

Podemos identificar tais processos, fluxos e tensões, na maneira como na história do Ocidente surgiram os artesãos livres enfrentando a classe latifundiária. À medida em que avançou a divisão de funções, também podemos encontrar este mesmo processo nas disputas entre os nobres e os burgueses ou entre a classe dos capitalistas e dos trabalhadores assalariados desprovidos de capital e dos meios de produção, como pólos

de tensões mais fortes, que, com certeza, nunca foram planejadas ou criadas por indivíduos isolados. Foi esse tipo de forças que, no curso da história ocidental, alterou a forma e a qualidade do comportamento humano, bem como toda regulação psíquica do comportamento, impelindo os homens à civilização. Enfim, todas estas transformações têm origem, não na natureza dos indivíduos isolados, mas na estrutura de vida conjunta de muitos. As transformações não se dão por causas externas à sociedade, nem por alterações externas da natureza dos seres humanos, e muito menos, por vontade de um “espírito” interno aos indivíduos ou às nações. A história é a história de uma sociedade de indivíduos.

O mesmo processo pode ser apreendido em nossa época, nas tensões, conflitos e transformações e reestruturações que se operam com o crescente processo de integração apresentando profundos reflexos em todos os setores da vida social, política, econômica e cultural de todos os povos, inclusive do Oriente.

## ***2.2 - Processo de Integração no século XX***

Como descrevemos no capítulo anterior, o século XX está sendo marcado por profundas transformações, fruto de processos sócio-históricos determinados pelo avanço da divisão social do trabalho. Na história da humanidade, com o fim do trabalho escravo e o desenvolvimento do trabalho livre, mais e mais pessoas, classes e nações foram atraídas para a divisão do trabalho. O próprio desenvolvimento técnico do Ocidente, a evolução da moeda para a forma específica de “capital” pressupõe a ausência do trabalho escravo e o desenvolvimento do trabalho livre. São fenômenos que ocorreram na Idade Média e chegaram aos tempos modernos, de forma extremamente potencializada pelo crescimento das possibilidades do ser humano, em particular, pelo avanço de suas capacidades

cognitivas, em todos os setores do saber, ocasionando por isto um grande progresso tecnológico, nunca antes imaginado.

Com o desenvolvimento da divisão social internacional do trabalho e com o aumento do número de pessoas que vivem constantemente bem perto umas das outras, num sistema mais organizado que na Idade Média, por exemplo, a teia social de dependências tornou-se mais extensa. Em consequência, o controle e a moderação das pulsões e afeições individuais tornaram-se mais rigorosos, contínuos e uniformes. Na verdade, há um aumento da pressão que as pessoas e países exercem uns sobre os outros, reciprocamente. O controle social fica mais imperativo. As restrições impostas aos homens e suas paixões tornaram-se maiores, a integração, mais estreita e a interdependência mais forte. Esta mudança no controle das paixões guarda estreita relação com o entrelaçamento e interdependência crescentes entre as pessoas e é uma das características do atual processo civilizador.

“Cada ‘aumento’ nas restrições e interdependências era a expressão do fato de que os laços entre as pessoas, a maneira como dependiam uma da outra, estavam mudando, e mudando qualitativamente. É isso o que significam diferenças em estrutura social. Com a rede dinâmica de dependência de que se tecia a vida humana, as pulsões e comportamento dos indivíduos assumiam uma forma *diferente*. E é isso o que significam também diferenças em estrutura de personalidade e em padrões sociais de conduta”. (ELIAS: 1993, p.82).

Estas mudanças na estrutura social e de personalidade, que caracterizam o processo civilizador, aparecem como um processo de integração em andamento, como a formação de unidades maiores de integração, de cuja evolução o indivíduo depende, saiba disso ou não.

No entanto, que diferenças são essas na estrutura de personalidade e nas estruturas sociais? Que significa um maior controle das pulsões e afeições? Como este controle manifesta-se na sociedade e nas relações entre os indivíduos? Em que grau aumentou o interdependência e a integração, analisando da perspectiva do processo civilizador?

A sociedade, hoje denominada de moderna por uns e de pós-moderna por outros, caracteriza-se, antes de tudo, por certo nível de monopolização. Todo monopólio, seja qual for sua natureza, direta ou indiretamente liga-se a um monopólio de força física e de seus instrumentos, sem o qual não consegue existir. O uso da força física é vedado aos indivíduos e reservado a uma autoridade central, ao Estado. Uma atitude ao contrário, por quem quer que seja, é considerada fora das leis, fora das normas que regem a sociedade. Ao monopólio da força militar pelos Estados (não vamos entrar aqui na discussão de quem controla os Estados), acrescentam-se o monopólio dos meios financeiros e o monopólio dos meios de produção de bens materiais e de controle do conhecimento produzido pela humanidade, acompanhado pela acumulação de terras. O centro desse processo é a acumulação dos principais meios de produção e de capital, ou pelo menos, o controle dos mesmos num número cada vez menor de mãos.

É necessário haver uma divisão social muito avançada de funções, amparada por uma potente base tecnológica, para que surja uma administração eficiente e ágil do monopólio. Ela envolve um novo movimento que HARVEY (1993, p.140) chama de “compressão espaço-tempo” no mundo capitalista. Há um aumento substancial da capacidade de tomada de decisões privada e pública e de uma forma, quase que instantânea, amplificada pela comunicação via satélite. Além da rapidez de acesso às informações e decisões



tomadas, aumentou a capacidade de implantação de qualquer ação nos mais amplos e variados espaços geográficos.

Diante dessa “compressão espaço-tempo” ocorre o fato de que as instituições e organizações dos indivíduos, sejam elas jurídicas, de classe ou de qualquer outra espécie, não conseguem acompanhar o ritmo acelerado dessas mudanças. O processo de aprendizagem dos seres humanos e de reorganização das estruturas sociais é lento, avança consideravelmente atrás do processo social. Mesmo as análises políticas, sociológicas, econômicas, administrativas mostram uma certa perplexidade frente à aceleração do processo de integração e globalização dos tempos modernos.

Uma das características desse processo, que acentua o nível de integração, reside no fato de se transferir o poder de um nível para outro. O mecanismo de formação de monopólios, que se acentua neste século, transforma um sistema de oportunidades abertas em um sistema de oportunidades fechadas. Ou seja, um número cada vez menor de pessoas “controla um número maior de oportunidades, de possibilidades de poder; um número ainda maior de pessoas é eliminado da livre competição”. (ELIAS: 1993, p.99).

Por outro lado, se este fenômeno de oportunidades fechadas ocorre com os indivíduos, na relação entre Estados, empresas, entidades de classe e entre as próprias classes, o fator decisivo é o poder social, no qual o poder militar desempenha um papel relativamente importante ao lado da interdependência decorrente da reestruturação econômica.

“... a longo prazo, as relações entre nações são governadas exclusivamente pelo poder social relativo de cada uma e que qualquer mudança neste último, qualquer aumento de poder nas várias configurações de Estados em diferentes partes do mundo, e agora - com a interdependência cada vez maior - dentro da

sociedade mundial como um todo, significa uma automática redução do poder social de outros países”. (ELIAS, 1993, p.63)

Esta característica do processo de integração precisa ser analisada, portanto, como um movimento de entrelaçamento do poder individual com o poder social. Descobrimos que a “liberdade” de decisão de quem detém o monopólio, seja ele indivíduo singular, empresa ou Estado, está cada vez mais sendo restringida pela ação da imensa teia humana, em que suas propriedades, gradualmente, se transformaram. Na expressão de Elias, o poder monopolista privado transformou-se em monopólio público. Embora não se possa garantir que esta sempre será direção ou o resultado do processo monopolista, parece-nos ser sua tendência atual. Não é uma relação linear e mecânica de causa e efeito. São processos sócio-históricos, onde entram em jogo grandes associações de pessoas e de interesses.

No entanto, essas análises assumem seu significado pleno

“apenas quando aplicadas a sociedades dotadas de extensa divisão de funções; só nelas as atividades e funções de cada indivíduo dependem direta ou indiretamente das de muitos outros; só nelas o peso dessas muitas ações e interesses entrelaçados adquirem tanta importância que mesmo os poucos que exercem controle monopolista sobre possibilidades imensas não conseguem escapar de sua pressão”. (ELIAS, 1993, p.102)

A teia humana, dada sua crescente divisão de funções, e não só sua divisão de trabalho, manifesta uma tendência de se opor, com veemência, a toda monopolização privada de recursos. Na atual etapa do processo de monopolização, o controle dos recursos centralizados e monopolizados tende a ser feito pela rede humana interdependente. Torna-se perceptível o impulso dessa rede na direção de uma estrutura bem definida, na qual os monopólios sejam administrados em favor de toda a configuração humana, apesar da frequência de situações de conflito buscando impedir a distribuição dos bens e

benefícios para todos. A luta de classes assume o caráter de luta pelo controle do que é produzido, em busca de um acordo que promova a distribuição das riquezas e benefícios para um maior número de pessoas, classes e grupos sociais, como, por exemplo, para os trabalhadores do chamado setor informal da economia. No entanto, este é um processo que está apenas começando. A lógica da produção de bens necessários a todos os indivíduos e a lógica de sua distribuição ainda se manifestam, de forma embrionária, nos vários conflitos que ocorrem em todo o mundo. As instituições e organizações da sociedade ainda não foram capazes de criar uma outra lógica de gestão, de produção e de distribuição para fazer frente, de forma eficiente, à lógica do Capital.

A lógica do Capital, de crescente monopolização, apresenta uma outra face que dificulta o processo civilizador, na medida que sua tendência é a de manter o monopólio no âmbito privado e de colocá-lo em benefício de poucos indivíduos e instituições, em detrimento da maioria da população mundial. Quando os capitalistas e aqueles que detêm o monopólio da força, da produção e da decisão geram o desemprego, a fome e a exclusão de muitas pessoas, grupos e classes dos benefícios produzidos pela humanidade, por causa de sua ação, significa, sem dúvida, um freio ao processo civilizador. Da mesma forma, quando aqueles sindicatos, partidos e movimentos sociais - representantes dos trabalhadores e dos excluídos não conseguem criar e pautar sua luta por outra lógica que não a da forma de organização capitalista, eles reforçam esta estrutura social e mantêm, como consequência, uma estrutura de personalidade dos indivíduos condizentes com o sistema capitalista de produzir coisas, homens e mulheres.

O processo de construção de uma outra lógica não se dá isoladamente, mas no próprio conflito e torna-se objeto de aprendizagem. Esta aprendizagem das pessoas e de suas

instituições não se dá simplesmente pelo pensamento, pela razão ou pelas análises das ciências humanas, apesar de sua grande importância no processo. Na maioria das vezes elas têm que passar por experiências, muitas vezes amargas, de relações sociais, como foi o caso das duas grandes guerras mundiais. É um longo e penoso processo de aprendizagem no sentido de criar formas possíveis de decisões a nível mundial e, mais ainda, é uma aprendizagem conflituosa que não tem, de antemão, um único sentido. É sempre um conflito de interesses individuais e sociais, que se dá ao mesmo tempo. É sempre uma busca de eficácia e desenvolvimento de instituições que possam garantir uma harmonia mundial, tendo como centro o desenvolvimento integral do ser humano. "Mudanças desse tipo, porém, não se 'originam' numa classe ou outra, mas surgem, sim, em conjunto, com as tensões *entre* diferentes grupos funcionais no campo social e *entre* as pessoas que competem dentro dele." (ELIAS, 1993, p.240).

Contudo, é também verdade que não se produz uma outra forma de pensar, sentir e construir a sociedade a partir de fora - metafisicamente. Ela vai surgir do conflito e das tensões que ocorrem entre os capitalistas e os não capitalistas, mas também da dinâmica que se estabelece entre aqueles que são considerados como tendo o mesmo interesse, entre aqueles que supostamente estão do mesmo lado, como se houvesse dois lados. Não existem dois lados no processo histórico, o que existe são sujeitos, indivíduos numa constante dinâmica de interações, que, com a crescente divisão de funções, surgem com uma característica especial: a da ambivalência declarada ou latente dos relacionamentos humanos. "Nas relações entre indivíduos, e também entre diferentes estratos funcionais, manifestava-se mais fortemente uma dualidade ou mesmo multiplicidade de interesses específicos, na mesma medida em que se ampliava e adensava a interdependência social". (ELIAS, 1993, p.145).

Nessa situação, todas as pessoas, grupos ou classes dependem fortemente um dos outros e são, em potencial, amigos, inimigos ou aliados. Inúmeros fatores sociais, políticos, econômicos, culturais interferem no tipo e grau dessas relações. De alguma maneira pode ser o indicador da dinâmica das estruturas sociais e individuais que se estão forjando na história dos seres humanos.

Na sociedade globalizada do século XX, ambivalência é o conceito que expressa o caráter daquilo que apresenta, ao mesmo tempo, dois aspectos ou dois valores. Na constituição psicológica do indivíduo, é o estado ou situação em que ele, simultaneamente, experimenta sentimentos opostos. Nesta sociedade, com a capacidade de comunicação entre seus membros, potencializada e ampliada pelas tecnologias da informação (microeletrônica, informática, telecomunicações), os interesses e funções sociais tornam-se mais complexos, contraditórios, explicitados e conhecidos por mais pessoas, grupos e classes sociais.

Decorre daí uma mudança na vida política e na constituição psicológica dos indivíduos e grupos. Aumenta a consciência de igualdade de direitos entre os seres humanos, inclusive a consciência do direito à diferença no limite do direito do outro. Lentamente, mais pessoas, grupos e países, tomando conhecimento do processo crescente de interdependência entre os homens e mulheres e tendo acesso a informações sobre o padrão de vida de outros povos e indivíduos, começam a almejar aquele padrão, mesmo que ainda a nível do desejo e do sonho. Reforça-se, dessa forma, o sentimento de ser igual e, por isso, de poder e de querer ter os mesmos direitos e as mesmas condições de vida. Cresce a percepção de que uma ação qualquer contra o adversário daquele

momento afeta o mecanismo inteiro das interrelações, ameaçando também a existência do agente daquela ação.

Cada vez mais ambivalentes, com a crescente divisão de funções, tornaram-se as relações entre as diferentes unidades de poder. Gera-se, como tendência, devido ao rompimento das fronteiras das nações, uma configuração que, lentamente, "se move para uma forma mais inequívoca de hegemonia e por uma integração - talvez, no início, do tipo federativo - de unidades maiores em torno de centros hegemônicos específicos". (ELIAS, 1993, p.146). Podemos observar formação dessa configuração, na constituição de blocos hegemônicos ou na divisão do mundo em blocos econômicos e políticos - Mercado Comum Europeu, Mercosul e outros.

O fenômeno da ambivalência, de forma mais acentuada que em outros períodos históricos, vem ocorrendo não só entre nações, mas também entre as diferentes classes sociais dentro de um mesmo domínio. As classes ligadas entre si oscilam entre seus interesses diferentes e contraditórios. Oscilam entre o desejo de mais oportunidades e poder e o medo de arruinar todo o aparato social com sua ação, de cujo funcionamento depende sua existência enquanto tal.<sup>21</sup>

Enfim, esta reorganização dos relacionamentos humanos, marcados pela ambivalência, acarreta mudanças nas maneiras, comportamentos, no pensamento dos indivíduos. Em outras palavras, transforma as estruturas da personalidade dos seres humanos.

---

<sup>21</sup> Como exemplo desse processo basta analisar as tensões criadas entre a Central Única dos Trabalhadores e o Governo brasileiro, no caso da Previdência Social, e também analisar os conflitos ocorridos entre os próprios dirigentes da Central na definição das negociações com o Governo, no início de 1996.

### **2.3 - Formação da Estrutura da Personalidade**

Para o estudo da estrutura da personalidade, tal como para a análise da estrutura social, é necessário pensar a partir de uma perspectiva histórica, assimilando seu caráter de processo. Também a estrutura psíquica dos seres humanos, ao contrário do que o senso comum acredita, é moldada e evolui influenciada pelos processos sociais. Também tem sua história, numa longa seqüência de transformações, sem planejamento ou intencionalidade.

Mas, apesar de ser sem planejamento e sem a intencionalidade de qualquer agente externo, as mudanças têm um tipo específico de ordem, resultante de muitos planos e ações isolados de indivíduos e grupos sociais. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas que a compõem. Esta ordem ou códigos, que regulam a conduta das pessoas umas em relação às outras, são sempre determinados, em última análise, pela história e estrutura real de suas relações, pela estrutura da sociedade e mudam com ela. No entanto, são normas, ordens, códigos e leis gestados pelos próprios seres humanos em suas relações, portanto, podem ser transformados.

Não cabe, aqui neste espaço, demonstrar, em detalhes, o processo histórico pelo qual os seres humanos passaram para formar sua atual estrutura psíquica. Vamos nos limitar a apresentar suas características básicas e suas tendências de transformação.

Um dos primeiros aspectos que podemos assinalar é que, à medida que mais pessoas sintonizam sua conduta com as de outras, a teia de ações tem que se organizar de forma sempre mais precisa e rigorosa, de forma mais conhecida por todos. Sobre os indivíduos

é exercido um controle social mais presente e, desde sua infância, eles são educados para um controle mais complexo e estável de conduta. Através do tempo e do uso constante, nos vários espaços e tempos das relações sociais, aquele controle apresenta-se como que automático e, assim, um autocontrole é firmemente estabelecido.

Na estrutura psíquica há uma regulação crescentemente diferenciada de impulsos, determinada pela direção do processo de diferenciação social, pela divisão social do trabalho e pelo crescimento das cadeias de interdependência nas quais as ações de todos os indivíduos, quer queiram ou não, estão integradas.

ELIAS, comparando a constituição psicológica de pessoas em sociedades menos complexas com a constituição das pessoas da sociedade ocidental, de nossos dias, concluiu que, quanto mais o tecido social torna-se intrincado, mais diferenciado, complexo e estável torna-se o aparato sociogênico de autocontrole individual. Esta estabilidade peculiar do aparato de autocontrole mental e individual mantém uma estreita relação com a monopolização da força física e a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade. Ao se formar um monopólio de forças, com o devido controle público, aumentam-se os espaços pacificados de convivência e ampliam-se os espaços de negociação, onde a palavra, o debate e o raciocínio são as armas prioritárias da disputa. A tendência é a da diminuição, em todos os espaços, dos atos de violência física e moral.

O indivíduo é protegido, principalmente, contra ataques súbitos, contra a irrupção de violência física em sua vida. Ao mesmo tempo, este indivíduo é obrigado a desenvolver sua capacidade de reprimir impulsos agressivos, de violência contra outras pessoas. A idéia de que todos os seres humanos, independente da cor, sexo, religião, tipo de cultura,



são iguais em direitos, apesar das diferenças, é uma construção histórica muito recente, que começa a marcar a psique de cada indivíduo, a nível mundial.

Neste sentido, é interessante destacar o crescimento da consciência dos direitos humanos em todo o mundo e, mesmo, a criação de órgãos internacionais que fiscalizam e lutam por leis supranacionais que possam garantir direitos a todos seres em qualquer parte do planeta.

A violência física tende, assim, a confinar-se a determinados espaços, como nas guerras, ou na disputa entre grupos, como por exemplo, na luta entre traficantes, na garantia de seus territórios. Mesmo assim, já se forma a consciência social de que os "civis" devem ser protegidos. Paulatinamente leis internacionais vão sendo elaboradas com o intuito de regular as contendas entre as nações.

Dessa forma, a monopolização da força física reduz o medo e o pavor que o homem poderia sentir do outro mas, ao mesmo tempo, limita a possibilidade de qualquer indivíduo causar terror e medo em outros. Como diz ELIAS (1993, p.202-204). "as pressões que atuam sobre o indivíduo tendem a produzir uma transformação de toda a economia das paixões e afetos rumo a uma regulação mais contínua, estável e uniforme dos mesmos, em todas as áreas de conduta, em todos os setores de sua vida". Estas pressões funcionam como instâncias controladoras que, pela aprendizagem desde a infância, vão sendo internalizadas e transformam-se num autocontrole das pulsões e impulsos. O equilíbrio resultante entre estas instâncias controladoras e as pulsões, em grande variedade de níveis, determina como a pessoa se orienta em suas relações com outras, em suma, determina sua estrutura de personalidade.

Um outro aspecto marcante de nosso tempo, que combina a interdependência, a pressão competitiva e a formação da estrutura psíquica individual, é o que podemos chamar de o "ritmo" dessa era marcada pela tecnologia da informação. Este ritmo nada mais é que a manifestação do grande número de cadeias entrelaçadas de interdependências, pressionadas pela competitividade entre empresas, abrangendo todas as ações que os indivíduos têm que executar, de forma sincronizada, no tempo o mais rápido e preciso possível. Este ritmo é caracterizado pela necessidade constante e diária de mais e mais informações, pela tomada de decisões sob a pressão competitiva e pela urgência da produção. Todos os indivíduos e todas as funções sociais acabam sendo envolvidos por este ritmo, do empresário ao trabalhador diretamente vinculado à sua máquina ou ao seu instrumento de trabalho.

Sem dúvida que este ritmo tem influências no comportamento das pessoas e passa a exigir delas um autocontrole muito maior e permanente de seu tempo - o tempo individual, mais que em qualquer época, se vincula ao tempo social. A tendência é a de uma integração social do tempo das pessoas, uma integração espacial e temporal, provocando uma elevada e mais complexa divisão social do trabalho.

Este mecanismo altamente integrado e complexo torna-se, por outro lado, tão vulnerável que perturbações em um só ponto da cadeia de interrelações pode ameaçar todo o tecido social. Por isto os grupos sociais estabelecidos - como os trabalhadores empregados, os empresários, sindicatos, partidos e outros - que competem entre si são obrigados a levar em consideração, pelo menos por este motivo, as exigências da grande massa de excluídos (*outsiders*). As funções sociais e o poder de massa assumem, neste momento, grande importância e aumentam a sua força de pressão sobre a sociedade. Por este

motivo, nos grupos estabelecidos, seus membros são treinados a assumir uma visão de longo prazo, a pensar no tempo em termos prospectivos e a assumir uma perspectiva previdente, em função de seus interesses e da rede de interdependências.

É certo que o controle e restrições às pulsões nunca estão ausentes entre as pessoas, nem sua capacidade de previsão, mas a qualidade e intensidade desse controle e previsibilidade assumem formas e graus diferenciados, dependendo da função social que cada um exerce na sociedade, do lugar que ocupa na rede de interdependências e, como consequência, depende das oportunidades que o indivíduo tem de desenvolver suas funções psicológicas. Quanto mais complexas e desafiantes as suas relações e suas experiências, mais condições tem o indivíduo de desenvolver sua racionalidade e de avançar em suas relações com as outras pessoas e grupos sociais, na busca de uma sociedade mais igualitária e livre.

O desenvolvimento de uma inteligência criativa, da capacidade de tomar decisões, de se inserir numa rede complexa de relações humanas não depende, de forma alguma, de um talento natural individual, muito particular. Depende sim, do acesso que o indivíduo tem, numa sociedade integrada, ao tipo de aprendizagem e às funções sociais que ele possa vir a exercer.

Podemos concluir, pela análise feita, que a aprendizagem e as mudanças na estrutura da personalidade não envolvem apenas mudanças no "conhecimento", transformações de "ideologias", em suma, alterações no conteúdo da consciência, mas mudanças em toda a constituição humana, na qual as idéias, hábitos de pensamento são apenas um setor.

No entanto, é também possível afirmar que, na área do conhecimento, da pesquisa, o ser humano amadureceu sua capacidade de tomar distância do mundo, das coisas e das pessoas. Ele é capaz de transformar qualquer realidade - material ou não - em objeto de sua pesquisa, mesmo estando nela inserido. Os seres humanos desenvolveram, inclusive, a capacidade de saírem conscientemente de si e se confrontarem como algo na segunda ou terceira pessoas. O avanço dessa capacidade se constitui como a pré-condição para a construção de instrumentos e, mais ainda, para a transmissão de conhecimentos e de autoconhecimento.

Esta capacidade de abstração encontra-se hoje num estágio muito avançado, o que possibilita aos seres humanos viajar, em seus estudos, da microrealidade à macrorealidade, com a mesma competência e precisão. O desenvolvimento de sua capacidade de conhecer e de produzir saberes possibilitou ao homem potencializá-la com a criação de um aparato técnico-científico, que busca se aproximar, ainda que mecanicamente, das capacidades humanas de memorizar e raciocinar. Continua, no entanto, sendo obra de indivíduos e por eles controlada.

Em função da teia de relações hoje criada - relações sociais e de informações - e do contato generalizado de todos com o aparato técnico-científico, amplia-se e se amadurece a possibilidade das pessoas pensarem de forma globalizada, integrada, com alguma visão de futuro. Cria-se a consciência, ainda incipiente, das possibilidades oferecidas por todo o saber social produzido, no desenvolvimento da natureza humana e de suas relações, em todas as áreas da vida.

De uma forma ou de outra, em graus diferenciados, a sociedade respira como um todo, estes ares de saber, de conhecimento imbutidos nos usos da informática, nas

telecomunicações e de debates sobre o futuro desse ou daquele processo, das consequências das novas tecnologias. As informações circulam com mais frequência e com maior rapidez entre os indivíduos e suas sociedades.

Todos estes processos aprofundam as interrelações entre os indivíduos e suas organizações determinando mudanças nas estruturas sociais e as estruturas da personalidade, e dentro delas a estrutura de pensamento de cada ser humano. A profundidade dessas mudanças é também marcada, contudo, pela função social que cada um exerce na divisão social do trabalho. A força, forma e papel que desempenham na personalidade do indivíduo dependem da estrutura da sociedade e de seu destino nela.

A sociedade moderna, desse final de século, é profundamente marcada pela competição ou pela exigência de competitividade e lucratividade, como já vimos no capítulo anterior. A competição incontrolável e a pressão pela supremacia no mercado entre homens de negócio e seus empreendimentos, por um lado, as tensões entre diferentes classes e grupos e, mesmo, entre membros de uma mesma classe, por outro, geram nos indivíduos uma contínua ansiedade, restrições e produzem seus medos específicos. Em todos surge o medo de perder seu emprego, de perder sua possibilidade de sobrevivência, de diminuir seu padrão de vida, medo de perder seu cargo de chefia, de mando, medo da degradação social, medo do estrangeiro. Medo de que, com a integração da economia, seu lugar possa ser substituído por outro, inclusive de outro país que o seu. Medo de que toda aquela planta de produção possa ser transferida para outro lugar, que ofereça melhores condições de produção.

Apesar de já haver sinais de que as pessoas começam a se identificar com algo que ultrapassa as fronteiras nacionais e que vai além de seus interesses corporativos, esta

identificação ainda está, na maioria das pessoas, defasada em relação à realidade da interdependência global. A maioria das pessoas e, principalmente dos líderes políticos e de grande parte dos homens de negócio, ainda está, quase que exclusivamente preocupada com seus próprios negócios, corporações e nações individualizadas. O sentimento por uma humanidade em perigo é ainda mínimo se analisado do ponto de vista da grandiosidade do desafio de dar a todos os indivíduos uma vida de qualidade, com condições dignas e amplas.

A estrutura da personalidade dos seres humanos é ainda profundamente marcada pelo medo do outro, medo do diferente e pelo sentimento do Eu. O sentimento e a razão do Nós são ainda embrionários nas relações sociais.

Contudo, aliada à competição, que acaba por gerar todos estes receios e sentimentos, aparece um outro processo - o da busca da qualidade nos produtos e serviços. Aumenta-se a exigência por melhores produtos e serviços, em todas as áreas. Como consequência é exigido de todos os indivíduos que se aprimorem na execução de suas funções sociais. Exige-se uma qualificação mais ampla de todas as forças produtivas da sociedade, o que tem gerado uma maior qualificação social. Criam-se organismos nacionais e internacionais com o poder social de fiscalizar e conferir, a esta ou àquela empresa, o certificado de qualidade de seus produtos e serviços.

Por outro lado, se no início a busca de qualidade tinha um sentido marcadamente econômico, na busca de competitividade no mercado, cresce a pressão individual e social para o alargamento da noção de qualidade. A exigência social é por mais qualidade não somente dos produtos e serviços, mas de todas as relações sociais. Qualidade é um conceito ainda não muito bem explicitado, mas que tende a tornar-se a característica

básica exigida em todas as relações humanas e que deve manifestar-se nas estruturas sociais e individuais - na produção, na saúde, no trabalho, na política, na educação, na relação com a natureza, nas paixões, na vida.

A exigência por qualidade transformou-se num campo de tensões, conflitos, negociações entre empresas, trabalhadores, sindicatos, partidos, nações; em conflitos entre as classes e grupos sociais e dentro deles próprios.

Segue, dessa forma, o processo civilizador. Sabemos que o entrelaçamento entre as pessoas, a estratificação, as pressões e tensões de nossa própria época marcam profundamente a estrutura social e de personalidade, acarretando mudanças profundas na conduta e no comportamento dos indivíduos e na sua forma de pensar e trabalhar. No entanto, não é claro, nem está predeterminada e garantida a direção desse processo. Nada assegura que os seres humanos vão continuar seu processo de civilização. Nossa época é tudo, menos um ponto final na culminância desse processo.

O processo de produção e de trabalho é essencial em toda a história de transformações das estruturas sociais e de personalidade. É nesse lugar social que vários indivíduos formam parte de sua estrutura individual. É o tempo-espaço da vivência, para uma boa parte de pessoas, do processo de integração e globalização experimentado pela sociedade atual. É também neste espaço e tempo que várias pessoas interferem e participam do processo de transformações pelo qual passa a sociedade. Tornam-se o lugar e tempo privilegiados de sua aprendizagem, de sua experiência, possibilitando, em graus diferenciados, a formação e desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores.

Cabe-nos, portanto, perguntar sobre as mudanças ocorridas nos processos de trabalho em função do processo civilizador e suas repercussões para os trabalhadores. Como se manifestam, nas relações de trabalho, as mudanças na estrutura social e, por conseguinte, na estrutura da personalidade? Por que os trabalhadores e trabalhadoras estão ficando mais sabidos, apesar de mais pobres e com mais insegurança em relação ao mercado de trabalho? Como pensar a evolução da classe operária no atual momento de reestruturação do capitalismo? Em que muda o trabalhador, indivíduo singular? E o coletivo de trabalhadores, em que direção se transforma?

Que influências tem sobre o processo de formação e qualificação dos trabalhadores e de sua classe, este processo de integração e flexibilização? Que papel cumprem, na formação dos trabalhadores, as tecnologias de informação e as inovações organizacionais? Por fim, como se dá o processo de aprendizagem e de formação de uma cultura por parte das empresas envolvidas no processo de competição, na busca de qualidade, e sendo pressionadas por rede de interdependências criada?

Será possível apreender o processo civilizador a partir da análise de uma determinada empresa e de suas relações internas e externas. São estas as questões que vão estar nos orientando ao pensar, no próximo capítulo, o processo de produção e de trabalho capitalista como um espaço e tempo privilegiados de formação humana, onde se manifestam as características de todo o processo civilizador de uma sociedade que caminha para uma integração global.



### **CAPÍTULO 3**

## **TRABALHO e TELECOMUNICAÇÕES : ESPAÇO E TEMPO DE FORMAÇÃO HUMANA**

“O Senhor... Mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. É no junto do que sabe bem que a gente aprende o melhor...”

(GUIMARÃES ROSA)

Nos capítulos anteriores, verificamos que o processo de integração e flexibilização do século XX trouxe mudanças profundas na sociedade e nos indivíduos, transformações nas estruturas sociais e nas estruturas da personalidade. Aumentaram as possibilidades de conhecimento e comunicação entre as nações e entre os povos. A produção de bens e serviços deixou de ter um caráter nacional para assumir uma perspectiva internacional num processo de transnacionalização da economia. Acompanhando todo este processo e possibilitando-o, há um enorme desenvolvimento tecnológico, com base na microeletrônica aplicada à informática e às telecomunicações. A pesquisa e a ciência são diretamente incorporadas na produção. Aumenta-se o vínculo entre a ciência e a produção. Com a revolução industrial, a ciência e a tecnologia convertem-se em forças produtivas sociais.

Cresceu, por outro lado, a consciência da gritante contradição em confronto com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia: apesar do conhecimento acumulado e da grande potencialidade da informática aplicada às várias áreas da vida, ainda não se forjou

a vontade política de aplicar todo este saber em prol do bem estar de todas as pessoas. "O que dizer, por exemplo, de um mundo em que a fome é avassaladora, quando a partir de um ponto de vista científico-técnico já poderia ter sido eliminada?" (ADORNO, 1995, p.15). A tentação do pessimismo é difícil de esconjurar quando todo o desenvolvimento da ciência e da técnica vem se dando vinculado a uma determinada formação social que é, enquanto princípio fundante, excludente e concentradora.

A ciência não é neutra nem constitui-se um mundo à parte regido por suas próprias leis. Também ela é condicionada e dirigida pelos conflitos e tensões presentes nas relações sociais. Seu desenvolvimento e aplicação são marcados pelas forças sociais e individuais de toda a sociedade. Ela sofre a influência do processo civilizador, ao mesmo tempo que o influencia, muitas vezes, decisivamente.

No entanto, esta tecnologia vinculadora de informações possibilitou e criou a tendência do crescimento do controle social sobre as decisões políticas, econômicas e sociais tomadas a nível nacional e mundial. Transforma-se, gradativamente, a concepção de nação e, paulatinamente, avança a consciência sobre o destino de todos os homens, apesar e por causa dos constantes conflitos, tensões entre os países, e pelo desvelamento das misérias do mundo. As decisões dos políticos e dos homens de negócio têm que levar em conta todas as relações e teias formadas a nível internacional, e eles são obrigados a terem um pensamento integrado. Contudo, nada garante o rumo do processo.

Por outro lado, a visibilidade das contradições e desigualdades sociais determina a necessidade de dar respostas aos inúmeros problemas enfrentados pela humanidade, nas

áreas da saúde, do transporte, da educação, do trabalho e outras, ainda que seja com o intuito de aliviar as pressões sociais.

Os cientistas e pesquisadores, de todas as áreas, empenham-se em seus estudos na busca de explicações e soluções para as questões colocadas pelos empresários e homens de negócio, por grupos e movimentos sociais. Subjetivamente, a ciência avança perseguindo a ânsia presente no ser humano de compreender a sociedade e o mundo que o cerca. As tecnologias da informação, a informática, a telemática também são o resultado de esforços ingentes de cientistas e técnicos que, ao longo de séculos, vêm colocando-se perguntas e sondando, sem cessar, as propriedades e as aplicações da matéria, da energia, e aprofundando incessantemente, o conhecimento sobre as capacidades do ser humano de pensar, de formar conceitos, de elaborar projetos. Fala-se até em inteligência artificial.

Devemos, como método de análise, evitar o risco de creditar e explicar o desenvolvimento científico e técnico como sendo um efeito, único e exclusivo, da crise do capitalismo, ou da decisão de homens de negócio que, maquiavelicamente, querem criar o desemprego e explorar ainda mais os trabalhadores. Vários fatores interferem nesse desenvolvimento. A descoberta, a invenção, a ciência e a tecnologia são obras dos homens; e de homens que se organizam em sociedades, dentro de determinada formação social.

Ao mesmo tempo, vêm colocando a nu o atraso em que os seres humanos encontram-se no desenvolvimento de sua humanidade. Parece estar havendo um desequilíbrio ou um descompasso no tempo entre a razão tecnológica e a razão da sensibilidade humana.

Manifesta-se, com mais força, a dicotomia presente no pensamento, entre o corpo e mente, entre a inteligência tecnológica e a inteligência social. O processo de formação humana, sua aprendizagem parece caminhar descompassadamente. O avanço tecnológico parece ter um ritmo mais acelerado que o crescimento da capacidade dos seres humanos, em todas as suas funções e divisões sociais, de criar uma nova formação social baseada no ethos da distribuição equitativa da riqueza produzida e na consciência da necessidade de manter o equilíbrio de todo o ecossistema. Como diz ELIAS há nesse processo uma tensão constante entre os vários tempos históricos - passado, presente e o porvir.

Fazendo aqui um recorte nessa teia social, verificamos, como não poderia ser diferente, que também há mudanças substanciais no mundo do trabalho, pelo fato de ser parte integrante e fundamental do processo de integração e internacionalização.

O fordismo como um sistema de organização da produção é colocado em xeque pelo movimento das forças produtivas e pela incorporação da ciência à produção. O capitalismo, como um sistema dinâmico, necessitava continuar seu processo de crescimento, via produção do lucro e concentração de riquezas (materiais e espirituais). O fordismo, no seu início, conseguiu aquele objetivo, mas atualmente ele engessa a produção e o dinamismo do Capital. Outras formas de organização da produção são desenvolvidas, combinando o fordismo com outras maneiras de produzir, introduzindo novas tecnologias e formas de gerenciamento da produção. Há uma flexibilização do fordismo, principalmente no que diz respeito à sua organização e na incorporação direta da ciência na produção.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A análise da passagem do Fordismo para outras formas combinadas e suas repercussões para a produção cf. no Capítulo 1 dessa dissertação.

O saber produzido, individual e socialmente, acumulado por vários séculos, exige experimentação e aplicabilidade. Não faz sentido não aplicar as descobertas feitas, como é sem razão manter os seres humanos realizando trabalhos penosos e insalubres quando é possível o uso de robôs e equipamentos na realização desses serviços. O conhecimento toma forma nas tecnologias criadas - do trem a vapor aos computadores - que vêm sendo aplicadas na produção, saúde, educação, transportes, telecomunicações, potencializando, a cada dia, a capacidade do ser humano de aprender mais sobre a natureza, sobre si mesmo e sua organização social.

Observamos que o desenvolvimento da ciência e tecnologia pode ser facilmente verificável no mundo do trabalho, que se transforma a olho nu. Não é mais necessário realizar grandes pesquisas para sentir e perceber que o trabalho humano mudou de forma e qualidade. Trabalhar hoje não é o mesmo que trabalhar no início do século. O espaço e o tempo do trabalho, onde vários indivíduos, de ambos os sexos, se relacionam e passam boa parte de suas vidas, não é o mesmo. Este espaço-tempo de aprendizagem e de formação dos indivíduos e das forças produtivas transformou-se e está em um processo constante de mudanças.

Essa será, neste capítulo, nossa perspectiva de análise, objetivando compreender as tendências de formações e transformações presentes no espaço e tempo do trabalho, situado naquele tempo e espaço históricos analisados no capítulo 1 dessa dissertação. Seguindo as análises teóricas e metodológicas apontadas por ELIAS, no capítulo anterior, entendemos o mundo do trabalho como um dos lugares e tempos históricos onde, de uma forma ou de outra, manifesta-se o processo civilizador. Lugar de constituição de civilização e cultura, espaço de relações entre indivíduos. Locus de aprendizagem do

mundo e de formação individual e psicológica. Lugar e tempo de manifestação da materialidade da vida.

O mundo da produção, por conseguinte, do trabalho, com a ascensão da burguesia no século passado e com a hegemonização da formação social capitalista, tem uma estreita ligação com a organização da sociedade e, indubitavelmente, ainda é o cerne do sistema capitalista de produção. Trabalhar tornou-se parte fundamental no desenvolvimento da estrutura social e da estrutura psíquica dos indivíduos. Sua carência, por exemplo, pode ser e é, na maioria das vezes, fator de desestruturação individual tanto a nível social quanto psicológico. Trabalhar é um dos fatores fundamentais de equilíbrio mental e de reconhecimento social. O seu lugar na divisão social do trabalho marca seu lugar na sociedade e as relações que se pode nela estabelecer. A presença do ato do trabalho é tão presente hoje na sociedade que ao direito à vida acrescenta-se o direito ao trabalho.

Por isto, trabalho, freqüentemente, vem associado às condições de vida dos indivíduos, em muitos casos, à sobrevivência. Muitas pessoas, por não terem acesso a algum tipo de trabalho, vivem em situações de extrema miséria. Trabalhar é quase sinônimo de viver. Quem não trabalha não tem direito à vida, nem a um lugar na sociedade.

O conceito de trabalho, em pequenas comunidades e tribos indígenas, possuía, e ainda possui, um forte componente social. Significava e significa uma presença marcante naquele comunidade; gerava e gera o sentimento de inclusão naquele grupo social. Assim funcionava porque o fruto do trabalho - caça, pesca, artesanato, colheita - era distribuído igualmente entre seus membros. Trabalhar era fator de vida e de adaptação àquela comunidade.

No entanto, eram ou são formas simples de organização social, geralmente com um pequeno número de pessoas e, por isso mesmo, com uma pequena divisão de tarefas entre os seus membros. Inclusive são formas sociais com uma baixa complexidade nas suas estruturas organizacionais e de coordenação das relações sociais. Por exemplo, as exigências de produção de bens, para a manutenção da vida, não são tão grandes como nas atuais nações. Na verdade, são organizações sociais que funcionavam como ilhas isoladas umas das outras, cada uma mantendo sua vida pelo trabalho e com um forte sentimento de coletividade, entretanto, entre poucos indivíduos. A noção de cultura, desenvolvida por Elias, aplica-se a esses modos de vida e de organização social.

Em outras sociedades, em séculos anteriores à revolução industrial, a ação de trabalhar era considerada como uma ocupação indigna para os homens livres. Havia um sentimento geral de aversão ao trabalho produtivo. Tanto é assim que a sociedade era dividida em três classes: “senhores, brancos pobres e escravos; e a classe intermediária é uma classe ociosa que vivia da comunidade ou da guerra, quando não da superior.” (ELIAS, 1993, p.55). Todo desenvolvimento social dependia do trabalho escravo, que tendia a afastar os homens livres do trabalho e a sociedade era forçada a adotar, segundo Elias, uma estrutura de trabalho relativamente simples, utilizando técnicas apropriadas ao trabalho escravo.

No entanto, com as revoluções urbanas dos séculos XI e XII, a sociedade foi colocada em curso diferente, mudando gradativamente o conceito que se tinha do trabalho, como indigno e próprio para escravos ou pobres. Daí em diante, a sociedade ficou sujeita a regularidades diferentes. ELIAS analisa esse processo:

“Ocorreu a gradual transformação do Ocidente numa sociedade onde um número sempre maior de pessoas podia ganhar a vida através de ocupações. O papel muito pequeno desempenhado pela importação de escravos e de mão-de-obra escrava dava aos trabalhadores, mesmo como classe inferior um grande peso social. Quanto mais prosseguiu a *interdependência das pessoas* e, por conseguinte, mais terra e sua produção eram incluídos na circulação do comércio e da moeda, mais dependentes as classes superiores, que não trabalhavam, os guerreiros, ou nobreza, se tornavam das classes inferior e média, que trabalhavam, e mais estas últimas ganhavam em poder social. A ascensão das classes burguesas para a classe superior constituiu expressão desse modelo. De forma exatamente oposta àquela por que, na sociedade escravista antiga, homens livres da cidade eram expulsos da força de trabalho, na sociedade ocidental, como resultado do trabalho de homens livres, a crescente interdependência de todos finalmente atraiu até mesmo membros das classes altas, que não trabalhavam, em números sempre maiores, para a divisão do trabalho. O próprio desenvolvimento técnico do Ocidente, a evolução da moeda para aquela forma específica de “capital” que a caracteriza, pressupõem a ausência de trabalho escravo e o desenvolvimento do trabalho livre”. (ELIAS, 1993, p.56).

No sistema capitalista, com a constante monopolização dos meios de produção, amplia-se a divisão social do trabalho, diminuindo aquele sentimento de coletivo, presente nos pequenos grupos sociais e a riqueza produzida é desigualmente distribuída entre os membros dessa sociedade ampliada. Ao conceito de trabalho acrescenta-se a idéia de força de trabalho e de sua venda. Trabalho vem, agora, associado à noção de salário, de uma mercadoria que necessita, para se realizar, ser vendida no mercado. A divisão do trabalho é social, determinada pelos vários processos sociais, mas a relação entre os homens, mediada pela força de trabalho, torna-se individual, em geral, entre o capitalista e o dono da força de trabalho.

O Taylorismo veio reforçar e concretizar estas concepções e relações a respeito do trabalho trazendo novos elementos. Frederick Winslow Taylor pode ser considerado o “Pai da Organização Científica do Trabalho”, o iniciador da eficiência industrial. Taylor



era formado em engenharia, profundo conhecedor de mecânica e possuía uma grande experiência da produção, pois, antes de ser engenheiro, trabalhou em máquinas-ferramentas e na fabricação de modelos. Em 1881, ele obteve permissão do engenheiro William Sellers, então presidente da Midvale Steel Company, para investir algum dinheiro no estudo minucioso e científico do tempo necessário para fazer diversos tipos de trabalho. Taylor continuou sua investigação durante 26 anos. Estudou, detalhadamente, os tempos e os movimentos, materiais, ferramentas e instalações necessários na execução de algum serviço.

Em 1896, quando entrou na Bethlehem Steel Works, como engenheiro-chefe, se impôs a tarefa de aperfeiçoar os métodos de trabalho daquela indústria. Três anos e meio depois conseguiu fazer o mesmo trabalho com 140 homens quando antes necessitava de 400 ou 600 operários. Taylor almejava aumentar a eficiência global da fábrica. Para isso separou as funções de preparação e execução da produção. Ele inaugura o processo de incorporação do uso do método científico na produção. O conjunto do processo de produção tornou-se uma aplicação tecnológica da ciência. Força de trabalho, produção e ciência agora se incorporam gerando novos conhecimentos e novas tecnologias. Dessa forma, o trabalho, mais que em qualquer outra época, torna-se um fator essencial e visível de produção de saber e de aperfeiçoamento das técnicas então utilizadas. As relações de trabalho entre os indivíduos que trabalham e pensam geram conhecimento e fazem ciência.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Para uma descrição e análise mais completa dos princípios da administração científica, ver TAYLOR, F. W. *Princípios de Administração Científica*. 7ª ed., 1976.

Henry Ford, no início do século XX, com a introdução da esteira rolante, mais do que criar um novo modelo produtivo, desenvolveu a proposta taylorista. HARVEY (1993) chega a afirmar que, em muitos aspectos, as inovações tecnológicas e organizacionais de Ford eram extensões de tendências bem estabelecidas. A diferença está que, enquanto Taylor “procurava administrar a forma de execução de cada trabalho individual, o fordismo realiza isso de forma coletiva, ou seja, a administração pelo capital da forma de execução das tarefas individuais se dá de uma forma coletiva, pela via da esteira.” (MORAES NETO, 1989, p.36). O fordismo se caracteriza pela socialização da proposta de Taylor.

Fizemos este breve percurso pelas formas assumidas pela ação de trabalhar para reafirmar que o conceito de trabalho é forjado historicamente, é uma construção social, com profundas repercussões no psiquismo dos seres humanos. Apesar disso, ele parece apresentar um componente comum, em todas as épocas: trabalhar, sempre que vinculado à produção de bens, é sentido como um ato penoso, com tendência a ser repetitivo, monótono, padronizado. Mesmo no artesanato, onde a produção não é em série, trabalhar acaba sendo uma repetição contínua, com a diferença de que, neste caso, o artesão tem o controle de seu tempo e do processo de fabricação.

Entretanto, estas diferenças não garantem a não monotonia do trabalho. E quanto mais cresce a integração e interdependência entre os seres humanos e quanto mais aumenta o número de pessoas para quem se tem que produzir, maior velocidade e maior produtividade são exigidas do ato de produzir e trabalhar. O trabalho pode tornar-se mais doloroso e mais penoso, seja física ou mentalmente.

A forma capitalista de produção, em suas várias bases técnicas, exacerba aquela característica comum ao ato de produzir. Aqui trabalhar significa, para muitos, um castigo necessário, além de promover a desigualdade entre os indivíduos, uma vez que a riqueza produzida, extraída do trabalho, enriquece a poucos. No entanto, é preciso reafirmar que este fator das relações de trabalho também esteve presente em outras formas de organização da produção.

Por outro lado, o caráter repetitivo e penoso do trabalho e a necessidade de maior produtividade e produção são fatores que também impulsionam a pesquisa e o desenvolvimento técnico-científico. Os homens e mulheres procuram, pelo desenvolvimento da ciência, livrar-se do trabalho pesado, repetitivo. As tecnologias baseadas na microeletrônica e na informática podem transferir para as máquinas e robôs tais atividades, mudando a qualidade do trabalho dos seres humanos. De fato, este processo vem se dando mesmo no modo capitalista de produção. E não poderia ser diferente, pois o processo histórico não parou com o capitalismo e, sendo processo, ele ocorre no presente e não fica à espera de condições futuras ideais para criar novos modelos. Uma nova formação social não surge de uma hora para outra, ela é resultado de forças sociais e individuais que vão interagindo nesse tempo e espaço concretos das relações sociais. O futuro age no presente como um sonho, uma utopia que, por existir nas relações humanas, já é fator de mudança. Sonho e utopia que têm sua raiz fincada no presente.

Quando perguntamos aos trabalhadores das telecomunicações se gostavam do seu trabalho, recebemos, da maioria deles, a resposta de que tinham orgulho do que faziam. E quase todos relacionaram o seu trabalho como o espaço de convívio com outras

peessoas e como o lugar onde eles podiam contribuir para uma vida digna e melhor para eles, suas familias e para a sociedade. Por serem trabalhadores da área de telecomunicações, eles têm um contato muito direto com as novos avanços da tecnologia. Muitos deles também apontaram o prazer que tinham com o trabalho, pela possibilidade de estar em relação estreita com a técnica e com uma tecnologia que pode contribuir para a integração entre as pessoas, com um grande alcance social.

Apesar das críticas que todos eles apresentam ao ritmo do trabalho, ao tempo muito grande de trabalho, ao salário nem sempre muito bom, eles vêem no trabalho um espaço e tempo de rica aprendizagem, tanto a nível do bem estar pessoal e da autoconfiança, quanto a nível do próprio desenvolvimento técnico, principalmente pela possibilidade de estar em contato com as discussões que se travam sobre o desenvolvimento tecnológico, ainda que de forma informal, entre os colegas ou com os gerentes, supervisores e engenheiros.

Por causa dessa ampliação de conhecimentos, muitos deles, que executam serviços simples na empresa, sentem alguma insatisfação naquilo que fazem e manifestam o desejo de mudar de emprego ou de lugar na empresa. Um deles, por exemplo, percebendo esta impossibilidade no momento, fez uma afirmação que expressa a contradição e o conflito presentes no trabalho. Ele disse: " Tá ruim, mas tá bom".

Apesar de todas as críticas e análises, corretas inclusive, sobre os efeitos nocivos do trabalho moderno, as tecnologias da informação têm em si uma grande capacidade de potencializar o desenvolvimento dos indivíduos. Podem livrá-los da carga penosa e dura do trabalho e contribuir para o florescimento de todos aqueles elementos humanos

presentes no trabalho e nas suas relações, como constatamos na fala daqueles trabalhadores e trabalhadoras em telecomunicações.

O trabalho pode vir a ser, de forma agradável e prazerosa, uma experiência vital, onde o homem elabora seu potencial criador. Nessa experiência, como afirma OSTROWER

“o homem encontra sua humanidade ao realizar tarefas essenciais à vida humana e essencialmente humanas. A criação se desdobra no trabalho porquanto este traz em si a necessidade que gera as possíveis soluções criativas. Nem na arte existiria criatividade se não pudéssemos encarar o fazer artístico como trabalho, como um fazer intencional produtivo e necessário que amplia em nós a capacidade de viver”. (OSTROWER, F., 1994, p.31).

Entretanto, a formação social que possa surgir do processo sócio-histórico precisa ser capaz de possibilitar que o fazer-pensar dos homens e mulheres, seu trabalho, seja carregado de um forte componente criativo, em todas as áreas de atuação humana. O desafio está, portanto, em mudar o ethos do trabalho presente em nossa atual divisão social e internacional do trabalho. É necessário desvincular do trabalho a idéia de emprego, em vínculo direto com a sobrevivência. Romper com a noção de que para viver, com tudo que isto implica, a pessoa tem que estar, necessariamente, relacionada a um emprego, a ter um lugar na produção direta de bens - carros, televisões, alimentos, serviços - em troca de um salário de viver ou de sobreviver.

O desenvolvimento técnico-científico pode facilitar a inauguração de novas formas de pensamento e novas lutas em busca de outra sociedade, com outra lógica, outras prioridades, e outras formas de produzir e de distribuir o trabalho, enquanto processos de criação, usando a expressão de Fayga Ostrower.

Metodologicamente, como não nos é possível no momento, abranger o mundo do trabalho em sua totalidade, optamos por analisar o setor das telecomunicações e dentro desse setor uma de suas empresas públicas. Não é nosso objetivo explorá-la em todos os seus detalhes. Não nos propomos a um estudo de caso. O olhar sobre o setor de telecomunicações e, mais especificamente, sobre uma de suas empresas, é no sentido de buscar elementos de reflexão mais geral sobre as tendências para o processo de formação humana que estão se dando, com a introdução das tecnologias de informação e das novas formas gerenciais.

Portanto, temos como intuito, sem a pretensão de ser conclusivos, acercar-nos do processo de trabalho, observando-o do ponto de vista do processo de aprendizagem e de qualificação social e individual dos indivíduos e empresas envolvidos com as telecomunicações. Queremos, além de verificar os fatores degradantes do trabalho, já presentes nas inúmeras análises sobre o mundo do trabalho, buscar elementos, presentes na materialidade do trabalho, que podem apontar para o processo civilizador, no sentido desenvolvido por ELIAS e por nós apresentado no capítulo anterior.

### **3.1 - AS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL E O TRABALHO COM A INFORMAÇÃO**

A análise dos dados colhidos sobre o sistema de telecomunicações e sobre a TELERJ (Telecomunicações do Rio de Janeiro), dos questionários respondidos pelos participantes, das observações feitas durante o curso básico para novos dirigentes sindicais e das entrevistas feitas com funcionários das várias áreas e níveis da TELERJ e do sistema TELEBRÁS, determinou a escolha das categorias teóricas que desenvolvemos nos capítulos anteriores. No entanto, tendo sido feita a escolha, essas categorias dirigiram nosso olhar para questões que, de outra forma, não seriam abordadas, sobretudo aquelas referentes ao processo civilizador e ao mundo do trabalho.

Um primeiro aspecto que, de imediato, salta aos olhos, é a percepção que os entrevistados e participantes do curso têm do lugar hoje ocupado pela telecomunicações, dentro do processo de internacionalização do capital. Afirmam que o setor vem passando por uma transformação nos processos de trabalho, acompanhada pela introdução de inovações tecnológicas e organizacionais. Os trabalhadores, por exemplo, que antes se chamavam de *telefônicos* - pois o serviço básico por eles executado era o de telefonia - passam, nos últimos anos, a se denominarem de trabalhadores em *telecomunicações*. Esta mudança expressa uma ampliação do trabalho e da importância do setor na

economia. Isto fica constatado na afirmação do engenheiro Pedro Wladimir, numa monografia apresentada ao concurso promovido pela Revista do SINTTEL-RIO (fev.1995, p.11), de que “o avanço vertiginoso da ciência e da eletro-eletrônica torna as *telecomunicações* cada dia mais imprescindíveis na nossa vida cotidiana e na sociedade”.

Telecomunicações são aqui entendidas como o sistema que, além de operar com telefonia, lida com recepção e transmissão de informações por som e imagem, utilizando para este fim uma infra-estrutura baseada nas tecnologias da informação, como, por exemplo, os satélites de comunicação.

No caso brasileiro, o ano de 1962, de acordo com RENATO ARCHER (1993a, p.32), então presidente da Embratel, “representa o marco definitivo das telecomunicações no Brasil, quando se aprovou o código de telecomunicações do país”. É criada, a partir da instalação da Embratel, a primeira rede básica de comunicação via microondas, com cerca de 24 mil quilômetros de extensão. Esta rede foi construída totalmente baseada na tecnologia disponível da época - a tecnologia analógica. Hoje, mais de 70% dela, segundo Archer (1993), foi transformada em tecnologia digital, de base microeletrônica.

A TELEBRÁS é a única acionista da EMBRATEL. Segundo SILVA,

“o setor de infra-estrutura de telecomunicações está operacionalmente centrado no sistema TELEBRÁS. Este sistema engloba um conjunto de 28 empresas, sendo 26 operadoras estaduais (empresas-pólo), uma de âmbito nacional e internacional, a Embratel S.A., a “holding” TELEBRÁS S.A., abrangendo cerca de 94% dos terminais em serviço, 100.000 empregados e um faturamento anual da ordem da US\$ 8 bilhões em 1992”. (SILVA,1995, p.20).

O período anterior a 1965 pode ser caracterizado, como afirma FLEURY (1993), pelo grande volume de importação de equipamentos de telecomunicações e por operações de



montagem, especialmente dos grandes equipamentos de telefonia. Com os militares no poder, a partir de 1964, as telecomunicações assumem um caráter estratégico, e planos de expansão e modernização do sistema são executados por aqueles governos, utilizando recursos provenientes do Fundo Nacional de Telecomunicações, constituído de uma taxa de 30% sobre as tarifas telefônicas.

Estes governos, preocupados com o desenvolvimento tecnológico do setor, criam, em 1976, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPqD), com sede definitiva em Campinas a partir de 1980. O CPqD trabalha com as chamadas tecnologias principais e as tecnologias básicas. As tecnologias principais são aquelas baseadas, segundo CAPELA FILHO, engenheiro do CPqD,

“em planejamento, estratégias, desenvolvimento, evolução da rede, emanadas pela TELEBRÁS e suas concessionárias. São áreas de digitalização e opticalização da rede, que envolvem aspectos de comutação, transmissão e rede de acesso, contemplando inclusive a próxima tecnologia de comutação ótica - inteligência baseada em software - objetivando as funções de serviços e de gerência da rede, protocolos de comunicação, propiciando interfuncionamento entre equipamentos de sistemas e serviços; e engenharia de sistemas como forma de integrar e otimizar essa evolução da rede.” (p.71).

As básicas são tecnologias que dão suporte ao desenvolvimento das tecnologias principais. “Consistem basicamente no desenvolvimento de equipamentos: equipamentos microeletrônico, opticoeletrônico, processamento de dados e sinais, além de sistemas de telecomunicações que envolvem equipamentos da rede inteligente, satélites, sinalização por canal comum”(CAPELA FILHO, O., 1993, p.71).

Durante a década de 80, o desenvolvimento das tecnologias de base microeletrônica possibilitou a aliança das telecomunicações com a informática, criando a telemática.

Telemática é um conjunto de meios de transmissão e comutação digitais, de alta capacidade. Possui uma altíssima velocidade de processar, de circular e transportar grande número de fluxos. Por estas qualidades, a telemática adquire uma característica multidimensional, pois esta infra-estrutura se amplia para todos os campos da atividade humana.<sup>3</sup>

No Brasil são 100.000 pessoas em contato direto com as telecomunicações. Este número se amplia se a ele adicionamos os profissionais da notícia, que trabalham nas televisões, rádios, jornais e os usuários do sistema de telecomunicações - bancos, empresas, hospitais, polícias, instituições públicas e indivíduos que, no seu cotidiano, fazem uso daquele sistema. De uma forma ou de outra, boa parte dos seres humanos, suas instituições e atividades, estão interligadas. Como consequência a noção de tempo e de espaço toma outra dimensão. As distâncias foram encurtadas e o tempo ficou mais ligeiro. Os obstáculos físicos à comunicação entre os seres humanos, impostos pela natureza, foram suplantados por sua ciência materializada nas telecomunicações.

A globalização da economia e o processo de acumulação flexível transformaram as telecomunicações em seu elemento nuclear, considerando que a infra-estrutura de comunicação é essencial para o funcionamento da sociedade mundializada.

O desenvolvimento desse setor é considerado estratégico no processo de integração e flexibilização no atual estágio da sociedade. Por este motivo, é marcado pela inovação tecnológica e organizacional. É um setor que lida intensivamente com as tecnologias da informação. Elas passam ser o substrato que garante o funcionamento de um sistema

---

<sup>3</sup> Para uma explicação mais detalhada do processo de integração entre as telecomunicações e a informática, cf. PRATES, 1993, p.101-109.

integrado, nas relações internas de uma dada empresa ou nas relações externas que se estabelecem entre nações, empresas, grupos ou indivíduos. É a infra-estrutura que permite a circulação de informações, em escala ampliada, a nível mundial.

Além de se constituírem enquanto base técnica do processo de integração e flexibilização nesse século, as telecomunicações, nas mãos do capital, transformaram-se num rentável negócio, gerador de grandes lucros. Além da indústria de telecomunicações, o serviço oferecido é fator de concentração de riquezas. É um serviço especial porque trabalha com a venda do espaço de tempo, através do aprisionamento e geração das microondas, transportando as informações que valem ouro.

Do ponto de vista do capital, constituída como a força social hegemônica desse século, a alteração do uso e definição do tempo e do espaço é fator de competitividade e lucro. A eficiência na organização espacial e no tempo de circulação de pessoas, materiais e informações são questões relevantes para os capitalistas, em todos os ramos da atividade humana. O tempo de produção e de execução de serviços, associado ao tempo de circulação forma o conceito de "tempo de giro do capital". Como consequência verifica-se, na atualidade, uma aceleração do ritmo da produção e execução dos serviços - "tempo é dinheiro"- afetando o ritmo da vida social.

Esta forma de organização e movimento social vêm exigindo e trazendo modificações também nos processos de trabalho e na forma de agir e pensar dos trabalhadores em telecomunicações. Na verdade, novos hábitos de trabalho e de controle são criados, ao mesmo tempo que se modificam as estruturas de pensamento, que passam a ser mais integradas e espaciais. Refletem, portanto, de acordo com ELIAS (1994 a, p.9), "mudanças

na maneira como a sociedade é compreendida, e na maneira como as diferentes pessoas que formam essas sociedades entendem a si mesmas: em suma, a auto-imagem e composição social - aquilo a que chamo de *habitus* - dos indivíduos.”

As telecomunicações, além de modificarem as relações entre tempo e espaço, também se caracterizam por atuar com a informação, elemento integrado à produção e aos serviços. Os resultados das pesquisas e o desenvolvimento da ciência, materializados em informação, tornaram-se valores fundamentais para o Capital. Como diz SCHILLER (1993, p.5), professor e doutor em Comunicação da Universidade da Califórnia, em entrevista para a revista LEIA, da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações, as “comunicações via satélite forneceram uma *infra-estrutura vital* para os negócios globais das corporações. Sem nenhum exagero, muitos ramos da economia não poderiam funcionar sem os sistemas de informação.”

Estamos diante de uma dinâmica social baseada na informação. O fator chave é a informação, não mais o petróleo, são as infovias, estradas e vias criadas por onde circulam as informações, num fluxo constante de conhecimentos, mobilizando, concomitantemente, matéria e energia, a serviço do homem. São, portanto, conhecimentos que modificam os seres humanos ao mesmo tempo que são por eles transformados. Como diz um gerente da TELERJ, por nós entrevistado, “isto requer uma *mudança* muito forte nesse homem de telecomunicações. As telecomunicações e a informação, sem sombra de dúvida, vão ser a mola mestre do terceiro milênio. As telecomunicações têm um papel fundamental nesse processo. Esse homem tem que ser um homem pró-ativo, ele tem que ser uma pessoa extremamente flexível”. (grifo nosso).

No entanto, o valor da informação somente se realiza quando comunicado, transformando-se em fator produtivo, diretamente incorporado aos softwares e aos equipamentos e máquinas utilizados na produção e serviços, ou quando torna-se o fator primordial de decisões para empresas, governos ou instituições, que dela necessitam. A informação é uma mercadoria *sui generis* porque, ao contrário de outras, oferece uma complexidade maior para ser apropriada por determinados grupos ou monopólios. Para ser valorizada, ela não pode ser estocada por muito tempo. A própria velocidade de sua comunicação é um elemento essencial de sua realização e de competitividade entre concorrentes. Contudo, ao ser aplicada e comercializada, a informação e o saber podem fugir das mãos daqueles que dominavam aquela informação. Essa é uma mercadoria que tem a característica de tornar-se de domínio público. O saber tem a peculiaridade de transformar-se em patrimônio da humanidade, em monopólio público.

Percebendo o potencial de lucro do mercado de informações, os monopólios privados a nível mundial buscam diminuir e evitar o controle público sobre o desenvolvimento técnico-científico e o saber social daí produzido e procuram ter a posse, não só da ciência, mas também dos seus canais de transmissão - informática e telecomunicações. Buscam, e têm conseguido, transformá-las em mercadorias altamente rentáveis, retardando o acesso de todos a elas. O objetivo do capital é de controlar para comercializar. SCHILLER mostra sua preocupação com esta comercialização porque ela pode ampliar a distância entre aqueles que podem pagar por esta mercadoria e aqueles que ainda nem garantiram o mínimo para sua sobrevivência e, que por isto mesmo, terão maiores dificuldades para acompanhar e compreender a nova linguagem desses processos. A informação, segundo ele,

“tornou-se determinante na crescente privatização da economia. Saúde, educação - todos, serviços municipais que tratam com informação - são alvos do investimento privado e das atividades voltadas ao lucro. Bancos, seguros, comunicações, publicidade, turismo, lazer dependem de maciços fluxos de informação e vasta quantidade de processamento de dados.[...] Em todas as partes, atividades até então raramente vistas como geradoras de receitas foram investigadas, apropriadas e reorganizadas com a ajuda de eficientes meios de processamento de informação.” (SCHILLER, 1993, p. 04).

Os operadores, gerentes, telefonistas, supervisores, reparadores de linhas, engenheiros, cabistas, agentes de serviços, em suma, trabalhadores em telecomunicações agem neste ambiente de trabalho, marcado pela telemática, mas também por tecnologias antigas (com a tendência de serem substituídas), e eles são envolvidos na teia da circulação de informações, que caminham pelos equipamentos e são utilizadas pelas várias instituições da sociedade.

Cresce entre esses Telecomunicadores, se assim os podemos chamar, a consciência de estarem lidando com uma matéria-prima muito especial - a informação comunicada. Eles têm a clareza da transformação tecnológica por que passa o setor, saindo dos processos analógicos para os digitais. Segundo um engenheiro da EMBRATEL, a quem tivemos a oportunidade de entrevistar, a comutação telefônica era totalmente analógica, tanto na EMBRATEL quanto na TELERJ. Em 1986 começou o processo de digitalização do sistema. Ele nos explica que digitalizar o sistema significa

“passar do lógico para o digital. Quando você tem um meio analógico, significa dizer que você tem uma parafernália de equipamentos que ocupam um espaço gigante dentro de uma sala. Prá você ter uma confiabilidade de sistema maior, dentro do meio analógico, em relação ao meio digital, a probabilidade de um sistema digital, comparativamente, é 80% mais poderoso que o sistema analógico. Não estou menosprezando o sistema analógico, mas se você pegar a proporção também do equipamento, tamanho, volume de área que o sistema analógico ocupa em relação ao

sistema digital é 70% menor a redução. Para você ter uma idéia, uma central ARM completa, com 8000 circuitos, para 8000 disjuntores, tanto de entrada quanto de saída, a gente precisa de uma área, miseravelmente, de 40 m<sup>2</sup>, para a analógica. Para a gente botar 40000 circuitos nós precisamos de uma área de 4 por 3 m<sup>2</sup>, para você ter uma noção do que significa de, em torno de 12 a 15 m<sup>2</sup>, a gente põe todo um sistema, com biletagem, com todo o controle em cima, esse é o digital. Então você vê o que significa a evolução”.

Além disso o sistema digital possibilita um número de chamadas muito maior que o sistema analógico, montado num conjunto de peças eletromecânicas, ligado a um grande número de fios, que o torna mais lento e menos potente que o sistema digital, baseado em microprocessadores, totalmente eletrônico.

Um engenheiro da TELERJ, professor e treinador em eletrônica, em sua entrevista, mostra que as novas tecnologias digitais, a informática e a descoberta de novos materiais, como a fibra ótica, possibilitam o aumento e uma melhoria na comunicação. A saída das tecnologias analógicas para as centrais de comutação digitais, de grande porte, inauguram, segundo aquele engenheiro, as redes digitais de sistemas integrados (RDSI). Graças a estes sistemas integrados foi possível, por exemplo, o desenvolvimento da INTERNET - este sistema internacionalizado de informações - que deve se aprimorar, cada vez mais, resolvendo o problema do acesso e da rapidez na circulação de informações veiculadas por este sistema ou por outros, pois com o aumento dos usuários desses sistemas e da quantidade de dados, imagens, sinais o sistema passa a apresentar limitações por não ter agilidade exigida. Segundo nosso entrevistado, em breve,

“essas centrais vão se interligar diretamente na INTERNET, porque o grande problema hoje é você sintonizar com a INTERNET. Você já pode sintonizar, mas essas centrais, mais adiante, vão se interligar direto. Simultaneamente, você vai estar falando com a INTERNET aqui, eu estou falando com o telefone digital, ele está com o microcomputador fazendo uma comunicação com qualquer

outro computador, uma pessoa, com TV a cabo, está entrando em contato com a locadora, para solicitar que ele quer ver um filme, às tantas horas, às 8 horas e vai vir pela TV a cabo. Então essa é a idéia”.

Os trabalhadores em telecomunicações sabem do efeito desse avanço científico-tecnológico na ampliação da capacidade de comunicação entre países, empresas e indivíduos, e percebem que é um processo que se dá a nível mundial. Chegam a afirmar que as mudanças ocorridas no Brasil são decorrência da pressão do desenvolvimento internacional, mas também são provocadas pela demanda dos indivíduos e dos movimentos sociais pelo acesso a estas possibilidades de comunicação. Como diz um dos entrevistados, trabalhador na TELERJ: “Acho que as coisas estão mudando, talvez mudando até mais porque o mundo está mudando”.

A compressão espaço-tempo, que é exatamente a maior interdependência entre os seres humanos e suas estruturas sociais e individuais, ampliada com o advento da aliança das telecomunicações e da informática, tem possibilitado uma maior aproximação de um número maior de pessoas e uma maior divisão de funções, dando seguimento, neste final do século XX, aos processos históricos anteriores ao capitalismo, segundo a análise de ELIAS (1993, 1994 a, b).

Atualmente o indivíduo, as empresas, os países, a economia e a política têm que melhor sincronizar seus pensamentos e ações. Ainda que, no fim desse século, se verifique o afastamento de grande número de cidadãos da política, segundo HOBBSAWM (1995), “deixando as questões de Estado à ‘classe política’”<sup>4</sup>, não podemos supor que essa

---

<sup>4</sup> Segundo HOBBSAWM (1995, p.558) parece que a expressão “classe política” se originou na Itália. Classe política é aquela “que lia os discursos e editoriais dos outros; um grupo de interesse especial de políticos profissionais, jornalistas, lobistas e outros cuja ocupação ficava por último na escala de confiabilidade nas pesquisas sociológicas.”



despolitização deixaria as autoridades, governos e empresas mais livres para tomar decisões. Ele considera que este fenômeno provocou o efeito oposto e que os meios de comunicação tiveram sua função política ampliada:

“as minorias que saíam em campanha, às vezes por questões específicas de interesse público, com mais frequência por algum interesse seccional, podiam interferir nos tranquilos processos de governos tão efetivamente, e às vezes até mais, do que partidos políticos de propósitos abrangentes... Além disso, a tendência cada vez mais sistemática de governos contornarem o processo eleitoral *ampliou a função política dos meios de comunicação, que agora chegavam a todas as casas, proporcionando de longe o mais poderoso meio de comunicação da esfera pública para homens, mulheres e crianças privados.*” (HOBSBAWM. 1955. p.559). (grifo nosso).

As lutas sociais, as atitudes e comportamentos da “classe política” e homens de negócio, as expressões de opiniões de grandes líderes e de personalidade, de todas as áreas podem ser, rapidamente, conhecidos no mundo inteiro, graças à telemática. Mesmo os mais pobres têm, hoje, via meios de comunicação, acesso ao que se passa ao seu redor, redor que vê seu diâmetro ampliado. Sem dúvida, que muitas das informações são filtradas, numa atitude de busca de controle da comunicação por parte de setores da sociedade. Contudo, dentro das telecomunicações e nos sistemas integrados de informações, existem forças contra-hegemônicas, que não podem ser identificadas com esta ou aquela corrente política, nem mesmo com esta ou aquela classe social, que estão em conflitos, forçando e ampliando a característica, própria dessa mercadoria informação, de não deixar-se, facilmente, ser privatizada. HOBSBAWM (1995, p.559) afirma que os meios de comunicação se tornaram atores importantes no cenário público, principalmente por sua capacidade de “descobrir e publicar o que as autoridades desejavam manter na sombra, e

de dar expressão a sentimentos públicos que não eram, nem podiam ser, articulados pelos mecanismos formais da democracia”.

As informações, aliadas à telemática, e o progresso técnico fogem ao controle e geram possibilidades de novas configurações sociais. As pessoas comuns passam a ser consideradas como atores políticos com direito coletivo próprio. As telecomunicações deram visibilidade a novos atores na história, cujas ações e intervenções nos assuntos públicos adquirem uma outra importância, alguma vezes, decisivas.

No entanto, se o processo histórico não tem um movimento com rumo pré-determinado, definido, é possível aumentar o fosso na comunicação entre os seres humanos, quando mediada por equipamentos e máquinas “inteligentes”. É viável, e já existem pesquisas que apontam neste sentido, que cresça o individualismo e a solidão entre os indivíduos. Ou pode ampliar-se a distância entre aqueles que têm ou detêm o acesso à informação e às novas tecnologias, e aqueles outros excluídos desses bens, por falta de recursos, inclusive intelectuais. HOBSBAWM, por exemplo, apresenta o século XX como a *Era dos Extremos*, dizendo que não sabemos para onde estamos indo. E afirma que se “a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nesta base, vamos fracassar”. (HOBSBAWM, 1995, p.562).

Contudo, em outra lógica, mas utilizando o atual estágio de desenvolvimento científico-tecnológico das telecomunicações e da ciência, já não é fantasia imaginar a criação de redes ou teias de democracia, onde o maior número de pessoas poderia estar determinando e definindo o destino da humanidade. As telecomunicações, com sua base

tecnológica, têm possibilitado, muitas vezes por pressões vindas de baixo, a explicitação de interesses diversos, oriundos dos mais diversos grupos sociais. O conflito não mais se estabelece somente entre patrões e empregados, ele extrapolou as relações de trabalho e de produção. Novos segmentos sociais - mulheres, negros, gays, sem-terras, sem-casas, meninos com trajetória de rua e outros ganham visibilidade. Vendo as coisas por esta perspectiva histórica, como diz SCHILLER (1993, p.6), é possível "ter cautelosas esperanças, pois a longa marcha rumo à humanização da sociedade sempre se faz incorporando novas vozes ao diálogo".

Tais processos vêm obrigando as nações a um aperfeiçoamento jurídico e ético que regule as novas configurações surgidas. Devido à crescente comunicação entre os povos e graças ao aumento da interdependência entre os homens e suas organizações, todos os espaços sociais, inclusive os jurídicos, tornaram-se campos de conflito de interesses, tanto ao nível interno dos países quanto internacionalmente. Transparece a importância estratégica social da informação correta, precisa e no tempo certo. Surgem, com mais força, pressões para que as decisões privadas de empresas e de países sejam integradas e que estejam sob um maior controle público. Cresce a consciência de que é inaceitável que grandes monopólios privados, controlados por poucas pessoas, possam definir políticas para suas empresas, decisões que podem afetar a sociedade internacional. Neste sentido, busca-se regular, por exemplo, as condições e normas de transmissão de informações entre as empresas globalizadas, já que não são nacionais e têm base em vários países. Como consequência, repensa-se o conceito de segurança nacional e internacional, em função do rompimento das fronteiras.

Afloram-se as diferenças culturais e, de outro lado, constroem-se novas identidades entre os seres humanos. Rompem-se as identidades com os pequenos grupos culturais - tribos, paróquia, Estado, ocasionando dois fenômenos concomitantes: de início, a situação de perda de referências sociais - espaciais, temporais e de proteção - e com o tempo, identidade e referências se estabelecem com setores mais amplos. Vários indivíduos ou grupos sociais ampliam a abrangência de suas relações e ações. A nível do discurso cunha-se a expressão "cidadão do mundo", impensável em outra época.

Estes são processos sócio-históricos de formação humana que exigem um maior controle social, dos indivíduos e da sociedade. Os indivíduos e suas instituições vão se conscientizando e sentindo a história como o espaço e tempo de aprendizagens e de criação. Cresce, sem dúvida, neste ambiente histórico, a importância, para todos os seres humanos, da comunicação e da informação. E as telecomunicações cumprem um papel primordial nesse processo, como o veículo de potencialidades e possibilidades.

### **3.2 TELECOMUNICAÇÕES E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO: REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES.**

Além dos aspectos mais gerais, analisados anteriormente, podemos apreender elementos de mudança relacionados à formação dos trabalhadores, com a introdução das novas tecnologias, baseadas na microeletrônica e no uso da informática. A formação de todos os indivíduos envolvidos na produção de bens e serviços exige um processo de aprendizagem, implicando tanto mudanças cognitivas e operativas, quanto transformações na cultura presente nas relações de trabalho.

Além disso, a forma e o grau de aprendizagem e capacitação, nesse novo ambiente de trabalho, mantêm uma relação direta com o lugar ocupado pelo indivíduo na empresa. É o que afirma, por exemplo, um dos responsáveis pelo treinamento na TELERJ, que cuida da formação técnica, atuando na área de comutação (analógica e digital), na informática - desenvolvendo a microinformática e a telemática - e na área de conhecimentos básicos complementares, como por exemplo, nos cursos de eletrônica:

“São estas as formas de atuação, dependendo do público, dependendo do cliente. Se alguém está entrando novo para a empresa, nós temos um tipo de curso, que vai desde os assuntos mais preliminares até os assuntos mais específicos, dependendo da área em que ele estiver atuando. Se ele já estiver atuando no cargo, nós temos cursos de reciclagem. São periódicos, constantemente. Eles ocorrem de acordo com a necessidade de nosso próprio cliente<sup>5</sup>, que são os empregados. Para cada tipo de cargo existe uma árvore específica de treinamento.”

Como consequência, também é diferenciada a relação que os diversos trabalhadores e setores mantêm com o desenvolvimento científico e tecnológico. A tendência em relação ao mercado de trabalho, apontada por HARVEY (1993, p.143-144)<sup>6</sup>, também vem se manifestando nas telecomunicações. A importância estratégica adquirida pela telemática, como meio essencial de transmissão de informações e de integração inter-empresarial, faz com que a função tecnologia ganhe prioridade nas telecomunicações, tanto na indústria quanto nos serviços. Este fator, de certa forma, leva à criação do CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento), em 1976, com o objetivo de pesquisar e desenvolver projetos em telecomunicações.

---

<sup>5</sup> A noção de cliente, aplicada aos empregados, decorre do projeto de gerência participativa e qualidade total desenvolvido pela TELERJ.

<sup>6</sup> Cf. Capítulo 1 dessa dissertação.

Desenvolve-se, a partir daí, um grupo central de profissionais, altamente qualificados, responsável por pesquisas e projetos, principalmente nas chamadas tecnologias principais, ligadas à telemática e nas básicas, relacionadas ao desenvolvimento de equipamento. O número desses profissionais, de acordo com CAPELA FILHO (1993, p.71), engenheiro do CPqD, é pequeno: "O corpo de funcionários do CPqD é relativamente pequeno - como toda empresa estatal temos dificuldade de contratação - mas conta hoje com 1187 pessoas. Dessas, 57 são doutores, 63 mestres e 692 de nível superior". De acordo com um dos entrevistados, estes profissionais são reconhecidos pela sua competência e conhecimento, e são os pioneiros, internacionalmente, pelo desenvolvimento da fibra ótica, material que impulsionou as telecomunicações. Também são eles que, apropriando-se da tecnologia digital e da informática, conseguem desenvolver as centrais trópico - centrais eletrônicas - que, segundo RENATO ARCHER (1993), competem em qualidade com as melhores aparelhos do mundo.

Ainda neste grupo central podemos incluir os engenheiros e técnicos do setor de projetos das empresas de telecomunicações. Apesar de não serem tão qualificados quanto os profissionais do CPqD, cumprem um papel fundamental na produção de serviços, porque deles depende a arquitetura dos equipamentos. O setor de projetos é responsável por uma das fases de implantação de equipamentos. São seus profissionais que elaboram plantas e configuram os equipamentos, de forma que eles possam "conversar" entre si. Eles montam o sistema operacional das máquinas, de forma integrada. Cuidam para que os softwares empregados sejam compatíveis entre si, e que "falem" numa mesma linguagem de máquinas. Buscam a padronização da linguagem e criam a rede digitalizada

de serviço integrado. Um dos engenheiros, por nós entrevistado, explica, em parte, esta função do setor de projetos:

“Por exemplo, para você projetar, não projetar o equipamento, mas a topologia da rede, como as coisas vão se ligar, onde estas coisas vão estar, você tem a área de engenharia que vai fazer este tipo de trabalho... Aí o pessoal de projetos cria projetos. Quando o pessoal da área de engenharia está projetando, eles ali vão decidir como estas coisas vão se ligar, como deve ser o desempenho desses equipamentos. Quando você vai comprar e buscar o equipamento, você o traz como algo isolado. Agora, eu que vou fazer com que ele seja integrado a todo o processo. O pessoal da área de engenharia e o da área de projetos vão fazer com que aquilo se integre.”

Dessa forma, as áreas de atuação desses trabalhadores também passam a ser mais generalizadas. Rompem-se, paulatinamente, as fronteiras do conhecimento e do saber. A tendência, de acordo com um entrevistado, é de que

“o empregado da área tecnológica se torne, cada vez mais, um generalista. O especialista está diminuindo. O maior interesse hoje da empresa está em buscar a generalidade, através dos empregados. Tanto que os nossos subsistemas de telecomunicações estão tendendo, cada vez mais, a se aglutinarem. A própria tecnologia hoje confunde muito o que é uma área de transmissão, o que é área de comutação, o que é área de comutação de dados, está indo tudo para uma linguagem única, tudo para uma rede única que será capaz de trafegar esta diversidade de serviço. Então daí o nosso técnico está se tornando, cada vez mais, um generalista”.

Muitos desses profissionais estão sendo obrigados, inclusive para se garantirem neste grupo central, a um esforço de autodidatas, com o objetivo de acompanharem o desenvolvimento científico e tecnológico. Por outro lado, a pesquisa por nós realizada mostrou que existe, por parte da empresa, a preocupação em instituir um processo de aprendizagem e capacitação contínuas para este grupo de profissionais, enviando-os a realizar mestrados, doutorados ou cursos de especialização e reciclagem em algumas

universidades brasileiras ou em empresas privadas, principalmente na área de informática e de desenvolvimento gerencial.

As tecnologias da informação forçam este grupo de trabalhadores a uma busca de maior qualificação. No entanto, é importante observar que seu conhecimento anterior de mecânica e eletricidade é a base para o seu desenvolvimento intelectual. Na fala de vários deles, pode-se verificar que este saber anterior e a experiência de trabalho no uso das antigas tecnologias são a base que os impulsionam na aquisição de um outro conhecimento. De acordo com um entrevistado, na TELERJ e na EMBRATEL os antigos técnicos, que antes atuavam com as tecnologias modernas de 20 ou 30 anos atrás, hoje agem, com mais sabedoria, no uso das novas tecnologias. Segundo ele,

“somos nós que vimos gerando esta dinâmica, gerando este discurso. Se você entrar na EMBRATEL, TELERJ, TELEMIG, TELEPAR, ou em qualquer dessas empresas, você vai ver que a vida média desses empregados, é o mesmo grupo que mexeu com esta dinâmica da tecnologia, são as mesmas pessoas. Se pegar dentro das empresas hoje, a juventude, ela não acompanhou esta dinâmica. Se você pegar um profissional de 20 anos e pegar um profissional de 3 ou 4 anos na empresa, o de 20 anos ainda dá um banho no de 3 ou 4 anos, porque ele não acompanhou este processo. Ele foi na escola, estudou uma particularidade mínima. Ele só sabe mexer com aquela tecnologia.”

A novidade das novas tecnologias é a incorporação da inteligência e memória humanas diretamente nas máquinas, através dos programas da informática. Esta característica exige que este grupo central seja altamente qualificado. Neste caso, não há como aprender e adquirir conhecimentos somente pela experiência de trabalho. As informações de como funcionam, de como acontecem os processos estão no chips, vêm incorporadas nos softwares, hermeticamente fechados, não se dão a conhecer, exigem um esforço de pesquisa. Seu trabalho, na verdade, é com a informação e o saber, no sentido de



desvendar o mundo da tecnologia ou de criar novos programas. Desse grupo central é exigido um grande esforço de estudo e de pesquisa. Um dos engenheiros e mestrando da Telerj nos dá um exemplo da importância da pesquisa:

“às vezes, por exemplo, pode haver a incompatibilidade, e isto é muito comum, de um equipamento de transmissão - que interliga as pontas -, com o equipamento de comutação - que direciona os caminhos. Às vezes, estes equipamentos, embora tenham funções diferentes, necessitam de uma troca de informação, pode haver um problema de compatibilidade. E compatibilidade mesmo de técnica, de equipamento, de base técnica. E aí entra aquele problema: o técnico, para ele é difícil *enxergar* o que está lá dentro, porque aquilo ali agora é “digitalizado”, é soft que está rodando, e ele não enxerga. *Isto exige, então, uma pesquisa*”. (Grifo nosso).

Dois outros grupos de trabalhadores podem ser considerados. O primeiro é composto por aquelas pessoas que trabalham na operação direta dos equipamentos ou que lidam diretamente com o público, na área comercial. Com a introdução das tecnologias da informação, houve uma diminuição no número de postos de trabalho. Muitos empregados - não foi possível precisar o número - ficaram sem função na operação e foram deslocados para o setor comercial da empresa, passando a trabalhar em relação direta com o mercado, na venda de serviços de telecomunicações. Este remanejamento foi efetuado porque, na TELERJ, os trabalhadores gozam de uma certa estabilidade no emprego. Por este motivo a solução da empresa, para aqueles que ficaram ociosos, não poderia ser a demissão, mas o remanejamento e a requalificação daqueles funcionários. Através da aposentaria de uma parte dos trabalhadores e da não contratação de novos empregados, a empresa, a médio prazo, vai adequando o seu quadro de pessoal à nova organização da produção. Para os que ficam como operadores diretos ou na área comercial, como agentes de serviço, a empresa planeja um processo de reciclagem e readequação ao novo serviço.

Estes empregados têm seu trabalho simplificado, ao passar da tecnologia analógica para a digital. Na analógica, o operador precisava ter um maior conhecimento da Central - CP- que ele operava. De alguma forma, ele sabia como funcionava aquela central. Para resolver questões e problemas com o funcionamento desses equipamentos mais convencionais, o operador e o mantenedor precisavam adquirir um poder de análise que, em geral, era repassado por outro operador. Havia, neste caso, um processo de aprendizagem em serviço, aprendia-se fazendo.

Outra característica do trabalho com estas tecnologias é o fato de se ver e ouvir o equipamento funcionando. O trabalhador era capaz de perceber qualquer alteração pela modificação do ruído feito pela máquina. Este conhecimento ou “qualificação tácita” refere-se, segundo SHIROMA (1993, p.35), “à capacidade de apreensão e identificação - pela vivência dos estados de normalidade e anormalidade do processo de produção a partir das condições do próprio ambiente de trabalho”. Sua aquisição vem da prática de trabalho, no contato cotidiano com o equipamento e da troca de experiência que sempre ocorre entre os trabalhadores, entre os mais antigos e os mais novos. No entanto, esta capacidade adquirida pelos trabalhadores, de acordo com as entrevistas realizadas, com o tempo era desmotivadora porque o trabalho tornava-se mecanizado e repetitivo:

“Quando eu trabalhava na área de comutação, a gente ficava tão habituado com o barulho dos equipamentos que eu escutava o barulho e sabia até qual era o defeito, pelo barulho do equipamento funcionando, no momento em que ele parava, a gente já sabia qual era o defeito. *Isto até desmotiva porque você pára de raciocinar. O trabalho para você se torna sem graça. Imagina você tirar defeito pelo barulho - você escuta o barulho e já sabe onde está o defeito*”. (Grifo nosso).

A capacitação técnica para este tipo de trabalho dependia parcial ou totalmente da experiência. A execução de uma tarefa gerava informações, que eram processadas pelos trabalhadores, transformando-se em ações, cada vez mais ágeis e precisas, na realização de tarefas subsequentes. Contudo, ao se perguntar ao operador como ele aprendeu a trabalhar, a resposta é imediata: “aprendi pela prática, fazendo.” É interessante observar que há um esquecimento completo do esforço mental e físico executado na aprendizagem daquele ofício. Manifesta-se aqui a separação entre o corpo e a mente do indivíduo. O trabalho repetitivo, automatizado parece realizar-se por homens robôs, sem inteligência, sem memória e até, sem atividade cerebral.

Reforça-se a concepção de que nos seres humanos existem duas naturezas: a física, externa ao indivíduo, e a mental, localizada no interior do ser humano. O trabalho repetitivo perde a sua história, perde seu processo de constituição. No entanto, para que este trabalho possa ser realizado por robôs, eles precisam ser dotados da inteligência do ato de trabalhar, que vem projetada nos softwares. Na verdade, os trabalhadores se tornam autômatos porque seu corpo-mente atua, quase sempre da mesma forma, repetindo os mesmos processos cognitivos e adormecendo, por consequência, sua capacidade curiosa e criativa. Surge, dessa forma, o sentimento de frustração, de aborrecimento frente àquela forma de trabalhar.

A maioria dos trabalhadores, que responderam ao questionário, por nós aplicado no curso de formação básica de novos dirigentes<sup>7</sup>, afirmaram gostar de trabalhar por causa da possibilidade de estar em contato com tecnologias novas ou pelo convívio social. Contudo, mostraram-se insatisfeitos com a rotina do tempo, com a repetição, com a

---

<sup>7</sup> Sobre o curso de formação básica de novos dirigentes sindicais cf. a introdução dessa dissertação.

pouca ou nenhuma perspectiva de crescimento e aprimoramento enquanto seres pensantes e atuantes.

A nova tecnologia digital, informatizada, por ser uma novidade muito interessante, aparentemente com poderes extraordinários e extra-humanos e, sobretudo, por ser a configuração da capacidade humana de pensar e de resolver problemas, atrai a atenção dos trabalhadores, e parece resgatar sua condição de seres pensantes. Há uma identificação dos homens com estas novas tecnologias, ao mesmo tempo que um medo dessas máquinas estranhas e tão poderosas. Como diz MANACORDA (1984, p.22), “ as pessoas percebem, como elemento de novidade e, ao mesmo tempo, de medo; a capacidade das novas máquinas de automatizarem alguns processos não materiais, que simplesmente, vinham sendo definidos como intelectuais”. (Tradução nossa).

Contudo, este grupo de trabalhadores - operadores diretos ou agentes de serviço, passado o primeiro momento de aprendizagem de algo novo, observam que seu trabalho tornou-se menos complexo, em relação ao serviço por eles realizado nas antigas centrais e no uso dos antigos equipamentos. A nova tecnologia incorporou, em seu funcionamento aquele conhecimento tácito, adquirido pela experiência, aprimorando-o e simplificando a operação dos equipamentos. Estes trazem dentro de si os programas de operação e manutenção (O e M), tendo a capacidade de se autodiagnosticarem. O defeito é por eles sinalizado. A função do operador é ligá-lo e monitorá-lo, através da leitura dos painéis. O operador já não vê, nem ouve o equipamento funcionando e não necessita aprender sobre o circuito interno da placa que comanda seu funcionamento.

Sem dúvida alguma, estas novas tecnologias são mais eficientes e apresentam menos problemas e defeitos que as tecnologias não informatizadas. São tecnologias que têm mais informações e conhecimentos imbutidos em sua concepção e em seu funcionamento. São mais “inteligentes” que as suas antecessoras. Assinalam o desenvolvimento científico-tecnológico feito pela humanidade e o aumento da capacidade de aplicação da ciência na produção de bens (materiais, de saúde, de transporte, de educação, de comunicação, e outros). HOBBSAWN (1995, p.509) também se admira frente a esta espantosa explosão da teoria e prática da informação, afirmando que

“novos avanços científicos foram se traduzindo, em espaços de tempo cada vez menores, numa tecnologia que não exigia qualquer compreensão dos usuários finais. O resultado ideal era um conjunto de botões ou teclado inteiramente à prova de erro, que requeria apenas apertar-se no lugar certo para ativar um procedimento que se movimentava, se corrigia e, até onde possível, tomava decisões, sem exigir maiores contribuições das qualificações e inteligência limitadas e inconfiáveis do ser humano médio. Na verdade, idealmente, podia-se programar o procedimento para dispensar de toda a intervenção humana, a não ser quando alguma coisa dava errado”.

Exatamente pela característica “inteligente” das novas tecnologias, o trabalho com elas também se torna repetitivo e gera frustração. Sobre este sentimento fala um dos nossos entrevistados:

“Então, de repente, coloquei um sistema: o operador está totalmente olhando para uma tela, assim, imóvel, e o equipamento começa a jogar informações para ele, de como ele deve fazer, é *uma frustração total*. Você pega uma pessoa que tem essa formação (nota do entrevistador: ele se refere a formação nas antigas tecnologias) , como eu tenho, prá mim não me deu frustração nem nada, porque eu tenho que me adaptar às novas tecnologias, senão eu vou ficar prá trás no mundo. Se eu absorver isto não tenho problema nenhum, mas tem muitas pessoas que fazem o curso de CPA (Central Digital), e querem voltar para os outros equipamentos, porque a *frustração* que ele teve foi: - ‘mas, só trocar uma placa? Pôxa, eu não pesquiso, eu não uso ferro de

soldar, eu não faço nada? Só faço isto? Eu não sou mais nada.' Então é uma *frustração total*.

Se você pega um garoto formado numa escola técnica, ele não conheceu o anterior, então ele é treinado a pá... pá... Eu vejo a juventude, essa massa de trabalhadores que está entrando agora, ele é muito prático, não sei se é pelos jogos, vídeo-game, aos quais eles estão acostumados, e eles também não querem esquentar muito a cabeça. Eles querem, realmente, trocar a placa, colocar e tudo bem. *Não sei se com a idade eles vão estar contentes com trocar placas.*" (Grifo nosso).

Outra consequência desse avanço tecnológico é com respeito ao treinamento dos trabalhadores desse grupo. O processo de qualificação ou requalificação do grupo de operadores, agentes de serviço ou mesmo dos trabalhadores em manutenção ficou mais simples e demanda menos tempo. A maior dificuldade assinalada pelos entrevistados é com a resistência encontrada por vários trabalhadores frente àqueles teclados e painéis. Vencido este primeiro impacto frente ao sistema digital, computadorizado, a aprendizagem é mais rápida que no sistema analógico. Ao perguntarmos, a um professor e engenheiro da TELERJ sobre a questão do treinamento dos trabalhadores no sistema digital, ele nos deu a seguinte resposta:

"É muito mais rápido seu treinamento. Eu treino uma pessoa uns dois meses, e essa pessoa, com mais uns três, cinco ou seis meses, um semestre, ela está com o perfil. Já um PC 1000 (central analógica), que é mais difícil, eu demoro, para treinar, 1 ano. Se eu for treinar, continuamente em 1 ano, ele não sabe nada o que aprendeu em março. A formação dele demora uns 5 anos - formação total, com essa tecnologia antiga. O Rotary, que é mais antigo ainda, ele é mais fácil de aprender, mas também eu demoro um período parecido com o do PC 1000, que é esse de 5 anos. Aí eu estou com um funcionário que eu posso, a empresa está com um funcionário para atender para qualquer necessidade. Já a CPA (central digital) é um microcomputador, a linguagem de comunicação entre máquinas é fácil, então ele entra e aprende logo."

A tendência dos processos informatizados é de serem auto-explicativos. Os seus operadores têm, mais do que aprender a operar os equipamentos, que compreender sua lógica e a seus programas. Apesar de existirem vários programas (softs) com funções diferenciadas, sua lógica de funcionamento tende a ser padronizada. Torna-se relativamente simples sair de um programa para trabalhar com outro. A lógica da operação e do controle dos sistemas, os mais diversos, tende a ser a mesma. Na verdade, é esta uniformização da lógica dos sistemas informatizados que possibilita a flexibilidade dos vários processos produtivos e o remanejamento de trabalhadores de um setor para outro, com maior facilidade. E dos operadores, portanto, é exigida a compreensão da linguagem e da lógica das máquinas e programas em funcionamento sistêmico. É também o que nos afirma um outro professor de eletrônica e engenheiro, por nós entrevistado:

“o equipamento resolve porque lá dentro dele tem que estar a lógica da solução, e as possibilidades de falhas que podem ocorrer estão lá no soft do equipamento. Mas você precisa ter um poder de analisar as coisas sistemicamente - é ele com os outros - a coisa não é isolada. Hoje, cada vez mais, você precisa estar entendendo sistemicamente como as coisas se dão. É isso, me parece, eu percebo que a gente deve levar para o trabalhador: tentar passar a visão de totalidade. Não mais aquela visão que se dava, onde a pessoa só conhecia aquele equipamento, vivia 35 anos na empresa, operando aquele equipamento, cuidava muito bem daquele tipo de coisa, sem entender, contudo, o que vem e o que chega. Essa percepção não era passada, e como as coisas eram muito compartimentadas, um problema que acontecia aqui, eu passava para frente. A visão de totalidade, hoje ela é mais necessária.”

A nível do conhecimento parece mudar a exigência para os trabalhadores em telecomunicações. É necessário um conhecimento que dê ao trabalhador ou ao diretor-gerente, um maior poder de análise dos fenômenos e sinais apontados pelos programas e equipamentos. MANACORDA (1984) afirma que o mecanismo atual da microeletrônica e da informática exige menor prescrição operativa e maior prescrição lógica. Mais do que

uma habilidade, o que se necessita é uma capacidade de pensar e refletir sobre o sistema produtivo, a nível, evidentemente, da produção já implantada. Segundo SCHIMITZ (1988 a, p.155). "o que mais se exige do trabalhador não é qualificação técnica e sim atenção, vigilância, responsabilidade e capacidade de prever".

Além do grupo central e desse intermediário, composto basicamente de operadores, técnicos, agentes de serviço e pessoal de manutenção, podemos registrar, nas telecomunicações, um terceiro grupo. São trabalhadores braçais, responsáveis pela instalação da rede de cabos - aérea e subterrânea - e pela reparação de alguns defeitos que possam ocorrer naquela rede. Trabalham, em geral, nas ruas, por cima dos postes telefônicos ou por baixo do solo. Por lidarem com cabos recebem o nome de cabistas. A tendência é terceirizar este setor de trabalho. Várias empreiteiras que já realizam este tipo de serviço, que exige uma qualificação mínima na sua execução, sendo um trabalho extremamente pesado. Todos os serviços que não exigem um conhecimento tecnológico podem ser incluídos neste terceiro grupo, como, por exemplo, o serviço de limpeza.

Os trabalhadores que dele fazem parte não têm acesso à tecnologia da empresa, mas ficam sabendo que ela existe e que algo está mudando. Reconhecem, por exemplo, que estão lidando com outros materiais, que está havendo troca de um tipo de cabo por outro. Sabem que o cabo de cobre está sendo substituído pela fibra ótica. E além de perceberem esta mudança nos materiais, em conversas no local de trabalho, ou através de informativos da empresa ou do sindicato, conseguem atinar para as conseqüências das transformações. Eles são capazes de explicar as potencialidades daquele novo material - a fibra ótica. Falam da capacidade dessa fibra de transmitir um volume muito maior de



informações, numa velocidade muito maior e com menos defeitos e interrupções na comunicação.

Para o reparador de linha existe um fato a mais, em termos de seu conhecimento. Antes, quando fazia um reparo numa linha telefônica, somente estava lidando com a transmissão de voz. Uma falha no seu serviço poderia ocasionar um ruído no telefone ou não permitir a ligação. A ligação de cabos era um processo artesanal. As telecomunicações, na era da microeletrônica e da informática, além da telefonia, lidam com transmissão de dados, e um erro na emenda de cabos pode ocasionar grandes transtornos nos sistemas que dependem desse serviço. Neste caso, as novas tecnologias e os novos materiais levaram a um aprimoramento do serviço dos cabistas e reparadores de linhas. É o que nos explica um engenheiro da TELERJ:

“ o empregado da área de rede externa entrava para a TELERJ sem o primeiro grau, para trabalhar na rede, na manutenção de cabo. Hoje é exigido o segundo grau. É exigido dele uma maior qualificação porque as técnicas utilizadas na área digital exigem dele um conhecimento maior. Para emendar um cabo ele só conectava dois fios. Era um processo totalmente artesanal. Hoje, quando ele emenda uma fibra ótica, ele precisa fazer uma idéia. Quando se fala em tráfego de voz no nosso sistema, um corte entre dois fios, pegar um alicate como os cabistas fazem, encostar entre dois fios, o máximo que pode acontecer é dar um ruído no ouvido do assinante e ele vai ficar com raiva, mas tu tira o alicate e voltou tudo ao normal. Agora você imagina se na rede da TELERJ está se fazendo uma transferência eletrônica de fundos, numa linguagem binária de Zeros e Uns, o cabista chega lá, mete o alicate e dá um curto em dois fios. O que era zero ele transforma em um - olha a confusão que vai dar. Então é uma outra mentalidade. O cara tem que saber que ali está passando dados, diferente daquilo que ele fazia antes, quando ele só estava preocupado com voz. Voz era um ruído. Você transmitindo dados, muda um bit - zero para o um - pronto, olha a confusão.”

É importante frisar que nas telecomunicações, por lidar com a informação e sua transmissão, mesmo que o ato de trabalhar seja braçal ou monótono e repetitivo, o ambiente de trabalho se constitui em um espaço e tempo de aprendizagem e de contato com outras experiências que extrapolam as relações imediatas de produção. A materialidade, por exemplo, da fibra ótica, matéria-prima do trabalho do cabista, tem nela imbutida muita pesquisa, conseqüentemente, muito saber desenvolvido, além de ter uma função muito especial e estratégica - ser meio de transmissão de dados e informações. O ato de trabalhar com este material coloca aqueles trabalhadores em telecomunicações em contato com processos formativos e informativos, que os fazem, pelo menos, se indagarem sobre as novas tecnologias e sobre as possibilidades de comunicação oferecida aos homens.

Como conclusão queremos ressaltar que, neste caso, o princípio educativo não é o trabalho em si, isolado de suas relações sociais. O ato de trabalhar, na maioria dos casos, na formação social capitalista, é repetitivo, monótono, nocivo à saúde, livre de criatividade e de prazer. E, em alguns casos, cria uma forma de pensar dicotômica, compartimentando o pensamento e o agir dos indivíduos, gerando, inclusive, escalas de valores entre o trabalho físico e o trabalho intelectual.

Apesar disso, no caso das telecomunicações, as relações de produção extrapolam o local de trabalho. Elas criam uma teia de intercomunicações, sustentadas pelas tecnologias da informação, possibilitadas pela descoberta e aprimoramento dos novos materiais transmissores. O trabalho em telecomunicações, na era da microeletrônica e da informática, coloca seus protagonistas na vivência de contradições. De um lado, o ato de trabalhar vai se tornando mais simples, menos complexo, mas de outro lado, o ambiente

de trabalho é enriquecido por experiências, por informações. Como diz um dos entrevistados:

“mudou, mudou... Mas é esta questão que eu coloco: o que está fazendo mudar? São estes programas, *ou é o ambiente que está levando também a estas mudanças?*... Tem os meios de comunicação, aí você fala: as pessoas têm mais possibilidades de informações..., mas até que ponto as pessoas vão buscar? É uma coisa que eu não tenho muito claro. É uma sensação que eu tenho, mas eu acho que os meios de comunicação influenciam.” (Grifo nosso).

A própria configuração das tecnologias e equipamentos empregados trazem em si a perspectiva de sistemas integrados. Apontam e mostram empresas, bancos, serviços interligados e dependentes uns dos outros. As próprias empresas de telecomunicações precisam e se organizam sistemicamente. É com este tipo de organização que 13.807 trabalhadores<sup>8</sup> têm contato, pelo menos, 8 horas por dia, na TELERJ, ou seja, este é o espaço e tempo de aprendizagem e de formação de vários homens e mulheres.

Neste espaço e tempo de formação, aquelas pessoas têm contato, de uma forma ou de outra, com o debate que ocorre a nível mundial, a respeito da integração entre empresas, nações e indivíduos. Elas sentem, no seu cotidiano de trabalho, o crescimento da interdependência entre os indivíduos e suas organizações e, em seu discurso, afirmam a importância das telecomunicações e as defendem por seu aspecto estratégico para o capital, para garantir a competitividade e o lucro. Mas, por outro lado, cresce entre eles a noção de que todos os indivíduos têm o direito de ter acesso aos bens produzidos pelas telecomunicações e pela sociedade. É muito interessante, neste sentido, a fala de um trabalhador, por nós entrevistado, quando lhe perguntamos pela sociedade e pelo homem

---

<sup>8</sup> Dado retirado do Jornal da TELERJ, ano XXI, nº 608, jul-ago 1995.

que se poderia formar, com as novas possibilidades criadas pelos próprios homens, através das telemática:

“eu diria a você que nós queremos formar um ser integral, imaginando o papel dele nessa sociedade, que é contribuir, efetivamente, para a mudança dessa sociedade. Mudança para atender a toda uma dinâmica da sociedade, no sentido de caminharmos para um mundo melhor, uma sociedade muito mais... que atenda às nossas satisfações, as necessidades básicas daquela pirâmide de motivação, não só aquelas fisiológicas ou da necessidades básicas de segurança, mas, também, no sentido da auto-estima, no sentido da satisfação do ideal, atingir mesmo um nível máximo de auto-realização. Mas, você só vai atingir este nível de auto-realização com uma série de coisas satisfeitas, que eu acho que ainda nós não temos, na sociedade que nós estamos vivendo.”

Um aspecto importante a ressaltar na TELERJ, é a forte presença, no ambiente de trabalho e nele inserido, do espaço de organização sindical, outro tempo de formação dos trabalhadores. E pode se constituir em um espaço privilegiado porque os trabalhadores podem transformá-lo, de forma consciente e planejada, num local onde homens e mulheres possam tomem distância de seu cotidiano, de suas relações de produção e de trabalho e sobre eles reflitam, num ato essencialmente produtor de conhecimento. Neste contexto, os trabalhadores em telecomunicações podem amadurecer sua capacidade de tomar distância do mundo, das coisas e das pessoas. De acordo com a análise por nós desenvolvida no capítulo anterior, o exercício dessa capacidade se constitui na pré-condição para a produção de conhecimentos e de novas estruturas.

De alguma forma, este processo vem acontecendo, pois não é por acaso que esses profissionais em telecomunicações são os organizadores de uma Federação Interestadual, capaz de publicar uma revista a nível nacional - a REVISTA LEIA e Fique Sabendo -

veiculadora de debates sobre temas de interesse de todos os cidadãos. O próprio Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro também publica uma outra revista - a REVISTA DO SINTTEL-RIO, que chega a promover concurso entre os trabalhadores sobre as telecomunicações no Brasil, publicando as várias monografias, abrindo assim o debate e criando espaços e tempos de formação.

Além do mais são os mesmos trabalhadores, aprendizes das novas tecnologias, que, em sua luta cotidiana, em seus debates, utilizam os meios e possibilidades oferecidas por aquelas tecnologias e pelas telecomunicações. Realizam conferências, congressos, assembleias, debates públicos entre os vários sindicatos dos Estados brasileiros, utilizando, por exemplo, circuitos de TV, via satélite.

Por estas e outras ações, o espaço sindical, entendido como parte do mundo do trabalho, também se apresenta enquanto espaço e tempo formativos. É o lugar e o tempo, marcados pela ambigüidade, onde os trabalhadores se transformam, ao inserirem, por intermédio da gestão da estrutura e de ações sindicais, uma outra lógica no mundo da produção e do trabalho. Se por um lado, aqueles trabalhadores que se tornaram dirigentes sindicais contribuem para regular as relações de trabalho e de produção capitalistas, por intermédio dos processos de negociação, por outro *podem*, no mesmo campo da ação sindical, instituir uma outra lógica de trabalho e uma outra ética, com maior governabilidade em certos espaços que em outros, evidentemente.

A organização sindical pode constituir-se no espaço onde os trabalhadores se igualam. Todos eles têm a possibilidade de exercer o mesmo poder, independente de seu lugar na produção. Há uma outra vivência da hierarquia, diferente daquela experimentada no local

de trabalho. Mesmo que, muitas vezes, a estrutura de poder sindical acabe reproduzindo a forma de organização da produção, o valor da igualdade e da participação estão presentes nos sindicatos, e pressionam a gestão sindical no sentido de criar formas mais democráticas de exercício do poder.

Um outro aspecto a se analisar, refere-se ao uso que os trabalhadores em telecomunicações têm feito, em suas lutas e debates, da telemática. Esta utilização, além de potencializar o trabalho sindical, tem aproximado os trabalhadores do desenvolvimento científico-tecnológico em telecomunicações, independente de seu lugar na produção, desmistificando-o, ao mesmo tempo que lhes oferece novas informações, qualificando-os para a ação social e política. Amplia, além do mais, sua capacidade de argumentação e expande sua visão do mundo.

A experiência sindical, com suas ações - no sindicato, nas mesas de negociação, nas organizações internas aos locais de trabalho, nos cursos, seminários, debates, nas mobilizações e greves - incorpora um novo sentido ao ato de trabalhar. Se, por um lado o trabalho produtivo é monótono e se torna repetitivo, ele adquire a força da criatividade e se constitui elemento de autorealização porque, com a ação sindical, o trabalho se vincula a um projeto em gestação e os trabalhadores - operadores, gerentes, engenheiros, agentes de serviço, cabistas - constroem a consciência de seu significado. O trabalho recupera sua atuação significativa e criativa, pois envolve a personalidade integral daqueles homens e mulheres. Como diz OSTROWER (1994, p.142), "os processos criativos são processos construtivos globais. Envolve a personalidade toda, o modo de a pessoa diferenciar-se dentro de si, de ordenar e relacionar-se em si e de relacionar-se com os outros. Criar é tanto estruturar quanto comunicar-se, é integrar significados e é

transmiti-los". A integração conjunta do mundo do trabalho e da ação sindical promove um processo de qualificação social e política daqueles homens e mulheres.

Este processo de formação e aprendizagem, que verificamos entre os trabalhadores em telecomunicações pelo questionário, entrevistas, conversas informais e observação direta, confirma aquilo que dizíamos, no capítulo anterior, baseado em Vigotsky e Elias, que quanto mais complexas as relações e experiências dos indivíduos, mais condições eles têm de desenvolver sua racionalidade e de avançar em suas relações com outras pessoas e grupos sociais, na busca de uma vida mais serena e feliz.

Como afirmamos, o desenvolvimento de uma inteligência criativa, da capacidade de tomar decisões, de se inserir numa rede complexa de relações humanas, não depende de um talento natural, individual, particular. Depende do acesso que se possam ter a relações diversas, a formas diferenciadas de gestão, e nessa sociedade integrada, às informações e situações desafiadoras, que possam lhes garantir uma aprendizagem complexa e diversificada.

Por fim, o mundo das telecomunicações - as relações de produção de bens e serviços, as relações de trabalho e a presença da ação sindical tem propiciado às pessoas que nele circulam, mas não só a elas, um desenvolvimento de sua estrutura individual. Pelo fato de estarem em contato com um maior número de pessoas e por assumirem outras funções, como a de dirigente sindical, esses indivíduos têm que sincronizar melhor suas ações, pensamentos e aprender a agir em grupo, o que os leva a estarem atentos às outras individualidades e a controlar suas pulsões, ocasionando mudanças na racionalidade de seus sentimentos. Como diz ELIAS (1993, p.231), "os controles e

restrições às pulsões nunca estão ausentes entre as pessoas, nem uma certa capacidade de previsão; mas essas qualidades assumem uma forma e grau diferentes entre simples pastores ou numa classe guerreira, do que ocorre entre cortesãos, funcionários de Estado ou membros de um exército mecanizado". O mesmo fenômeno ocorre com os trabalhadores em telecomunicações.

Estes trabalhadores têm, pelo menos, a possibilidade, por intermédio do debate, da busca do consenso, da elaboração de regras ou normas, de instituir sua forma de relacionar em grupo. Têm a oportunidade, como no caso dos participantes do curso de formação básica para novos dirigentes<sup>9</sup>, de reconhecer as diferenças entre eles, e a partir daí, desenvolver um tipo de organização onde as diferenças e conflitos não se constituam obstáculos, mas elementos essenciais de construção de seu projeto de instituição e, quem sabe, de sociedade. Como consequência aumenta entre eles a autoconfiança frente ao grupo e frente ao processo de trabalho e de produção.

Ao lado desses fatores, relacionados à estrutura da personalidade, aqueles trabalhadores se capacitam para pensar a administração social e política e para, pelo menos, projetar novas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais. Sentem-se seguros e confiantes para opinar e intervir em assuntos que antes eram deixados aos políticos, economistas ou aos donos do saber.

Como diria VYGOTSKY e ELIAS<sup>10</sup>, estamos diante de relações sociais complexas. São processos de formação humana que influenciam e criam tanto estruturas psíquicas, de personalidade quanto estruturas sociais. Os seres humanos criam saber, promovem o desenvolvimento científico-tecnológico, provocam transformações sociais e individuais, ao mesmo tempo que são transformados por estes desenvolvimentos e processos.

---

<sup>9</sup> Cf. Introdução dessa dissertação.

<sup>10</sup> Cf. Capítulo 2 dessa dissertação.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vivemos, neste final do século XX, um processo de profundas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, marcadas por um grande desenvolvimento científico-tecnológico e pelo estreitamento de relações entre a ciência e a produção. Assistimos a um processo de reorganização mundial, que provoca uma maior integração e interdependência entre os povos e suas culturas. Há o rompimento das fronteiras e dos mercados nacionais. Países, empresas e indivíduos parecem formar uma teia, com várias ramificações, e o desenvolvimento das tecnologias da informação ou da telemática deram a base técnica desse sistema integrado ou globalizado. Com o uso da telemática, tem-se a impressão de que os espaços se encurtaram. Os tempos são mais velozmente aproveitados. Tempo e espaço já não se constituem em obstáculos para a comunicação, nem para a coordenação de imensos monopólios produtivos em todo o mundo.

Diante desses processos surgem análises e teorias apontando para a catástrofe e para a total desintegração individual e social, com o acirramento do individualismo e da barbárie. E os exemplos se multiplicam, desde a constatação do aumento do desemprego até a explosão de guerras, nas várias partes do planeta. Para estes autores, a atual situação histórica é sentida como inexorável, sem alternativa, não há mais ilusões de possíveis transformações.

Outros pesquisadores e teóricos - economistas, sociólogos, filósofos, políticos - argumentam que teríamos chegado ao fim da história. Estaríamos vivendo na única e última forma de organização social e econômica possível - a forma capitalista de produzir e de garantir a vida sobre a Terra. Para estes autores, o desenvolvimento

científico-tecnológico poderia trazer o bem-estar para homens e mulheres, desde que todas as nações abrissem seus mercados e economia e se inserissem no processo de globalização.

Nas duas situações a utopia e, portanto, a concepção de processo histórico deixam de existir para se tornarem peças de retórica. Por determinações ideológicas e econômicas, que não nos cabe aqui analisar, as duas concepções são formas fatalistas de ver a história. Procuramos neste trabalho, recuperar a idéia de processo sócio-histórico e reafirmar seu caráter pedagógico, formador de estruturas, tanto individuais quanto sociais. Processo de formação humana que envolve os indivíduos e a sociedade, numa relação dialética, portanto baseada no conflito de interesses e de desejos, em todos os espaços e tempos do humano - na organização econômica, social, jurídica, escolar, no mundo do trabalho e da produção, enfim, nos tempos e espaços das relações sociais. Buscamos uma concepção de indivíduo e sociedade, que os articulassem como duas entidades singulares e criadas pelos seres humanos, no entanto, inseparáveis, não existindo independentes uma da outra.

Quisemos afirmar o poder de transformação dos homens e mulheres, para fazer frente ao fatalismo e a idéia de que poderia existir alguma mão invisível que decide e comanda. Não existem forças supremas extra-humanas ou sobre-humanas que tenham poder sobre os indivíduos e suas instituições. As estruturas sociais e individuais são criações dos seres humanos e sua responsabilidade, no complexo jogo de forças, desejos e hegemonias.

Verificamos, seguindo a análise de ELIAS, que o século XX, de um lado, aprofundou as desigualdades e apresentou um desenvolvimento diferenciado entre as nações, mas de outro tem apresentado possibilidades reais de se instituir uma outra sociedade.

Possibilidades dadas pelo processo de crescente integração e interdependência entre os seres humanos. De uma forma ou de outra, o espaço social, internacionalizado, tornou-se mais qualificador, no sentido que cria desejos e vontades de uma vida melhor, provocados pelo aumento da intercomunicação, via telemática e meios de comunicação oferecidos pela imprensa. Aumenta a consciência pela não-violência entre os povos e cresce a pressão pela preservação do planeta. A pressão vinda de baixo parece tornar-se mais visível e ter voz. Tivemos, recentemente, alguns exemplos esclarecedores a esse respeito, com a repercussão e o protesto internacionais contra o massacre dos Sem-Terra, em Curionópolis; e com a cobertura dada pelos meios de comunicação dos diversos países ao julgamento de policiais acusados de assassinar meninos de rua. Quando, em outra época histórica, fatos como esses e muitos outros provocaram, como atualmente, a indignação de milhões de pessoas em todo o mundo?

Apesar das contradições, do desemprego, das misérias, parece que a história segue seu rumo civilizatório, exigindo, no entanto, uma outra forma de pensar e sentir as relações entre os seres humanos. HOBBSBAWN (1995) fala que não sabemos para onde estamos indo e afirma que se a humanidade quer ter um futuro reconhecível é necessário pensá-lo não com base no passado ou no presente. O futuro não pode ser o prolongamento do passado ou do presente.

Devido a essa exigência e necessidade de se construir e consolidar um outro projeto para a humanidade, o atual momento histórico apresenta uma complexidade de tal grandeza, que obriga-nos a uma nova postura frente à realidade.. Como diz ZEMELMAN, saber-se situar nesta realidade é

“uma tarefa imperativa, não só como um desafio de conhecimento, pois mais que conformar-se em ficar aprisionado no interior de determinados constructos, é necessário transcendê-los, a partir de certas exigências de valor, mediante um ato deliberado de consciência. Isto porque o conhecer constitui cada

vez mais uma arma de luta para impor e consolidar opções que sejam as portas de entrada para fazer da história o espaço de gestão de projetos". (ZEMELMAN, 1992a, p.9).

É necessário desenvolver a autonomia do pensar e reconstruir uma linguagem e uma ação gestadoras de realidades e não somente de verdades, cuja característica fundamental, segundo ZEMELMAN (1992b, p.169), é "sua capacidade para articular conteúdos teóricos com horizontes históricos e com opções de construção".

É preciso, por exemplo, gerar uma outra lógica e uma ética que sejam capazes de aliar a luta por emprego com a construção de uma outra concepção de trabalho. Ser capaz de ir criando um projeto contra-hegemônico que force, pelo menos, o debate sobre a qualidade não só do produto, mas também dos empregos e serviços, na busca de trabalhos criativos, de forte cunho social explícito, rompendo com a lógica do sistema capitalista de produção do lucro. A produção de bens e serviços, materiais ou não, precisa sair do monopólio privado para tornar-se monopólio público, como diria ELIAS. Urge radicalizar a tendência de um maior controle público sobre todas as atividades que afetam, direta ou indiretamente, os indivíduos e a sociedade transnacional. E que o trabalho, enquanto ação e intervenção de homens e mulheres sobre a materialidade das coisas e das idéias, possa ser um instrumento criativo, formador de estruturas e de relações sociais solidárias e igualitárias, usando todos os recursos teóricos-tecnológicos disponíveis. A nenhum ser humano podem ser negadas a possibilidade e as condições de acesso e compreensão dos conhecimentos sociais produzidos.

Nesta perspectiva os processos de formação humana e a educação podem e devem, enquanto exigência ética, aprofundar sua qualificação profissional e inserção nas realidades presentes, desenvolvendo sua sensibilidade histórica e sua capacidade de criar espaços e tempos ricos de experiências coletivas e individuais. Como afirma MAAR ,

apresentando Theodor W. Adorno, o essencial "é pensar a sociedade e a educação em seu devir. Só assim seria possível fixar alternativas históricas tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos refletidos na história, aptos a interromper a barbárie e realizar o conteúdo positivo, emancipatório, do movimento de ilustração da razão". (MAAR, 1995, p.12).

Estes processos formativos passam, necessariamente, pela apropriação, por parte dos trabalhadores e de todos os cidadãos, de todas as idades, de uma qualificação social e política. Qualificação que se realiza pelo acesso às mais variadas formas de expressões humanas possibilitadas pelas artes, literatura, fotografia, teatro, cinema, economia, política, vídeos, informática, história, administração pública e privada, museus, telecomunicações; qualificação que passa pelo conhecimento dos vários espaços de produção de bens e serviços, pelo conhecimento do mundo da produção e do trabalho, com suas mais variadas interligações, interdependências e organização; qualificação que, ao mesmo tempo, significa a criação e desenvolvimento de estruturas individuais de personalidade autônoma, criativa e com uma forte consciência social, com o objetivo de que os cidadãos tenham a capacidade e segurança para gestar e gerir projetos, em diálogo constante com o mundo, com as coisas e com os outros seres humanos.

Pensar, sentir, gestar, gerir e agir precisam ser ações individualizadas, com tempos e espaços próprios, mas fazendo parte de um mesmo movimento de construção individual e social.

Dentro dessa perspectiva novos e velhos desafios são colocados para a educação ou para os vários processos, conscientemente planejados, de formação humana. Ao realizarmos nossa pesquisa, utilizando categorias teóricas, não fechadas em si mesmas, experimentando um processo de produção de conhecimento que desse conta dessas

categorias, buscávamos responder aos desafios da formação. Procuramos na organização daquele trabalho formativo, provocar um duplo movimento simultâneo: analisar uma realidade concreta de trabalho em telecomunicações, em conjunto com os participantes do curso, nos servindo daquelas chaves de análise. Por outro lado, fizemos o esforço de ultrapassá-las, sem contudo negá-las. O objetivo era alcançar uma outra síntese, ampliando o olhar além daquela realidade pesquisada.

Esta dissertação, tendo como pano de fundo aquela experiência com os trabalhadores em telecomunicações e outras realizadas na Escola Sindical 7 de Outubro, buscou investigar os pressupostos que podem informar o pensar e o agir pedagógicos. Exatamente neste momento, colocam-se a necessidade e o desejo de pensar e vivenciar as conseqüências que podemos apreender desses pressupostos. O tempo e o espaço desse trabalho não nos permitem desenvolver propostas e reflexões acerca de várias questões e desafios que se colocam para o trabalho formativo. No entanto, o curso de formação básica de novos dirigentes sindicais, promovido pelo SINTTEL-RJ, e outras experiências da Escola Sindical contêm elementos para o desenvolvimento dessas reflexões.

Ficam, contudo, algumas interrogações: como radicalizar e potencializar as inúmeras possibilidades oferecidas pelas tecnologias da informação? Como, no fazer pedagógico, ampliar a qualificação social e criar um novo ethos tecnológico que desmistifique a ciência e a tecnologia? Como vincular a experiência cotidiana de vida e de trabalho com o processo de ensino e aprendizagem, sem cair na valorização romântica e a-crítica da experiência? Como a materialidade do mundo pode estar presente na vida escolar, sem reducionismo ou simplificações?

Que ferramentas ou categorias teóricas oferecer ou construir? O que vem a ser currículo escolar nesta perspectiva pedagógica? Como romper a dualidade no pensar e no agir,

onde sempre está presente um sim e um não, um certo e um errado, um bom e um mau? Como integrar, em todos os momentos pedagógicos, o ser humano enquanto corporeamente, um ser que sente, observa, pensa e existe? Como romper com a compartimentalização dos saberes, integrando, por exemplo, a educação popular, sindical, tecnológica e a educação formal, regular?

Pensando nos processos de formação que se dão nos vários espaços e tempos sociais, que estruturas e organizações gerar? Com que forma de gestão e administração? Que processos de ensino e aprendizagem podem ser iniciados, no próprio instante de gerar e gerir as estruturas e organizações sociais, como os sindicatos, associações, movimentos populares e sindicais, nas lutas por mais e melhores empregos ou nas administrações de prefeituras?

Acreditamos que a formação, em todos os seus espaços, com as condições materiais que tiverem, pode e deve, em alguma medida, refletir e concretizar situações de ensino e aprendizagem que, além de romperem com a lógica e a ética da divisão social e internacional do trabalho, no sistema capitalista de produção, possam estar contribuindo na gestação de homens, mulheres e crianças mais solidários e felizes e na viabilização de uma sociedade de livres e diferentes, mas com igualdade de direitos. Como diria Guimarães Rosa: “Tivesse medo? E, enquanto houver no mundo um vivente medroso, um menino tremor, todos perigam - o contagioso. Mas ninguém tem a licença de fazer medo nos outros, ninguém tenha.” (ROSA.1986, p.322).

A formação, pautada por estes objetivos e encarnada na materialidade da vida, pode ajudar a forjar novas utopias individuais e sociais. A formação, ainda que inserida nos condicionamentos sociais, tem a obrigação de transcendê-los, em um ato deliberado e ousado. Parafraseando ADORNO (1995), “é a situação do sonho de uma humanidade que torna o mundo humano”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALTERNATIVAS Sueca, Italiana e Japonesa ao Paradigma Fordista: elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro. Vários Autores. Campinas: UNICAMP/ Instituto de Economia/CESIT, 1991 (mimeo).
- ANDERSON, Perry. *O Fim da História: de Hegel a Fukuyama*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. *Estudo de Caso: seu Potencial na Educação*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº 49, maio 1984, p.51-54.
- ARCHER, Renato. *Embratel introduz Telecomunicações brasileiras no mercado internacional*. Seminário: Perspectivas para o Setor de Telecomunicações. Org.: TELERJ e SINTTEL-RJ. Rio de Janeiro: Texto & Arte, 1993a, p.31-36
- ..... *Embratel Introduz Telecomunicações Brasileiras no Mercado Internacional*. Seminário: Perspectivas para o Setor de Telecomunicações. Org.: TELERJ e SINTTEL-RJ, Rio de Janeiro: Texto & Arte, 1993, p.46
- ARROYO, Miguel. *Reverendo os Vínculos entre Trabalho e Educação: elementos materiais da formação humana*. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) - Trabalho, Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p.163-216
- AURÉLIO BUARQUE DE HOLLANDA FERREIRA. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. (revista e aumentada). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BERNARDO, João. *A Reestruturação Capitalista e os Desafios para os Sindicatos*. Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de Outubro, 1995, (mimeo).
- BOAL, Augusto. *200 Exercícios e Jogos para Ator e Não-ator com Vontade de Dizer Algo Através do Teatro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977
- ..... *O Arco-íris do Desejo: o método Boal de teatro e terapia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.



- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BUONFIGLIO, Maria Carmela. *Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical: entre as ilusões, os desafios e a realidade*. Texto de discussão apresentado no VI Congresso do SINTESPB, 1995.
- CAPELA FILHO, Otávio. *A Força da Tecnologia Nacional*. Seminário Perspectivas para o Setor de Telecomunicações. Org.: TELERJ e SINTTEL-RJ. Rio de Janeiro: Texto&Arte, 1993, p.71-74.
- CASTRO, Ramón Peña. *Tecnologia, Trabalho e Educação (inter-determinações)*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, s/d (mimeo).
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHVIDCHENKO, Pedro Wladimir. *Telecomunicações e Desenvolvimento Social*. Revista do SINTTEL-RIO, Rio de Janeiro: SINTTEL-RJ, Fev.de 1995, p.11-14
- COMISSÃO NACIONAL DE TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO/CUT. "A tecnologia e os trabalhadores." Cadernos da CUT, 1987.
- CORIAT, Benjamim. *El Taller y el Robot: ensayos sobre el fordismo y la producción en masa en la era de la electrónica*. México: Siglo Veintiuno editores, 1992.
- ..... *Pensar pelo Averso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Trad: Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Edit.Revan: UFRJ, 1994.
- ..... *Automação Programável: Novas Formas e Conceitos de Organização da Produção*. In: Automação, Competitividade e Trabalho: A Experiência Internacional. Org. : Hubert Schmitz e Ruy de Quadros Carvalho, São Paulo: Editora Hucitec, 1988, p.13-62.
- DÄUBLER, Wolfgang. *Relações de Trabalho no final do século XX: uma sinopse das tendências atuais nos países industrializados*. In: O Mundo do Trabalho: crise e

BIBLIOTECA DE ECONOMIA DE SÃO CARLOS

- mudança no final do século. São Paulo: Scritta/Ministério do Trabalho/CESIT, 1994, p.17-47
- DESAN, Suzanne. *Massas, Comunidade, Ritual na Obra de E.P. Thompson e Natalie Davis*. In: HUNT, Lynn - *A Nova História Cultural*. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992 (Coleção o Homem e a História), p. 63-96.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos* Org. : Michael Schröter; trad.: Vera Ribeiro; revisão técnica e notas : Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.
- ..... *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes* Trad. Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b, vol 1
- ..... *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização* Trad. Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, vol 2
- FILHO, Otávio Capela. *A Força da Tecnologia Nacional*. In.: Seminário Perspectivas para o Setor de Telecomunicações. Org.: Telerj e Sinttel-RJ. Rio de Janeiro: Texto&Arte, 1993, p. 71-74
- FLEURY, A e FLEURY, M.T. *Aprendizagem e Inovação Organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil*. São Paulo: Atlas, 1995
- FLEURY, Maria Tereza Leme. *Mudanças e Persistências nos Modelos de Gestão de Pessoal em Setores de Tecnologia de Ponta: O Caso brasileiro em contraponto ao japonês*. In.: Sobre o "Modelo" Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho. Org.: Helena Sumiko Hirata, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p.123-138.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Trad.: Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

- GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, Coleção estudos culturais em educação.
- GENTILI, P. e SADER, E. (orgs.). *Pós-liberalismo e as Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- GENTILI, Pablo. *Adeus à Escola Pública: a Desordem Neoliberal, a Violência do Mercado e o Destino da Educação das Maiorias*. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, Coleção estudos culturais em educação, p. 228-252.
- ..... *Poder Económico, Ideologia y Educación*. Buenos Aires: Miño y Dávila editores, 1994.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. SP: edições Loyola, 1993
- HIRATA, Helena (Org.). *Sobre o "Modelo" Japonês: Automatização. Novas Formas de Organização e Relações de Trabalho*. Trad: Rosaura Eichenberger, Maria de Lourdes Vignoli, Hedy Helena de Menezes Pereira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita; revisão técnica: Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUMPHREY, John. *A Fábrica Moderna no Brasil*.: Revista de Cultura e Política, 5/6, SP: Paz e Terra, 1981, p. 41-57
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992 (Coleção o Homem e a História).
- JORNAL DA TELERJ. Rio de Janeiro: TELERJ, n.608, ano XXI, jul/ago 1995, p.4.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Trad.: Karen Elsabe Barbosa. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

- LA TAILLE, Ives de; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. *Piaget, Vigotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992
- LIPIETZ, Alain. *Les Rapports Capital-Travail a l'Aube du XXIè Siècle*. 1990, (mimeo).
- MAAR, Wolfgang Leo. *À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa*. In: ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.11-28.
- MACRUZ, F.; FAZZI, J. L.; DAYRELL, J. T.; INÁCIO, R.A.C. *Jogos de Cintura*. Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de Outubro/SEF-CUT, 1995.
- MANACORDA, PAOLA. *Lavoro e intelligenza nell'età microelettronica*. Milano: Presenze/Feltrinelli, 1984.
- MANACORDA, PAOLA. *La Scienza del Lavoro: discutono Frieder Naschold e Paola M. Manacorda*. SE Scienza Esperienza, Febbraio, 1984, p.17.
- MATTOSO, J. E. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995
- ..... *O Novo e o Inseguro Mundo do Trabalho nos Países Avançados*. In: "O mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século". São Paulo: Scritta/Ministério do Trabalho/CESIT, 1994, p.521-562.
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. *Marx, Taylor e Ford: As forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1989
- MUNDO do Trabalho(O): *Crise e Mudanças no Final do Século*. São Paulo: Scritta/CESIT/PNUD, 1994.
- NEVES, Magda de Almeida e LE VEN, Michel. *Organização do Trabalho, Inovações Tecnológicas e Resposta Sindical na Indústria Microeletrônica: estudo de caso em Minas Gerais*. Educação e Sociedade. São Paulo: Papyrus e Cedes, nº 41, p. 51-72, abr. 1992.
- OSTROWER, Fayga. *Criatividade e Processos de Criação*. Petrópolis: Vozes, 10ª edição, 1994
- POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 47-64

- PRATES, Ricardo. *Integração Eletrônica a Favor da Informação*. Seminário Perspectivas para o Setor de Telecomunicações. Org.: TELERJ E SINTTEL-RJ. Rio de Janeiro: Texto&Arte, 1993, p. 101-109
- RESOLUÇÕES do 3º Congresso estadual dos trabalhadores em telecomunicações do Rio de Janeiro, julho 1995, (mimeo)
- REVISTA do SINTTEL-RIO. Rio de Janeiro: SINTTEL-RIO, n.0, fev.95.
- REVISTA LEIA e Fique Sabendo. Brasília: FITTEL, out.1995.
- RIBEIRO, Renato J. *Apresentação: uma Ética do Sentido*. In.: ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização. Trad. Ruy Jungmann; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, vol 2
- ROCKWELL, Elsie. *Etnografia e Teoria da Pesquisa Educacional*. In.: EZPELETA, J. e ROCKWELL, E. Pesquisa Participante. São Paulo: Cortez Ed., 1986, p.31-54
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 20ª ed., 1986
- SALERNO, Mário Sérgio. *Produção integrada e flexível e processo operatório*. Coletânea CBE: Educação e Trabalho, ANPED, 1992, p. 87-93.
- SCHILLER, Herbert. *Ameaça à Democracia*. Revista LEIA e Fique Sabendo, Brasília: FITTEL, outubro 1993, p.3-6.
- SCHMITZ, Hubert e CARVALHO, Ruy de Q. (Orgs.). *Automação, Competitividade e trabalho: a experiência internacional*. São Paulo: editora Hucitec, 1988.
- SCHMITZ, Hubert. *Automação Microeletrônica e Trabalho: a experiência internacional*. In.: SCHMITZ, Hubert e CARVALHO, Ruy de Q. (Orgs.). - Automação, Competitividade e trabalho: a experiência internacional. São Paulo: editora Hucitec, 1988a, p.131-174.
- SHIROMA, Eneida Oto. *Mudança Tecnológica, Qualificação e Políticas de Gestão: A Educação da Força de Trabalho no Modelo Japonês*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993. 209p. (Tese, doutorado em Educação na área de concentração Administração e Supervisão Educacional).

- SILVA, Arthur Phillipe Pinto e. *Política de Telecomunicações no Brasil*. Revista do SINTTEL-RIO. Rio de Janeiro: SINTTEL-RJ, Fev.1995, p.15-22.
- SWYNGEDOUW, Erik e KESTELOOT, Christian. *Le Passage Sociospatial du Fordisme à la Flexibilité: une interprétation des aspects spatiaux de la crise et de son issue*. Revue Espaces et Sociétés, n° 54-55, 1988.
- TAYLOR, Frederick w. *Principios de Administração Científica*. 7ª ed. Trad.: Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas, 1976
- THERBORN, Göran. *A Crise e o Futuro do Capitalismo*. In: GENTILI, P. e SADER, E. - Pós-liberalismo e as Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3v., 1987, 1ºv.
- TORRES, Carlos Alberto. *Estado, Privatização e Política Educacional - elementos para uma crítica do neoliberalismo*. In: GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, Coleção estudos culturais em educação, p. 120.
- TRABALHO e Restruturação Produtiva: 10 anos de linha de produção/DIEESE. São Paulo: DIEESE, 1994.
- VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. COLE, M.; JOHN-STEINER, V.; SCRIBNER, S.; SOUBERMAN, E. (Orgs.). 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes editora, 1991a.
- .....*Pensamento e Linguagem*. Trad. Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes editora, 1991b.
- ZEMELMAN, Hugo. *El actual momento histórico y sus desafios*. Reunião Anual da ANPED, 16ª, 1993, Caxambu. Cadernos da ANPED, n° 6: Conferência e Sessões Especiais da 16ª Reunião Anual. Belo Horizonte: ANPED, out. 1994, p. 7-28.

ZEMELMAN, Hugo *Los Horizontes de la Razón: uso crítico de la teoría*. Barcelona: Anthropos: México: El Colegio de México, 1992a. Vol. I: Dialéctica y apropiación del presente: las funciones de la totalidad.

ZEMELMAN, Hugo. *Los Horizontes de la Razón: uso crítico de la teoría*. Barcelona: Anthropos: México: El Colegio de México, 1992b. Vol. II: Historia e necesidad de utopía.